



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL**

**O Cuidar em Periferias
as experiências de mães desde os arrabaldes**

JÉSSICA MONIQUE BATISTA

**Brasília-DF
2018**

Jéssica Monique Batista

**O Cuidar em Periferias
as experiências de mães desde os arrabaldes**

Dissertação apresentada ao Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestra em Antropologia Social, pela Universidade de Brasília – UnB.

Orientador: José Jorge de Carvalho

**Brasília-DF
2018**

JÉSSICA MONIQUE BATISTA

**O Cuidar em Periferias
as experiências de mães desde os arrabaldes**

**Dissertação apresentada ao
Departamento de Antropologia da
Universidade de Brasília como parte dos
requisitos para obtenção do título de
Mestra em Antropologia Social, pela
Universidade de Brasília – UnB.**

Banca Examinadora:

Dr. José Jorge de Carvalho (Presidente) DAN-UnB

Dr^a. Antonádia Monteiro Borges/ DAN-UnB

Dr. Joaze Bernardino Costa/ SOL-UnB

Dr^a Christine de Alencar Chaves/ DAN-UnB

Brasília-DF
2018

Dedico as mulheres que conheci durante estes anos de conversas entre as cidades de Santa Maria e Ceilândia. Em especial, a dona do Carmo, dona Valdina e dona Mercedes.

AGRADECIMENTOS

Escrever este trabalho revela caminhos e deslocamentos que me foram experimentados graças aos encontros iniciados dentro e fora de um CAPSad. Neles, reaprendi a importância da escuta e da densidade a partir da qual ocorre a experiência. E mesmo que muitos momentos tenham sido duros, houve tempo também para compartilharmos de instantes leves nos quais o riso era fácil e as crianças de quando em quando se faziam presentes com suas mãozinhas e sorrisos pequeninhos. Gostaria de agradecer a todas as pessoas que me receberam e me contaram suas histórias e reflexões mesmo que nem todas apareçam neste texto que apesar de minha dedicação é também um fragmento e uma das possibilidades. Especialmente, a Thiago que já no meu primeiro café da manhã no CAPS me desafiou a interpretar um quadro suspenso na parede e fez com me sentisse bem-vinda. E a Cicinha que me convocou a um encontro embaixo de uma árvore quando declarou que havia entendido coisas importantes a respeito de si mesma, e, dias depois, enviou-me uma mensagem através do celular contando como se desfez de um relacionamento que a palavra abusivo não seria suficiente para descrever. Fico feliz por ter escolhido compartilhar esse momento comigo, ainda mais feliz fico pela coragem. Também agradeço de forma especial as demais mulheres que conversaram comigo e que me receberam no espaço doméstico. E agradeço igualmente aos funcionários do CAPS. Obrigada.

No PPGAS da Universidade de Brasília, inicio agradecendo aos colegas de turma. Pelas nossas tentativas ainda no primeiro semestre de fazermos leituras coletivas dos textos de parentesco em língua estrangeira. Pelos almoços depois das aulas e as tardes de leitura na BCE. Principalmente, a Luciana Ferreira e a Gabriela Cunha. E também a Gabi como ao Roberto Sobral agradeço pelos comentários feitos acerca do último capítulo dessa dissertação. Aliás, agradeço aos que se ofereceram a ler e comentar versões deste trabalho mesmo que ao fim eu não o tenha enviado por não considerá-lo pronto o bastante ou, por termos sido absorvidos por outras obrigações. Na passagem pela universidade, logo aprendi o valor dessas trocas. Nesse caminho, agradeço ainda a iniciativa da professora Soraya Fleischer em construir a disciplina “Oficina de Escrita

etnográfica” e oferecer mais uma oportunidade para nos lermos. E também agradeço por ter me apresentado – lá atrás – as muitas questões que tocam a discussão acerca da saúde e do cuidado que tanto me interessam e me movem na vida acadêmica.

Presto agradecimento ainda a equipe administrativa do Departamento de Antropologia nas pessoas de Jorge Máximo, Caroline Greve e Rosa Cordeiro. Agradeço não só pela solicitude e pelo conhecimento como também por acalmarem um pouco da minha ansiedade diante de problemas que eu não sabia mais o que fazer com eles.

Ao CNPQ agradeço pela bolsa de mestrado que me foi tão importante na feitura desta dissertação. Agradeço também a todas as pessoas envolvidas nos programas de expansão e de permanência de estudantes de baixa renda pelas Universidades Públicas brasileira. E aos alunos que adentram a universidade por meio de tais caminhos.

À Antonádia Borges, Joaze Costa e Christine Chaves agradeço por terem aceitado o convite de compor a banca e também pelos encontros nestes mais de sete anos na Universidade de Brasília.

Agradeço à Nathan Virgílio pelo tempo dedicado e o interesse em realizar a tradução para o inglês do resumo desta dissertação. Também agradeço a Stéfane Guimarães e a Sarah Almeida que me acompanharam da graduação até aqui. E a Mariana Cruz agradeço pelas palavras de apoio no finalzinho da escrita que de fato me acalmaram.

A Edson Querco pelos anos de carinho e cuidado. Pelas caminhadas sem rumo e aquela tarde andando de bicicleta e catando abacates que estranhamente não amadureciam. Obrigada pelas leituras atentas e os comentários interessados que me encaminharam mais adiante nesse trabalho. E pelas vezes em que me disse: você tem que aprender a ver as coisas boas que conseguiu fazer também.

Agradeço a minha mãe, ao meu pai e ao meu irmão por terem me dado um lugar de onde ver o mundo. E a minha prima Alice, uma criança peixinho. Ao meu cachorro Bento por ter me recebido com alegria e pulinhos mesmo nos dias de maior cansaço.

Agradeço pela oportunidade de ter feito e aprendido com o presente trabalho.

*Em perigo, a holotúria se divide em duas:
com uma metade se entrega à voracidade do mundo,
com a outra foge.*

*Desintegra-se violentamente em ruína e salvação,
em multa e prêmio, no que foi e no que será.*

*No meio do corpo da holotúria se abre um abismo
com duas margens subitamente estranhas.*

*Em uma margem a morte, na outra a vida.
Aqui o desespero, lá o alento.*

*Se existe uma balança, os pratos não oscilam.
Se existe justiça, é esta.*

*Morrer só o necessário, sem exceder a medida.
Regenerar quanto for preciso da parte que restou.*

*Também nós, é verdade, sabemos nos dividir.
Mas somente em corpo e sussurro interrompido.
Em corpo e poesia.*

*De um lado a garganta, do outro o riso,
leve, logo sufocado.*

*Aqui o coração pesado, la non omnis moriar,
três palavrinhas apenas como três pernas em voo.*

*O abismo não nos dividi.
O abismo nos circunda.*

Autotomia
Wisława Szymborska

RESUMO

Esta dissertação aborda a experiência da maternidade entre mulheres que residiam em regiões administrativas do Distrito Federal e em cidades do município de Valparaíso de Goiás. Extensamente, detêm-se nas histórias a respeito do cuidado dos filhos nas mais diferentes idades no intuito de refletir acerca de como a existência e o processo de maturação da vida das mães se entrecorta com as possibilidades das escolhas e deslocamentos dos filhos. Por conseguinte, debatendo a respeito dos dilemas da coexistência e dos entrelaçamentos com o outro na experimentação de estados como os de felicidade e os de sofrimento. Mais um delineamento dispõe acerca da circunstância dessas mulheres pertencerem a cidades de classes populares ou periféricas. Em vista disso, defende-se como o cuidado e o crescer nessas cidades demandam preocupações específicas que historicamente estão relacionadas aos pertencimentos de classe, raça e de gênero. Portanto, dedica-se em debater a experiência do cuidado e do convívio empreendido das mulheres para os filhos a partir de um universo socialmente habitado.

Os encontros empreendidos com as mulheres aconteceram através de dois caminhos. Primeiro, a partir de visitas a reuniões dedicadas a familiares de pessoas descritas como dependentes químicos em um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) na cidade de Santa Maria. Nesse espaço, algumas mulheres me receberam posteriormente em visitas domiciliares. Um segundo caminho se desdobrou na medida em que o encontro com uma mulher me encaminhou a conhecer outras a partir de uma rede de indicações fundamentadas em relações de vizinhança e de amizade. Pautando-se na instituição, a decisão de frequentá-la se alicerça no entendimento de que as pessoas que o circulam existem a partir e além dessa localidade e das questões ali mobilizadas.

Perante esses objetivos, elenca-se múltiplos debates ao correr do texto, como: cuidado, deficiência, masculinidade, trabalho assalariado, trabalho doméstico adoecimento e violência doméstica. Essa profusão de discussões busca acompanhar a profundidade e pluralidade das experiências das mulheres dentro de contextos marcados pela reificação e a colonialidade da sociedade brasileira.

Palavras Chaves: Maternidade em contextos periféricos; Cuidado; Distrito Federal

ABSTRACT

This dissertation approaches maternity among women living in administrative regions from Distrito Federal and Valparaíso de Goiás. The study to a large extent focuses on histories about upbringing in order to reflect upon the intersection of mother's existence - along with their process of maturity - and their offspring decisions of movements and dislocations. Therefore, the dissertation brings some debates on dilemmas posed by the coexistence and intersections with the other in states of happiness and suffering. One more outline concerns the circumstance of women living in periferic and low income cities. As a result, the study argues that raising a child and coming of age in these cities presupposes specific issues that are historically related with social class, race and gender. Finally, the dissertation is directed to promote debates on women experiences of upbringing and conviviality with children inside a socially habitated universe.

The meetings with the group of women were composed of two paths. The first consisted in a series of participations in meetings at the Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) established in Santa Maria dedicated to the relatives of persons described as addicted. Due to the meetings, I was introduced to women that eventually invited me to home visits. The second path unfolded as indications given by some of the women directed me to a web of references founded in neighborhood relations and friendship. Having the institution (CAPS) as a starting point, the decision of attending the meetings was made with the awareness that people who frequent the institution exists inside and beyond its boundaries.

In front of these aims, throughout the text, we draw attention to various debates such as care, disabilities, manhood, employment, housekeeping, sickness and domestic violence. The proliferation of discussions proposed by the dissertation seeks to walk side by side with the profundity and plurality of women experience inside contexts marked by the reification and colonization of brazilian society.

Key-words: maternity in marginalized contexts, care, Distrito Federal.

LISTA DE SIGLAS

BPC – Benefício da Prestação Continuada

CAPS – Centro de Atenção Psicossocial

CAPSad – Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas

CEP – Comitê de Ética em Pesquisa

CEP/IH – Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas

Conep – Comissão Nacional de Ética em Pesquisa

SUS – Sistema Único de Saúde

UBS – Unidade Básica de Atendimento

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
Olhando o universo pesquisado.....	17
Organizando a dissertação.....	23
I. ENTRE O SER MULHER E O SER MÃE.....	25
Mãe e filho em busca de escolarização.....	32
Medicamentos e a exaustão da divisão social do cuidado.....	44
Produzindo acolhimento.....	51
II. A DESCOBERTA DAS MASCULINIDADES NA ADOLESCÊNCIA.....	55
Como acontecem as mudanças?.....	57
Alguns nós a respeito da masculinidade.....	66
Elaborando limites e proximidades.....	75
Notas Finais.....	81
III. INTERNAÇÃO E CUIDADO.....	85
Descobrimo a casa.....	87
Partilhando o sofrimento.....	97
Notas Finais.....	110
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	114
ANEXOS:.....	119
I. Mapa Político-Administrativo - 2010.....	119
II. Mapa das principais cidades no entorno do Distrito Federal.....	120
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	121

INTRODUÇÃO

Muitos acontecidos me lançaram na presente pesquisa. *Cuidado* era uma categoria analítica que me fascinava desde meu trabalho anterior ao abarcar a ambiguidade e a circulação de emoções dispares, naquele momento eu refletia os dilemas dos derrames entre pioneiros e pioneiras da Guariroba, uma subdivisão da cidade de Ceilândia no

Distrito Federal brasileiro (Batista, 2014). E o interesse nas mulheres como mães foi acontecendo na medida em que lidava despreziosamente com a rotina, dei-me conta de tal intensidade muito depois. Mas, antes de esmiuçar esse assunto, apresento esta dissertação como um comprometimento com as narrativas de mulheres em relação aos filhos em diferentes idades, acompanhando como a existência e maturação da própria vida se enlaça com as escolhas e os deslocamentos dos filhos. Não pretendo com isso afirmar normas de um romantismo desgastado a respeito da maternidade, mas acompanhar os acoplamentos construídos, como também os investimentos e as dificuldades em produzir distanciamentos – como adiantado, entraremos em zonas de ambiguidade.

Outro elemento que define e dá norte a este trabalho, refere-se ao *pertencimento* a uma cidade que denomino como *periférica* não sem desconforto e incerteza com a escolha do termo. Pertencimento foi um conceito emprestado pela filósofa belga Isabelle Stengers (2005), considerando não apenas o aspecto social dos seres, como as implicações do se fazer parte, argumentando assim como os nossos percursos e pensamentos estão irremediavelmente marcados pelas limitações e potencialidades dos pertencimentos. Isso posto, discutiremos como o cuidado e o crescer em uma cidade periférica se circunscreve em meio a experiências de pertencimentos que não devem ser concebidas como realidades nas quais mães e filhos estão fadados. Antes, alude-se a dilemas socialmente compartilhados que se tecem como preocupações que demandam respostas e reflexões que se engendram em diferentes caminhos. Em resumo, este trabalho está assentado na narrativa de um número pequeno de mulheres que se movimentavam na realidade de conviver e cuidar dos filhos dentro de um universo social habitado.

Por cidade periférica, diferentemente de traçar uma delimitação dura sobre o território, encontro inspiração em pensadores como Kabenguele Munanga (2004) ao discutir mestiçagem e a incessante busca pelo branqueamento como ideal de supremacia na sociedade brasileira, como também em Antônio Bispo dos Santos (2015) ao retratar alguns dentre os muitos mecanismos de extermínio praticados contra comunidades inteiras no sertão nordestino nos séculos XIX e XX. Ambos os autores, conduzem-me a

pensar em fios de historicidade, em deslocamentos físicos e identitários que perseguiram promessas de um recomeço e adequação aos discursos de normalidade, mas se reatualizaram dentro de uma estrutura de perpetuação das desigualdades e da impossibilidade em existir dentro das relações tais como aspiradas. Portanto, compreende-se periferia como um lócus imbricado em um contínuo de práticas que oscilam entre o controle e o abandono. Entretanto, essa mesma periferia consistia igualmente em um lugar em que a criatividade e a vida das pessoas se exercitava – mesmo que a despeito ou em virtude das marcas da historicidade – assim nos deteremos na experimentação e nos esforços de produção e renovação do compartilhamento da vida. Mesmo porque, era na inserção na própria vida e no curso da experiência dos filhos que se fundamentava as reflexões acerca das dificuldades de cuidado e da partilha do cotidiano.

Com efeito, esta dissertação poderia ter se concretizado a partir de diferentes entradas e cada uma delas apresentaria e transformaria aquilo e aqueles que procuramos. Particularmente, eu retornava de uma experiência de uma sucessão de pesquisas na área da antropologia da saúde, algumas iniciadas em instituições como uma Unidade Básica de Saúde (UBS) e outra em um hospital universitário. Instituições que transitei fortemente interessada em encontrar pessoas e que me permitiram também trabalhar as relações de confiança e a possibilidade de me estender a outros lugares. Na mesma expectativa, desloquei-me a uma UBS da cidade de Santa Maria no Distrito Federal em fevereiro de 2017 e após explicar a pesquisa a meia dezena de funcionários me encaminharam ao consultório da enfermeira chefe da instituição que era a responsável por desenvolver as atividades orientadas às mulheres.

Novamente, descrevi o meu entusiasmo em conversar com mulheres com filhos e de analisar os entrelaçamentos entre a cidade e o cuidado. Conquanto, causando-me desconforto, com o fim da minha fala nenhuma pergunta ou comentário referente ao conteúdo da pesquisa foi elaborado pela profissional, decidi então por tecer perguntas a respeito do cotidiano de trabalho e negociar formas de me inserir nas atividades. Em resumo, não poderia acompanhar nenhum dos encontros coletivos ou individuais, não me cedeu alguns minutos nestes para que pudesse apresentar a pesquisa mesmo que com o

acordo de me retirar do ambiente logo depois, mas permitiu que conversasse com as mulheres no banco de espera desde que com uma identificação que atestasse meu vínculo como estudante na Universidade de Brasília. Essa aproximação a partir de um banco de espera era algo que eu detinha uma experimentação de como fazer e acredito que dali nasceria acontecimentos múltiplos e férteis, mas aprendi que tal abordagem particularmente me demandava uma quantidade de energia e uma apresentação desenvolvida de mim mesma que nem sempre eu poderia oferecer de forma verdadeira. Foi assim decidi continuar buscando um caminho para realizar a presente pesquisa.

Três dias passados, conduzi-me a um Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPSad) na mesma cidade, mais uma vez, estava interessada em entender o trabalho empreendido e em encontrar aberturas para o início da pesquisa. Em poucas linhas, um CAPS se configura enquanto um serviço aberto e comunitário do Sistema Único de Saúde (SUS), concebido como um espaço de atendimento a pessoas com sofrimentos ou transtornos mentais e substituto ao modelo de internação psiquiátrico e manicomial (BRASIL, 2015). Em continuação, um CAPSad remonta a uma ramificação do CAPS, especializado no atendimento de pessoas que realizam um consumo definido como danoso de um amplo leque de substâncias químicas e que se ampara em um modelo de cuidado individualizado que não mira a abstinência como fim imediato, mas a continuada formulação de estratégias que entrevê a redução dos danos físicos e sociais atribuídos ao consumo (BRASIL, 2005). Nos meus encontros com os funcionários de um CAPSad, desde o início esse caráter aberto da instituição foi ressaltado como um importante avanço que o diferenciava do modelo anteriormente firmado na internação e no afastamento das pessoas de um encadeamento de relações com espaços e pessoas.

Nessa primeira visita fui informada rapidamente a respeito do que era um CAPS e mais detidamente das atividades desenvolvidas. Encontrava-me em uma sala com computadores e mesas onde diferentes funcionários realizavam funções de ordem burocrática, conversava de início apenas com a funcionária que desempenhava a função de gerente, mas não demorou a nos alinharmos todos em um mesmo diálogo. Entre as atividades descritas, demonstrei interesse em acompanhar as reuniões direcionadas aos familiares de pessoas atendidas, além de conversar com elas nas mediações da

instituição. Facilmente consentiram, mas orientaram acerca da necessidade de me adequar as normativas da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep), instituída através da Resolução de número 196/1996 do Conselho Nacional de Saúde, onde se postula que pesquisas com seres humanos devem ser submetidas a apreciação de um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) associado ao Conep. No entanto, antes de iniciar a tramitação dos documentos, acordamos que eu frequentaria por uma semana o CAPS com o intuito de descobrir se ele atendia aos interesses da investigação.

Neste ínterim, entrei em contato com circunstâncias que se repetiriam mais tarde durante a minha permanência nas reuniões de família. Encontrei um espaço predominantemente formado pela presença de mulheres, muitas em um intervalo dos trinta aos quarenta anos de idade, não obstante me deparei com mulheres com pouco mais de dezoito anos e outras com mais de oitenta. Em maioria, eram mulheres negras, embora houvesse um número considerável de mulheres brancas, contudo, proporcionalmente, essas eram minoria em todos os encontros¹. Frequentemente elas estavam ali pelos filhos, depois pelos maridos, as vezes pelo pai ou irmão, de quando em quando por um tio ou primo. Mas, dificilmente, alguém estava ali por uma filha e apenas em uma ocasião encontrei um homem que comparecia as reuniões em apoio a uma mulher, a ex-esposa. Infelizmente, presenciei apenas de dois encontros com mulheres que buscavam tratamento para si mesmas no CAPS – elas eram minoria entre os usuários – entre elas, uma mulher de 54 anos que frequentava o espaço a contragosto do marido que foi descrito como um homem ciumento. Esses acontecimentos levantavam a importante questão: quem oferece cuidado e apoio as mulheres com dependência química?

Indo adiante, nos primeiros dias de março, depois de um mês lidando com a minha falta de destreza em decifrar e preparar documentos, enfim reuni a papelada e as assinaturas demandadas para submissão do projeto de pesquisa ao Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília (CEP/IH) e após dois meses recebi um parecer de aprovação, em maio. Neste intervalo de espera em que idas ao CAPS eram interditas até a aprovação do CEP/IH, aproveitei para realizar visitas

1 É importante dizer que esta afirmação se pauta na minha percepção individual e não em uma autodeclaração das pessoas. Nesta instituição, não acompanhei nenhum tipo debate que tocasse as relações raciais e o mesmo aconteceu com a categoria de classe.

domiciliares a uma das mulheres que conheci na semana em que visitei as atividades e a partir dela fui apresentada a mais duas amigas na vizinhança. Consequentemente, algumas das mulheres com quem conversei não dispunham de nenhuma relação com o CAPS, conheci-as a partir de uma rede de mulheres que foram se indicando por meio das ligações de amizade ou de vizinhança e orientadas ainda pelas minhas curiosidades de pesquisadora. Por conseguinte, nem todas as mulheres residiam nas mediações da cidade de Santa Maria e assim os meus deslocamentos dependiam de indicações recebidas e essas se espalhavam. Além disso, apesar de o CAPS se localizar nesta cidade, a cobertura de atendimento se encontrava adiante, alcançando a cidade do Gama e todo o município de Valparaíso de Goiás e do Novo Gama².

Nesse fluxo, convivi com as mulheres que compõem este trabalho fundamentalmente nas reuniões de família e nos encontros domésticos, em menor medida também nas fronteiras desses espaços com as ruas – especialmente, os pontos de ônibus – e na estreita área verde do CAPS³. Essa fase de visitas domiciliares correu de fevereiro a setembro de 2017 e a minha permanência no espaço institucional aconteceu só depois da aprovação do CEP/IH e do mesmo modo se estendeu até setembro do mesmo ano. Em tais experiências, encontra-se assentada a presente dissertação.

Olhando o universo pesquisado

2 Para acompanhar um mapa simplificado conferir os anexos I e II nas páginas 119 e 120.

3 O CAPS estava localizado em uma antiga construção da cidade que antigamente ocupou outros serviços públicos. Trata-se de um tipo de construção de espaços estatais que se repete e que remete as primeiras construções da cidade que atualmente conta com 28 anos desde sua inauguração. Assim, quem chega ao CAPS encontra uma construção na cor verde muito parecida com os desenhos de algumas crianças acerca do que representaria uma casa. Um telhado com uma ponta no centro e com um caimento que se distribui entre a direita e a esquerda, uma porta no centro que nunca encontrei fechada e duas janelas, cada uma de um lado da porta. Em cima desta, encontra-se o desenho de uma flôr-de-lótus que é o nome desse CAPS. Essa construção se encontra dentro de um terreno sempre descrito como pequeno pelos funcionários, na frente e do lado esquerdo se encontra uma área ocupada por uma terra vermelha batida ao chão. Em uma das partes laterais há duas ou três árvores grandes, enquanto na parte da frente havia uma pequena horta e algumas plantas que compunham um pequeno jardim que era cuidado por alguns dos homens que frequentavam o espaço há mais tempo. Um deles, recorrentemente tomava o crescimento das plantas para medir o tempo de permanência dele naquele espaço. Normalmente, essa área externa era buscada quando se queria uma conversa mais íntima ou quando se pretendia apenas fumar um cigarro. Enquanto que no outro lado lateral que era duas ou três vezes maior, funcionava o estacionamento dos funcionários que chegavam sempre de carro para mais um dia de trabalho.

Lá atrás, anunciei como o interesse em realizar esta pesquisa entrou lentamente em minha rotina. Entender essa afirmação requer que eu me apresente enquanto moradora da cidade administrativa de Santa Maria no Distrito Federal. Moro nesta cidade desde os meus doze ou treze anos de idade e uma das características que mais me desperta entusiasmo é a habilidade que temos em ocupar os espaços, dificilmente uma quadra de esportes ou uma rua qualquer estará solitária ao fim do dia. E as crianças aqui se espalham pela cidade, os meninos, ainda mais. São eles que cobrem um pedaço do céu com as pipas nos primeiros meses do ano e correm desenfreados disputando pipas caídas. Entretanto, outro lado que me desperta atenção há muito – mas de forma negativa – é a circulação das histórias interpostas em violências. Lembro como no meu último ano do ensino fundamental diariamente deixava meu irmão em uma escola Classe⁴, em seguida, caminhava apressadamente para a minha escola na quadra ao lado, ou duas pistas depois. Recordo-me acerca de mais um dia comum de ir a escola, encontrávamo-nos logo atrás de uma mulher acompanhada de um menininho com material escolar, ela folheava um jornal policial daquela época que identifiquei no momento em que o pendurou em uma das mãos se queixando de que aquela edição não trazia nenhum caso que se passasse na cidade. Infelizmente, eu já sabia que ali não havia nada além de corpos masculinos mutilados. Contudo, era a primeira vez que lidava diretamente com essa transmutação da violência em mercadoria e em algo como o entretenimento. Fiquei assustada.

Interpreto essa possibilidade atualmente como um ato de usurpação, de dores e de histórias. Mirar as mulheres como mães foi uma tentativa de restituir os percursos e estender conceitos como os de vida e de morte, de felicidade e sofrimento. E foi andando e conversando despreziosamente em pontos de ônibus e praças – antes do início dessa pesquisa – que entrei em contato com fragmentos de memórias de mulheres que se esforçavam em esquecer e que eram tomadas como loucas após a morte dos filhos, ou que se dispunham a procurá-los em qualquer horário ou pontos da cidade. Nesse caminho, cada capítulo dessa dissertação se concentra em acompanhar de uma a duas narrativas de mulheres apresentadas a partir e um pouco além da relação de cuidado e convívio com os filhos. Outras histórias podem estrategicamente serem mobilizadas com o

4 Escola Classe correspondem as escolas públicas do Distrito Federal que oferecem o primeiro ciclo do Ensino Fundamental, do 1º ao 5º ano.

intuito de contrastar ou ampliar o cenário de acontecimentos e de conjecturas analisadas. De todo o modo, cercar-nos de um número pequeno de narrativas a cada divisão do texto foi uma resposta encontrada para não diluí-las inteiramente em uma profusão de informações e acompanhar um pouco mais as particularidades daqueles que produzem a experiência. Ademais, essa escolha permite acompanhar diferentes camadas e profundidades que colidem na realidade presenciada e que se combinam em muitos caminhos. Ou ainda, faculta discutir formas relacionadas de estruturas sociais que nos encaminham às tensões e nuances da interpretação, além de enaltecer a inscrição das emoções e das subjetividades na experimentação do coletivo.

Pensando a respeito, reforço o entusiasmo de Gilles Deleuze e Félix Guattari (2014) acerca do que denominaram como uma literatura menor ao defini-la como um engenhoso processo levado a cabo por uma minoria ao se apropriar ou agir em direção a uma linguagem maior e consolidada. Principalmente, ao concatená-la a um campo no qual tudo que existe e cada pedaço do individual se conecta ao reino do político e ao caráter coletivo da existência. Nesse caminho, tomar um caso solitário, mais do que adequado, modula uma ação indispensável, afinal, toda uma história se agita ali e conecta elementos particulares a outros de ordem econômica, burocrática e assim por diante. Por certo que mencionar minorias em termos englobantes requer considerações, como a crítica da intelectual Gayatri Spivak (2010) a respeito da representação homogênea acerca do “subalterno” que guia a necessidade de nos atermos ao outro concreto que se apresenta a partir da heterogeneidade. Essa argumentação debate como a representação do outro repetidamente se reproduz a partir de um conhecimento acadêmico ocidental em que a opressão e a exploração são trabalhados em termos generalistas, diminuindo a ênfase nas hierarquias locais e na forma como elas se transmutam quando em contato com grandes estruturas, como o capitalismo. Portanto, investindo em seres concretos, olhando para relações localizadas, descobre-se como os discursos de opressão se materializam distintamente nas experiências e demandam quantidades discrepantes de esforços na feitura de uma literatura ou representação de si mesmo.

Entretanto, mais do que abordar as repercussões dos discursos de opressão que se condensam a partir das múltiplas hierarquias e permitem ou dificultam zonas de

autorrepresentação, espreito uma afirmação mais simples que consiste em destacar os atravessamentos políticos das narrativas que serão apresentadas. E então reconhecer como as dificuldades de fundamentar um relacionamento com o filho liberto da angústia e do cansaço corresponde a fenômenos coletivamente compartilhados que marcam a instabilidade na experimentação da própria vida. Instabilidade que não fixa os seres unicamente em uma posição de subalternidade ou de empoderamento, mas os coloca em trânsitos que oscilam entre campos de vulnerabilidade e força (Singh, 2015), demandando conhecimentos de como produzir a renovação da vida ao ocupar espaços de margem dentro das estruturas normatizantes (Das, 2008). Por conseguinte, essas histórias nos encaminham a dinâmicas que trazem a experimentação e as descobertas como faces que orientam as ações e os aprendizados.

Inicialmente, falei como me interessava em discorrer acerca de relações transpassadas por cenas de violência que embora pudessem se concentrar em maior intensidade em alguns acontecimentos, não se restringia a eles, mas se diluía em distintas proporções enquanto um continuum que circunscrevia o passar dos dias. Isto é, trata-se de refletir a respeito de como a experiência cotidiana pode estar atravessada pela instabilidade, a descrença, o ultraje e a reificação. Nesse entendimento, as conversas e observações com as mulheres ampliaram as preocupações da presente dissertação e apontaram a urgências que não só as consideradas anteriormente. No mais, acontecimentos que relacionavam as dinâmicas domésticas a outras esferas e espaços, como o trabalho assalariado, as relações com a vizinhança e as instituições do Estado (escolas, hospitais, CAPS). Por conseguinte, aprendi acerca das barreiras em oferecer escolarização e acesso aos recursos do SUS a crianças diagnosticadas com deficiências; das poucas oportunidades de mulheres e homens desempenharem ofícios com direitos trabalhistas; da solidão e do excesso de afazeres e da medicalização do cansaço; como da reflexão de ser mãe de um filho que se aproxima da idealização de uma noção de masculinidade que reproduz episódios de agressão contra mulheres. E como mais um motivo de aflição ainda, anunciaram frequentemente o consumo do álcool e das demais substâncias químicas pelos homens. Referindo-se as substâncias que existem abaixo de leis proibicionistas de produção e comercialização, em nenhum instante foram concebidas

apenas como elementos com efeitos físicos ao encontrarem o organismo humano, mas em adjacência a ciclos de relações: do consumo com o tráfico de drogas da cidade, com o encarceramento, com as mortes violentas, as intersecções entre as atividades ilegais e a repressão do Estado e da sociedade em geral. O consumo era então conceitualizado como em contiguidade a uma série de atividades que remetia a riscos e medos na perspectiva das mães.

Há muito que Claudia Fonseca (2000) alerta como os estudos de classes populares urbanas reforçaram entendimentos pautados na carência e na patologia de comunidades que frequentemente diferem daquelas dos pesquisadores. E de como reiteradamente nossas pesquisas se iniciam em espaços institucionais que se caracterizam também por reunirem histórias marcadas por dores e abandonos, aconselhando, novamente, cautela acerca do alcance das análises propostas. Por assim, observamos, como além dos lares, acompanhei um CAPS, mais ainda, um CAPS dedicado aos que consomem uma infinidade de substâncias químicas e se declaram dependentes. Igualmente, compartilhei meu interesse em investigar maternidades em contextos periféricos. Lidando com essas questões, um CAPSad me aproximou de histórias em que a experiência acerca da vida corria dentro de limites, como um fio preste a se romper. Em duas ocasiões distintas, oscilei entre o alívio e a felicidade de reencontrar uma mulher e depois um homem após uma temporada de ausência deles das atividades, ao identificá-los, mais que imediatamente, um texto se iluminou na minha mente, dizendo: *ele tá vivo*. Naturalmente, afastando os temores levantados com a ausência de ambos e reafirmando um compromisso com a manutenção da vida. Em outras, acompanhei a narrativa de homens e de mulheres que findaram na mesma conclusão, contando que não entendiam muito bem como ultrapassaram os cinquenta anos de idade depois de presenciarem uma sequência de momentos dolorosos. Naquele lugar, dependência era um acontecimento que coabitava em meio a outros igualmente importantes. Estar vivo e mirar a imagem do envelhecimento próprio ou de um familiar não era uma realidade imediata a todos, enquanto que a manutenção da vida requeria muitas formas de cuidado e nutrição.

Entretanto, essas não eram a integridade das histórias, algumas eram mais singelas, encaminhavam-se à resoluções, da mesma maneira que as conversas realizadas com as

mulheres que não estabeleciam relações com esta instituição não reportavam a conteúdos inteiramente diferentes. Por exemplo, acompanhei como a totalidade das entrevistas, dentro e fora do espaço institucional, apontou o consumo de no mínimo um tipo de substância química, delineando-as como uma questão importante que circunscrevia o rol de preocupações das mulheres. Contudo, defendo que os contatos firmados dentro do espaço institucional não refletem e nem estruturam os entendimentos de maternidades em classes populares de um modo amplo. Na verdade, no mais das vezes, o fazer etnográfico constitui um exercício confuso e isso que denomino de maternidade não existe se não cravado em uma infinidade de acontecimentos. Não há então um elemento que se repouse a observações. Findado um ciclo de trabalho, defendo que existem diferentes entradas ao desenvolvimento desta pesquisa e de como cada uma delas permitiria aprofundar mais algumas questões do que outras. Isabelle Stenger (2005) denominaria estas entradas como conexões entre um que acredita medir/observar/aplicar e outro que entre outras operações se deixa conhecer em diferentes intensidades; assim cada conexão cria um evento ou o desenrolar de encontros e acontecimentos coexistentes a outros. Portanto, não tenciono uma sistematização da maternidade entre mulheres de classes populares, mas a partir de preocupações provindas delas investigar vivências que apontam ao social e a inevitabilidade e as condições de coexistência.

Entendo que me inserindo ou praticando um olhar analítico acerca de pessoas com pertencimentos distintos, não acumulo uma densidade descritiva que obstrua outras interpretações. Nesse olhar, ao encontrar mulheres em condição de sofrimento no CAPS e ao falar delas neste trabalho, considero primeiro que essas experiências se situavam a partir e além do espaço institucional – mesmo que por acaso as chances de nos encontrarmos em outros espaços se reduzisse. E depois, muito embora elas participassem do universo analisado não abrangiam a integralidade dele, certamente como aconteceria em quaisquer outras ocasiões. Mesmo assim, elas permitiam acompanhar momentos localizados e promover uma aproximação da forma como mulheres concretas eram afetadas e se reorganizavam diante uma imensidão de acontecimentos. Novamente, elas propiciavam abordar preocupações que tocam as relações e a complexidade de tais vidas a despeito da necessidade de apreender o social como um sistema que pode e deve ser

elucidado. Conseqüentemente, manifesta-se como essa abordagem ambiciosa ainda uma movimentação entre o âmbito do coletivo e o que interpela a subjetividade dos seres, culminando como que em um deslocamento importante que oferece sustentação a formação da experiência – conceito central nesta dissertação.

Mirando esses entendimentos, busco tornar consciente alguns dos comprometimentos mantidos com as questões as quais se relaciona este trabalho. Entendo que inicialmente mais parece que intercedo em prol de uma fluidez ou perenidade dos argumentos e que recuso minha responsabilidade como produtora de representação acerca do outro. Entretanto, reafirmo o que foi dito por diferentes autores acerca de como os conhecimentos que retem para si o direito de narrar e construir veracidades, amiúde, reproduzem-se a partir do silenciamento de outros conhecimentos e das relações que ali circulam (Said, 1970; Hooks, 1984; Haraway, 1995). Para mais, construir aproximações e acompanhar os deslocamentos de vidas localizadas, consecutivamente, vidas complexas e dificilmente lineares, manifesta a oportunidade de construir conhecimentos de fato reflexivos para com a objetividade. Uma vez que, estar localizado demandaria anunciar corporificações específicas, dentro das quais se empreende responsabilidades e se identifica os limites de uma perspectiva particular (Haraway, 1995). Então, apenas faz sentido falar em classes populares se a interpretarmos como densas, múltiplas, históricas e não lineares.

Organizando a dissertação

Este trabalho se divide em três capítulos. O primeiro, discute, de início, como determinados corpos produzem pessoas que estão circunscritas em discursos que as naturalizam como destinadas a reprodução e as atividades de cuidado, também de como a depender de fatores econômicos e raciais, elas serão categorizadas como administradoras diferentemente aptas a tal competência. Nesse mesmo capítulo, conheceremos ainda Bernardete que convivia com uma doença ocular degenerativa e era a principal responsável pelo filho de onze anos, diagnosticado com hiperatividade e uma deficiência intelectual. Com Bernardete, acompanharemos as estratégias para ser

reconhecida como uma boa mãe e dona de casa entre os amigos e vizinhos, os esforços para garantir ao filho o acesso à escolarização e os limites que dificultam a construção de um espaço de descanso. No capítulo de número dois, apresenta-se um debate a respeito de mulheres que lidam com filhos a partir dos primeiros anos da adolescência e acerca do processo de maturação de um modelo de masculinidade discordante do ansiado por parte da mãe. De forma mais intensa, descobre-se que dispender cuidado recorrentemente implica em atuar em direção a um outro com anseios e posicionamentos destoantes. E assim se abre um diálogo sobre as reflexões de mulheres que enfrentam relações conflituosas com os filhos, ao passo que tentam igualmente resguardá-los de atividades atreladas a diferentes riscos. Enquanto que o último capítulo, detêm-se ao encontro de duas mulheres com instituições do Estado, atendo-se as confluências e divergências entre conceitos como *acolhimento, controle, consequências, individualização e compartilhamento de sofrimentos*. Trata-se de contrastar e analisar a complexidade das reivindicações apresentadas diante do Estado, demandas que excediam as chances de profissionais isolados em instituições e em áreas de conhecimentos articularem respostas igualmente densas. Este capítulo concerne a respeito da escassez de ferramentas e respostas, do cansaço e da incerteza perante a necessidade de ação.

Nessa organização, a presença dos homens, frequentemente, como pais, cônjuges e ex-maridos, permeia-se entre as três divisões deste texto na medida em que eram acionadas pelas mulheres. Portanto, cabe notar que a presença dos homens se materializa a partir da perspectiva delas que inquiriam acerca da intensidade e das formas de comprometimento que eles estabeleciam com as atividades de cuidado e com a rotina doméstica. Brevemente, discute-se ainda como o trabalho assalariado figura como uma instância importante na percepção que se tem dos homens e das dificuldades que se desenrolam quando as oportunidades ocupacionais – formais ou informais – não se efetuvavam.

Findando esta introdução, exponho algumas informações pontuais importantes a leitura. Primeiro, os nomes apresentados são fictícios, essa escolha acontece como uma das negociações realizadas com o CEP/IH no intuito de resguardar a identidade e diminuir eventuais riscos. Posteriormente, muitos trechos serão incorporados ao texto a partir do

estilo de fonte itálico, trata-se de citações de um pouco de tudo aquilo que escutei durante os meses de pesquisa. Exibi-los assim, em vez de restringi-los a citações com recuos, demarca um experimento que busca trazer uma dinâmica fluída à leitura, além de bagunçar, ligeiramente, os espaços consagrados a disposição dos diferentes elementos do texto.

I. ENTRE O SER MULHER

E O SER MÃE

Há de ser uma menina! Era incumbência de Ana conceber uma menina.

Há de ser um menino! Luana devia apresentar um menino.

As mulheres sabem ter filhos, não precisam de repouso, de medicamentos, menos Roberta. E a perda da filha recém-nascida designava ausência de cuidado.

Essas circunstâncias reiteradamente foram elaboradas pelas mulheres que argumentaram como os maridos as responsabilizavam por eventos que mais pareciam pertencer a ordem do imponderável, independentemente de a criança corresponder ou não sexo determinado pelo pai e de serem mais ou menos estimadas em resposta ou embora a descoberta concordante ou não concordante. E de um modo amplo, esse capítulo é o que mais dispõe de recortes – dentre os conscientes – em que escolhi quais narrativas seriam ou não anunciadas, ao não contá-las inteiramente, infelizmente, deixo de apresentar nuances e possibilidades em favorecimento das histórias que decidi contar – de escolhas e de silêncios se constrói também a escrita. Isso porque, movimento-me a partir de um extenso emaranhado de discussões acerca das consequências de se relacionar com diferentes apresentações do masculino – pais, irmãos, maridos, namorados, filhos, conhecidos – como com as diferenças e as continuidades entre eles. Mais ainda, da não facilidade e naturalidade do nascimento dos filhos, afinal, formar e manter um feto no interior do próprio organismo costuma ser um encadeamento de acontecimentos que habitualmente envolverá riscos, especialmente compartilhados entre seres ou corpos factíveis a concepção, embriões, fetos e bebês. Por conseguinte, as mulheres com quais me encontrei evocaram nomenclaturas como eclâmpsia, hemorragias, insuficiência de oxigênio durante o parto, elevação da pressão arterial e até mesmo a inevitabilidade das consecutivas cesarianas.

Decerto que conversei com mulheres que rememoraram as gestações passadas a partir de registros distintos, distanciando-se de enunciados de raiz patológica e oferecendo pareceres mais positivos. Conquanto, a chegada, o crescimento e o cuidado das crianças não acontecia se não entrelaçado a uma diversidade de experiências das

mulheres com os pais das crianças, os familiares, as instituições estatais, a vizinhança, as relações trabalhistas, entre outros. Portanto, revisitamos a argumentação do ex-marido de Renata que a desacreditava entre as demais mulheres, delineando a incapacidade da ex-companheira em promover o cuidado da filha recém-nascida e a fixando como mãe de uma menininha que não vingou por falta de atenção. Em consequência, agrupando as mulheres em uma totalidade que operaria a partir de uma descomplicada e intrínseca habilidade de conceber e fazer viver crianças. Mas, deparando-se com a percepção de que esta expectativa não se alcançou, individualizou e constrangeu a companheira, culpabilizando-a como ineficiente e inadequada. Logo, acionando uma correlação entre o ser mulher e o ato da reprodução e do cuidado.

Em um rumo aproximado, durante os primeiros passos desse trabalho, estive em uma das Unidades Básicas de Saúde (UBS) de Santa Maria aplicada em descobrir alternativas e parcerias ao prosseguimento da pesquisa. Muito embora essa aspiração tenha se desmanchado diante os impedimentos de realizar essa pesquisa naquele espaço, ainda assim acompanhei a manifestação de eventos interessantes naquela manhã. Nesse sentido, enquanto falava com uma técnica de enfermagem que anteriormente desempenhou suas funções ao lado da única assistente social da UBS que há pouco havia sido transferida para o hospital regional da cidade, eu requisitei que me descrevesse os serviços promovidos em direção as mulheres ou que as concentravam em maior densidade. Indicou-me então as reuniões do Planejamento Familiar que se destinava as mulheres em idade reprodutiva, contou-me que os encontros tencionavam um *controle da reprodução*, considerando que *nessa cidade as mulheres têm filhos demais*. Interessada em estimular comentários adicionais, eu disse: *Ah é?! Tem muito menino aqui?* Em resposta ela acenou com a cabeça e abriu um sorriso.

No papel de uma pesquisadora anexada a Universidade de Brasília, descobria pela combinação do olhar e do sorriso da funcionária que eu era convidada a partilhar de uma cumplicidade com ela em relação as mulheres com filhos demais – um subentendido se fazia presente. Imediatamente recordei de minha presença uns dois anos antes naquele ambiente, aos 22 anos, com roupas mais simples e sem papéis entre as mãos, esperando uma consulta na área ginecológica. Dentro do ritual, antes de sermos atendidas no

consultório, individualmente éramos chamadas a adentrar uma sala onde respondíamos oralmente perguntas realizadas a partir de um formulário e logo depois mediam nossa pressão arterial e nos pesavam. Fui recebida na ocasião por uma mulher jovem de jaleco branco, macacão jeans e tênis All Star. Entre as perguntas, algumas eram percebidas por mim como de cunho mais social, concebidas para identificar marcadores como número de filhos, escolaridade, idade. Chamo a atenção como as respostas necessárias poderiam ter sido obtidas a partir de diferentes perguntas, mais ou menos amistosas, porém enfatizo que elas foram realizadas em um mesmo tom: *quantos filhos você têm? Você estudou até que série?* Minhas respostas foram que não tinha filhos e apresentava o ensino superior completo. Não esqueço como ela abandonou a caneta com uma das minhas respostas e me olhou pela primeira vez encontrando os meus olhos, continuou me olhando por uns segundos a mais, depois retornou ao formulário sem nenhuma explicação do porquê me fitava.

Equivalente ao que se desenrolava com o ex-marido de Renata, ali identifiquei também preceitos de quais características eram abordadas para descrever as mulheres, novamente, aludiam a reprodução. Entretanto, se esse homem defendia que todas as mulheres descomplicadamente poderiam dar a luz e cuidar de crianças, as funcionárias com as quais me encontrei se distinguiam dele ao propor uma separação entre as mulheres daquela cidade em relação as que habitavam outros lugares. Por conseguinte, as mulheres que frequentavam os serviços da referida unidade de saúde se diferenciavam ao serem retratadas como possuindo uma filiação extensa e um nível de educação formal que não alcançava a educação básica, conseqüentemente, acreditava-se que elas precisariam de orientação ou de intervenção, visto que lidavam com a reprodução de forma não controlada. Inclusive, mulheres de 22 anos de famílias de classes trabalhadoras, que estatisticamente apresentam níveis maiores de escolarização em comparação com a geração dos pais, não eram contempladas como possibilidades a partir da riqueza de detalhes presentes nas perguntas da profissional de saúde. Dessa maneira, arriscaria que o importante era as mulheres tal como apreendidas: mulheres com baixa escolaridade e com filhos demais. E não as que dentro de uma heterogeneidade requisitavam os serviços da instituição.

Muitos autores refletiram antes de mim a respeito da estigmatização da vida reprodutiva e da sexualidade de mulheres negras e de classes populares (Davis, 2016; Dalsgaard, 2006; Barroso, 1984). Por exemplo, Pedro Nascimento e Ariana Melo (2014) acompanhando as atividades do Planejamento Familiar em uma Unidade Básica de Saúde na capital de Alagoas, Maceió, (re)constataram como a equipe de profissionais frequentemente responsabilizava as mulheres com menores condições financeiras de intensificarem a condição de pobreza vivida na medida em que se afirmava que elas apresentavam um número expressivo de filhos e entre eles repartiam uma curta renda familiar. Conseqüentemente, reatualizando a máxima da escola neomalthusiana de que a intensificação do crescimento populacional estaria acompanhado da elevação dos índices de pobreza de um país que encontraria impedimentos adicionais para ir além do subdesenvolvimento⁵ (Zordo, 2004). Entretanto, não é de hoje que a redução do número médio de filhos por família brasileira é uma informação já explorada, mas no imaginário comum permanece a lógica de que algumas mulheres têm filhos demais e que são responsáveis por ampliar a desigualdade econômica ou mesmo de produzirem as próprias condições materiais de reprodução. Mais importante de ser dito, se é para pensarmos a partir do termo pobreza, decerto que esse conceito necessita ganhar complexidade e abarcar outras variáveis que não apenas a presença de uma renda fixa. Listando um desses importantes aspectos a serem considerados, relembro o trabalho de Aníbal Quijano (2005) que demonstra como o conceito de raça persiste desde o início da expansão do colonialismo europeu pelas Américas enquanto um poderoso instrumento de dominação que afeta a distribuição das pessoas em lugares e papéis na estrutura da sociedade. Outros fatores frequentes dizem respeito as hierarquias entre os gêneros, além da qualidade e acesso à moradia, educação e saúde.

5 O neomalthusianismo foi uma corrente da teoria econômica muito popular nos anos 60 e 70 no Brasil e no mundo. Orientando-se a partir dela, ações políticas apontavam o planejamento familiar como o meio de intervenção privilegiado para combater a desigualdade de renda, a violência urbana e a baixa qualidade educacional. Naquele momento, o Banco Mundial vinculava seus empréstimos a contrapartidas por parte do Estado que era estimulado a investir em políticas de controle populacionais (Zordo, 2004). Um exemplo intrigante desse período numa esfera global pode ser acompanhado no filme Sangue do Condor (1969) do boliviano Jorge Sanjinés que reconta a história da chegada de uma ONG a uma comunidade indígena nesse país.

Para mais, recuperando as reflexões de Nascimento e Melo (2014), ambos apontaram como os funcionários e as usuárias dos serviços da UBS em questão compartilharam o entendimento de que o Sistema Único de Saúde (SUS) representava cotidianamente para eles um “plano de saúde para o pobre”, um espaço buscado entre os que não podem aderir ao consumo da saúde privada. Em certa medida, enfraquecendo e constatando a dificuldade de vivenciar o SUS a partir do princípio da universalidade, ao lembrarmos que idealmente esse não deveria ser um espaço secundário e de qualidade duvidosa, e sim, um lócus de promoção e aprendizado a respeito da saúde para todos os brasileiros.

Um desdobramento mais adiante pode ser alcançado a partir da australiana Raewyn Connell (2012), que foi perspicaz ao propor a relação entre uma projeção civilizatória e desenvolvimentista de nação e a busca pelo controle das categorias de raça e de gênero, debate mais evidente ao lembrarmos o contínuo medo da miscigenação outrora perpetrados por ideologias racializadas de países imperialistas. Em que as invasões das Américas e a espoliação dos países africanos coabitou com o crescimento de teorias acerca da inferioridade das populações autóctones e o risco da degenerescência da população branca europeia ao se reproduzir com esses (idem). No chão materno, reatualiza-se esse contexto a partir da elite brasileira que buscou na ciência europeia conselhos de como fundamentar a construção da identidade nacional que era entendida como problemática com o fim do sistema escravista, no século XIX. Nesse encadeamento, a miscigenação brasileira foi um empreendimento contínuo que presumia que a entrada de um número abundante de imigrantes europeus acompanhado da constante miscigenação resultaria no branqueamento da população a cada nova geração, visualizando a frente a dispersão do contingente negro e de suas características entre as novas gerações de cidadãos brasileiros (Munanga, 2006). Entrevendo essas questões, concebe-se que falar de controle de reprodução implicou em diferentes momentos arquitetar uma noção de Estado-Nação em que nem todos seriam contemplados, dentro do qual a população negra e as classes populares eram apresentadas como impedimentos ao desenvolvimento do país. Nesse sentido, destaca-se como o corpo dessas mulheres enquanto periféricos e aptos a reprodução, constitui um importante espaço de produção

de discursos e medidas de controle associados a um dito melhor desenvolvimento da nação. Portanto, questiono se dentro das manifestações de que mulheres periféricas têm filhos demais não perdura um ranço que as culpabiliza por investirem em características pouco adequadas, de alastrarem a pobreza entre os filhos e de não efetivarem o branqueamento mesmo nos dias atuais. Entendendo que a miscigenação não seria exatamente um processo que foi encerrado, mas que se reatualiza a partir de diferentes mecanismos conscientes e inconscientes. Caso a resposta seja afirmativa, o que poderia ser interpretado como um direito de acessar técnicas contraceptivas se embaralha e se reconfigura como um dever moral orientado por preconceitos de classe e raça (Davis, 2016).

Percebe-se depois de tudo que foi dito até aqui que essas identidades em forte medida são exteriores, lançadas sobre a experiência, confrontando precisamente as percepções e os anseios que as mulheres nutriam a respeito de si mesma. Mas, diante as quais, elaboravam respostas e percepções diversas. Miramos assim como a projeção dessa identidade está calcada em uma dupla naturalização: a definição do que seria um corpo de mulher e do que ele está apto a produzir enquanto um organismo biológico, em seguida, acerca da cristalização do que é uma cidade periférica e do que representaria não preencher todas as etapas da escolarização básica e formal enquanto uma via única de resposta para a produção da vida material. Em resposta a essa dupla naturalização, diferentes empreendimentos alegaram a necessidade de intervir na presumida realidade social delas. Intervir porque, elas estariam em oposição as mulheres de outras cidades, ou mesmo de mulheres que não utilizavam o SUS e, mais dificilmente, eram perseguidas pelos discursos acerca da pobreza e do não conhecimento, além de serem significadas como melhores administradoras de suas capacidades reprodutivas.

Nas linhas que prosseguem, debateremos o que constituía preocupações a partir da interpretação de um número pequeno de mulheres, como também do compartilhamento dos dias com os filhos e das respostas fabricadas em relação a esses entendimentos englobantes que por acaso antecedia e modificava a experiência a respeito da vida.

Mãe e filho em busca de escolarização

Ser mulher não é uma expressão da totalidade de uma pessoa, decisivamente, outros elementos se misturam e transformam o estar no mundo. Aliás, torna-se pouco fértil destacar a experiência de gênero das demais intersecções políticas e culturais, conseqüentemente, existe uma inviabilidade de se manusear a categoria mulher enquanto um modelo universalizante e homogêneo (Butler, 2017). Entre essas intersecções, as de raça e classe mais comumente coabitam as análises sociais em companhia do gênero, entretanto, dentro desse trabalho de escutar e conversar com as pessoas, outros conceitos despontam como cruciais e pedem níveis igualmente densos de estudo. Lembrando que intersecção não se refere a união de elementos individuais a serem somados, antes, diz respeito a conceitos permeáveis e em afetação. Escutar então uma mulher que narra a vida dividida com os filhos implica em aprender necessariamente acerca de uma experiência de pertencimento a uma classe, a uma raça, faixa etária, localidade geográfica – não há a possibilidade de ouvir unicamente uma mulher que cuida de filhos pequenos ou crescidos. Portanto, as maternidades acontecem também dentro de práticas heterogêneas que requerem ser trabalhadas a partir da especificidade dos dilemas, dos acontecimentos e das emoções enfrentadas.

Baseando-se nestes importantes pertencimentos que se entrecruzam e incidem na construção da experiência diária de cuidado dos filhos, desenvolverei a respeito dos meus encontros com Bernardete – quem primeiro concordou em me receber para uma conversa no ambiente doméstico – tensionarei em forte medida a dificuldade de cuidar e ao mesmo tempo se legitimar enquanto um ser apto a também receber cuidado. Conhecemo-nos durante as reuniões de famílias do CAPS, ela estava acompanhada da mãe do companheiro. Mais tarde, diria que há um ano o marido vinha intensificando a relação com as bebidas alcoólicas, data que coincide com a demissão da profissão que ele desempenhava em uma rede atacadista de alimentos. Encerrada essa reunião, onde resumidamente eu apresentava meu interesse em conversar com mulheres com filhos, ela me convidou a visitá-la em qualquer dia e horário porque raramente se ausentava do ambiente doméstico; adiantando também que o filho contava com onze anos de idade,

era hiperativo e apresentava uma deficiência intelectual. Entretanto, oferecidas essas informações, disse rapidamente que ele era *normal* e a dificuldade maior era que ele não demonstrava prontidão por si só em desempenhar as atividades escolares, exigindo dela um acompanhamento minucioso em relação ao filho e as tarefas da escola.

Dentro desta primeira visita, desloquei-me a casa de Bernardete no início da tarde, ela estava em companhia do filho Lucas e de Mari que há dois meses estava morando com a família. Mari era uma menina de dezessete anos, contou-me que estava *dando um gelo* no marido, mas reataria o relacionamento em breve. Dias depois, outra amiga de Bernardete, diria que a mãe da adolescente se mudou recentemente para uma cidade próxima depois que os filhos de doze e catorze anos foram ameaçados de morte, Mari decidiu que não os acompanharia, de acordo com o relato⁶. Retornando aquela tarde, quando as conversas eram inauguradas ou encerradas com uma reclamação do calor de março que parecia não encontrar precedentes, encontrei Bernardete almoçando, sentada no sofá e com a televisão ligada. Na ocasião, comentei: *ichi, cheguei bem na hora do almoço!* Ela então me respondeu: *pois é, bora então almoçar?* Expliquei que havia almoçado em casa, emendando que ela não se incomodasse com minha presença e que esperaria que ela terminasse a refeição.

Enquanto isto, chamava-me a atenção um porta-retratos ao lado da televisão, em que ela abraçava o filho e o marido, todos sorriam e olhavam em direção a câmera. Pai e filho eram negros, com sorrisos bem parecidos. Bernardete com a pele clara, os cabelos eram compridos e escuros, em contraste com o presente no qual a conheci que eram claros e acima dos ombros. Contemplava-os, quando Bernardete me surpreendeu demandando que eu não reparasse no fato de ela comer em uma bacia de plástico, defendeu-se dizendo: *eu como numa bacia não é porque eu como muito. É porque se não vou derramar a comida toda no chão.* Por vezes, ela trazia explicações com o interesse de contextualizar ou mesmo de se inocentar de pensamentos que eu poderia construir em

6 Pensar no cuidado oferecido as mulheres como filhas não foi uma oportunidade que o curso dessa pesquisa me trouxe de forma aprofundada, mas a presença de Mari me traz alguns questionamentos. Fico pensando que se diante de um contexto de riscos e de uma masculinidade desgastante ou mesmo violenta em dados momentos, dentro da qual as mulheres como mães estariam constantemente se esforçando em aumentar as chances de vida dos filhos, as mulheres como filhas não receberiam doses menores de preocupações a medida que o pertencimento e a manutenção da vida delas em um meio periférico seria diferentemente desafiado. Novamente, enfatizo que me faltam elementos empíricos para afirmar essas questões, mas deixo esse pensamento em suspenso enquanto uma hipótese.

relação a ela e ao restante da família. Muito provavelmente, essas explicações constituíam uma constante, como uma necessidade de se zelar das investidas que distorciam sua identidade.

Nessas circunstâncias, em que explicitava como não possuía o hábito de sair de casa e da funcionalidade de comer em bacias de plástico, ensinava-me os dilemas e as respostas desenvolvidas para lidar com dificuldades acentuadas pela ausência de visão. Desde o nascimento, convivia com uma doença hereditária intitulada Retinose Pigmentar que ocasiona a permanente degeneração da retina, além de também ser daltônica. Em termos práticos, os 31 anos de vida que apresentava foram acompanhados da perda progressiva de percentuais da visão, esse processo se intensificou durante a gravidez. Durante o nosso encontro, convivia com cerca de cinco por cento da capacidade visual. Traduzindo esse número, descreveu que me enxergava de frente a ela – estávamos a uma distância de mais ou menos um metro – identificava a forma do meu corpo, mas não os traços do meu rosto e nem a cor e o tamanho dos meus cabelos. Baseando-se apenas na visão, distinguia o claro e o escuro, as formas dos seres.

Os trânsitos entre o cuidado de uma criança de onze anos com uma deficiência intelectual e hiperatividade, de se relacionar com o companheiro que naquele momento não detinha renda fixa e demonstrava uma relação de dependência com o álcool e a reunião dessas experiências aos dilemas da própria deficiência e a aspiração de também ser motivo de cuidado, constituíram o cerne de nossas conversas. E a respeito da convergência dessas demandas e sucedidos, compreendo que as considerações da holandesa Annemarie Mol (2008) acerca da Lógica do Cuidado, conduz-nos a percepções relevantes ao apontar os limites da autonomia das escolhas e o comprometimento com práticas de cuidado que desembocam em consequências não completamente domesticadas e previstas.

Por conseguinte, acompanha-se como na Lógica do Cuidado a vida não é apreendida como um fato, enquanto um elemento a partir do qual se discorre e se repousa os argumentos, mas como atividade. Em tal desdobramento, os atores se definem principalmente como uma questão prática, de comprometimento com atividades da vida diária. Bem como em outras lógicas, essa também apresenta facetas morais.

Entretanto, os valores que diferenciam entre um bom e um mau cuidado não dependem unicamente das escolhas escolhidas individualmente, ou da antecedência de argumentações que orientariam as ações. Mesmo porque, nessa perspectiva, avaliar os próprios valores poderá não ser o bastante, outros motivos poderão fluir e ser priorizados durante a ação – como a insuficiência de condições materiais ou físicas para concretizar os posicionamentos defendidos – ou mesmo, a constatação de que escolher em conformidade com uma orientação moral não desencadeia necessariamente no elemento buscado. Liberdade e administração das escolhas, transformam-se cada vez mais em buscas longínquas.

Em vez disso, o cuidado como prática é em si mesmo moral e ao se compor de ações não estabiliza facilmente o que é o bem e nem o mal como características intrínsecas a essas atividades, na verdade, tais entendimentos são tencionados, experimentados, descobrindo-se os alcances dessa polaridade. Portanto, a incerteza a respeito do que seria o melhor é um estado de cronicidade, um contínuo teste. E assim as formas de comprometimento e de oferecer atenção se destacaria como elementos cruciais. Melhor dizendo, dentro da Lógica do Cuidado o importante seria a forma como os atores estão engajados em trabalhos práticos, em pequenas e cotidianas escolhas e atividades das quais dependem a caminhada. Uma tensão é que por ser uma caminhada, as vezes não apresenta um ponto de chegada, demandando-se tenacidade e adaptação com a prática e com as tentativas de intervir sobre a vida e de fazê-la capaz de ser vivida a partir de certas mobilizações (Mol, 2008).

Entendamos resumidamente então que o cuidado explicita formas de comprometimento com existências particulares a partir do exercício de pequenas e frequentes práticas cotidianas, assim, entre as muitas atividades que compunham um dia na vida de Bernardete em maioria elas miravam o filho e o marido. Por exemplo, o desempenho e o deslocamento de Lucas até a escola era uma preocupação constante e como ela não andava desacompanhada nas ruas, encontrava-se impedida de realizar a rota de ida e volta duas vezes ao dia e em reação o que ela fazia era mobilizar uma vizinha, o marido e, mais recentemente, Mari realizava essa tarefa diariamente. Embora não conduzisse presencialmente a criança ao destino pretendido, cabia a ela o esforço de

convencer e supervisionar outras pessoas que no dia em questão se engajariam a ela na atividade de acompanhar o filho ao ambiente da escola. Em acordo com o argumento de outras mães, acompanhar os filhos no percurso de ida e volta é fundamental para motivar e revelar aos demais que aquela criança *não se encontra sozinha*. Mais especificamente, trazendo a deficiência do filho, compartilhou como não permite que ele acesse as ruas e que teme que os meninos da idade dele o influenciem a participar de *coisas erradas* e que ele nem perceba. *Ele é inocente, não entende* – justificou. Reafirmando esta preocupação, compartilhou como o filho a buscava frequentemente para se queixar de que outra vez havia sido chamado de *burro* entre os colegas de classe.

Mais que uma tarefa despreziosa de caminhar ao lado do filho, acompanhando-o em um percurso que provavelmente ele realizaria por si mesmo, a oportunidade de conduzir as crianças a escola ou de contar com uma pessoa de confiança que contribuísse nesse intuito, marcava uma engenhosidade para preservá-las dos riscos das ruas e de estabelecer coletivamente que um adulto ou irmão maior responderia quando necessário em prol do bem-estar dela. Entretanto, as tentativas de prevenir o filho de ser enganado ou levado a fazer coisas erradas ao se deparar com os muros da escola esbarrava com impedimentos ou novos desafios, como vimos, dentro desse espaço essa criança descreveu ter vivido episódios de violência psicológica que foram levados a cabo por outras crianças. Incumbe destacar que mesmo que esta circunstância não tenha podido ser evitada, com o seu desfecho, em algum momento a mãe foi identificada pelo filho como a pessoa com a qual o acontecimento seria compartilhado.

Novamente, cobrando que ela se manifestasse e o libertasse de tais experiências inferiorizantes. Respondendo então ao filho, enfatizava que ele não era burro e que como ela era ele também uma pessoa com deficiência, mas, salientava, como isto não deveria ser usado enquanto uma evasiva para deixar de se dedicar as atividades escolares. *Acho que ele sofre bullying. Mas, acho que ele se aproveita disso também. Eu tento explicar que eu também sou especial e nem por isso vou deixar de fazer as coisas.*

Certas ambivalências aparecem a partir deste acolhimento dispendido ao pequeno Lucas, antes de tudo, ela demonstrava e reivindicava uma forma de enfrentamento contra o preconceito emitido dentro do ambiente da escola. Ele não era uma criança *burra* ao

contrário das acusações, partia-se desta certeza, entretanto, ou por ser assim, esperava-se que ele exibisse uma evidência. Não se entristecer diante dos insultos, mas enunciar uma contestação a essas tipologias que caracterizavam o que seria uma pessoa com deficiência. Bernardete operava esse conselho consigo mesma, em tom de troça compartilhou como as vizinhas admiravam o uniforme escolar do filho, diziam: *essa bicha engana o governo* – referindo-se ao benefício financeiro conferido em razão da deficiência – *eu que enxergo não consigo deixar o uniforme do meu filho tão limpo*. Contente, revelou que por conseguir diferenciar o claro do escuro, deixa as roupas claras um intervalo de tempo maior dentro do tanquinho – ela não contava com uma máquina de lavar totalmente automática – posteriormente, esfregava entre as mãos os pontos mais suscetíveis ao aparecimento de manchas, como embaixo dos braços, aumentando a probabilidade de retirar quaisquer resquícios de sujeira da peça. No caso do filho, indicava como uma dedicação maior aos estudos resultaria em um melhor desempenho na escola, conseqüentemente, contra-argumentando os insultos de que ele não aprenderia por ser burro.

Mãe e filho eram apreendidos como incapazes de habilmente realizar certas atividades da vida diária. Esta forma de perceber pessoas com deficiência remeteria a uma hierarquia que dispõem os corpos de acordo com uma concepção que articula o que é um corpo saudável e adequado, assentando uma corponormatividade (Mello, 2016). Pautando-se nessa idealização de corpos que corresponderiam a um modelo estético e de inerente funcionalidade, as pessoas com deficiências comumente seriam categorizadas a partir do que criticamente se denominou como capacitismo. Pode-se definir como um conceito que descreve como pessoas com deficiências são tratadas como incapazes de responder funcionalmente as mais diversas atividades e relações apresentadas no correr do ato de viver – incapazes de trabalhar, de sentir, de cuidar de uma casa e de desenvolver aprendizagem. Em resumo, essa perspectiva se basearia em associar a funcionalidade como decorrente unicamente da estrutura corporal de pessoas não-deficientes, desvalorizando as habilidades e afetividades dos que não se enquadram na corponormatividade (idem).

Baseando-se no que foi retratado, dizer ao filho que uma maior dedicação aos estudos representaria uma contrapartida as apreciações que o definiam como uma criança não inteligente era um dos engajamentos dispendidos em direção a Lucas. Entretanto, acentua-se como a acusação de incapacidade que coabitou com a necessidade individual de evidenciar o contrário, tencionou o questionamento de melhor compreender como a deficiência intelectual e a hiperatividade atuam no desenvolvimento escolar deste menino de onze anos. Uma dedicação maior as atividades escolares efetivaria um melhor desempenho e preservaria Lucas das violências cometidas pelas demais crianças? Estaria a mãe querendo que o filho se adequasse em direção a norma do que seria um desempenho escolar esperado? Por ora, afirmarei apenas que ambos demonstravam descontentamentos com o que se passava na escola e ensaiavam caminhos de mudança.

Lembremos da teorização anterior que abordava o cuidado como uma questão de estar engajado com o desempenho de atividades práticas, às vezes pequenas, mas constantes (Mol, 2008). Há pouco vimos como escutar o filho que se queixava do relacionamento com os colegas de classe, de insistir na circunstância de ele não ser burro e na tentativa de fazê-lo estudar mais, constituiu comprometer de Bernardete em relação a Lucas e ao processo de escolarização. Contudo, esses esforços aconteciam a partir de ações numerosas, como se em um mesmo tempo ela ensaiasse perspectivas diferentes ou complementares que a aproximaria do propósito buscado.

Em 2017 era o primeiro ano de Lucas no 2º ciclo do ensino fundamental que compreende o intervalo do 6º ao 9º ano. Na passagem de um ciclo ao outro, certas mudanças acontecem de forma sistemática na rotina dos alunos. Especialmente, dentro da rede pública de ensino do Distrito Federal em que as escolas se organizam em acordo com as etapas e os ciclos da educação básica brasileira. Lucas estudou em escolas públicas e no ensino regular até aquele momento, então a transferência de escola era inexorável com a passagem do 5º para o 6º ano do ensino fundamental. Tratando a respeito, Bernardete me contou que as mudanças são difíceis para o filho. *É pra todo mundo, mas, principalmente, pra ele.* Nesse exato momento, Lucas resolve se somar a conversa e de outro cômodo aparece com uma mochila entre as mãos, convidando-me a arrumar os

materiais escolares do dia seguinte, abrindo um dos cadernos me mostra o horário das aulas e indica o dia que eu deveria ler para que ele selecionasse os livros necessários. Pergunta-me se estou na faculdade, conversamos, conta-me o nome da escola em que estuda e que está no 6º ano e que naquele ano eram nove professoras diferentes, antes era apenas uma. Não demora, ele leva a mochila de volta e reaparece apenas de passagem para o quintal da casa, desta vez trazia uma espada de brinquedo fosforescente, um sabre de luz Jedi, usados pelos personagens da franquia de filmes norte-americana Star Wars. De estudante, era agora um pequeno Jedi.

Lucas se apresentava como uma criança curiosa e falava da escola com a tranquilidade de quem é parte daquele ambiente. Ele me lembrava de uma das minhas aulas de licenciatura em Ciências Sociais, na graduação, em que a professora comentou por meio de uma pergunta se conhecíamos uma criança pequena que não se entusiasmava ou mesmo que não ficasse eufórica com o início de um ano letivo. Lucas não era mais uma criança muito pequena, mas se expôs diante de mim com entusiasmo e iniciativa. Enfrentando a máxima de que não se permite a fala a uma criança com deficiência, mas somente aquilo que se diz a respeito dela – do que pensa e sente (Clímaco, 2010). Isto me conduziu a pensar que quando a mãe contava das dificuldades do filho em relação as mudanças, dizia-me das adversidades que ela mesma ou ela também era levada a enfrentar e se adaptar na empreitada de oferecer educação formal ao filho.

Nesse caminho, até o ano anterior o filho estudou em uma escola menor que estava localizada nos arredores da casa da família. Por se conservar por anos em uma mesma escola, compartilhou que as professoras *estavam começando a entender* as especificidades da criança durante o aprendizado, chateada, contrastou: *nessa nova escola eles não parecem entender nada sobre necessidades especiais*. Passando então a listar as discordâncias que consistia, primeiramente, no fato de ele estar em uma turma com um número extenso de alunos e ao reivindicar o direito de ele ser realocado em uma turma menor foi orientada que ele estava matriculado em tal turma e que naquela escola havia salas de aulas com 45 alunos, ao contrário da que ele estava com 30. Enquanto outro ponto negativo, disse que a deficiência do filho não permitia que ela entrasse com um pedido de monitor que o acompanhasse durante as aulas, embora contasse duas vezes

por semana durante o contraturno com o Atendimento Educacional Especializado – trabalho mais conhecido como sala de recursos. Entretanto, as críticas se intensificaram quando explicitou como quase que semanalmente era convocada a comparecer na instituição, ora para acalmar o filho que se mostrava estressado, ora para ouvir reclamações de que ele se recusava a fazer os exercícios. Mais uma vez, lembra que nesse momento da vida conta com a prontidão de Mari que mesmo de última hora tem podido acompanhá-la. Mas, com a incerteza dos dias futuros, aproveita cada ida a escola para dizer aos funcionários: *vocês precisam aprender também a acalmar o meu filho, não sou só eu. E se um dia eu não conseguir ninguém pra vir comigo? Se eu trabalhasse vocês iam me ligar toda semana?*

Deixar os limites da casa era motivo de tensão, dentro do lar o marido normalmente a buscava para perguntar se ela havia *visto* uma toalha ou uma tesoura e tranquilamente podia dizer: *abre a gaveta do armário da cozinha, a segunda de cima pra baixo*. E lá estava a tesoura. Ou contava com a certeza de que uma vez a cada semana receberia a visita da mãe que cortaria pedaços de carne e as armazenaria em vasilhas de formatos distintos, criando uma classificação legível ao toque de que tipo de carne era aquela e dinamizando as atividades atreladas ao cozinhar diariamente. Estar em casa ampliava a confiança e a sensação de controle de Bernadete, ela apresentava uma percepção meticulosa da localização e do estado de cada utensílio. Além do que, dentro dos limites da casa podia se comprometer de forma um pouco mais segura no aprimoramento dos afazeres com os quais apresentava mais dificuldades, como as técnicas para manter o uniforme do filho sem manchas. Curiosamente, uma atividade que por acontecer em um dos poucos pontos da cidade que não recebeu a cobertura do asfalto se apresenta a partir de uma expressão mais intensa ao indicar a quantidade de esforço adicional que precisaria ser empregado no intuito de manter as roupas limpas e indiretamente simbolizar um dos cuidados depositado no filho. E tanto é que uma mulher que residia duas ruas acima de Bernadete, ao lhe listar os motivos de percebê-la com bons olhos e tomá-la como uma amiga, anunciou as roupas limpas como uma das causas.

Contanto, essa desenvoltura não implicaria em dizer que a partir do esforço adicional e da repetição dos afazeres cotidianos que ela se emanciparia da necessidade de

solicitar contribuições dentro do espaço doméstico e acessaria todos os reconhecimentos de ser tomada como uma boa mãe e dona de casa. Muito pelo contrário, estamos de frente de uma preparação mais honesta do entendimento de autonomia em que a movimentação dessa mulher esteve relacionada com a habilidade e as chances de reunir o comprometimento de outras pessoas em atividades – normalmente também mulheres. Por conseguinte, acompanhou-se como uma parcela substancial dessas movimentações consistia em estruturar apoios específicos que pudessem ser acionados com maior e menor regularidade.

Entendo que persistir com a palavra autonomia talvez não tenha sido uma escolha de toda acertada, estamos diante de um conceito em companhia de mais alguns, como o de não-dependência, autossuficiência e de um entendimento limitado acerca do que seria a racionalidade e dos que podem detê-la. Novamente, marginalizando pessoas. Um trabalho conhecido que permeia esse assunto é o da antropóloga Guita Debert (1999) que retrata como dentro de uma sociedade capitalista a juventude se transfigurou em um valor que marca o status das pessoas e em vez de referenciar uma fase da vida se converteu em um bem a ser conquistado a partir de um estilo de vida e de um mercado de consumo – de cosméticos, de roupas e de comportamentos. Fazendo do envelhecimento quando seguido de adoecimentos e da necessidade de receber atividades de cuidado um ato de transgressão de indivíduos particulares ou de pessoas que não adotaram e não consumiram um estilo de vida recomendado (idem). À vista disso, consolidando o argumento de que a demanda por cuidados e o envelhecimento constituiria estados de subalternidade para algumas pessoas, como se não houvesse uma interdependência que permeia o processo de produzir e manter vidas (Glendinning e Fine, 2005). Então, dificultando a composição de discursos baseados na transparência e na responsabilidade da interdependência a partir da qual desdobra-se a vida.

Entretanto, insisti na palavra autonomia porque a narrativa de Bernardete parecia frisar que alcançar a atenção da vizinhança e de familiares dependia de uma movimentação anterior da parte dela e que essas contribuições nem sempre aconteceriam a despeito de tal iniciativa. Por assim, Pascale Molinier (2012) buscou explorar as diferentes faces das atividades que demandam oferecer atenção a terceiros,

descrevendo-as por meio do termo em inglês *care* que aconselhou não traduzirmos como cuidado com a pretensão de não limitá-las aos trabalhos em que a preocupação com o outro aparece apenas de forma explícita e direta. Nesse seguimento, ela divide a análise em cinco diferentes perspectivas, umas delas é o *care* como fazer discreto⁷. Nessa face então as atividades não se resumiriam a uma habilidade técnica, exigindo também um mascaramento das relações de dependência no sentido do que oferece o trabalho em direção aquele que recebe – dissimulando uma dita independência do último em relação ao primeiro e atualizando uma relação de poder entre esses atores. No caso de Bernardete, ao contrário, ainda que ela reforçasse que o zelo conferido a organização da casa conferisse a certeza de que ela era a principal responsável pelo funcionamento do ambiente doméstico; não escondeu as visitas da mãe e a facilidade com que o filho aceitava uma rotina de medicamentos enquanto ações que descomplicava as demandas. Mais recentemente e por um prazo incerto, Mari era citada ainda como uma presença importante que possibilitava o acesso as ruas. Entretanto, as ruas permaneciam como um espaço inóspito e de insegurança a uma mulher com deficiência e ser reconhecida e conquistar apoios no sair de casa era um exercício cansativo e as vezes infecundo, começando com as relações travadas com a escola.

Observamos como Lucas esteve matriculado em uma escola menor e mais próxima da residência. Nessa Bernardete se ocupava dos mesmos descontentamentos, como na escola atual as professoras também não pareciam considerar as especificidades e as habilidades de crianças com deficiências, ecoando em limitações na garantia do processo de aprendizado desses alunos. No entanto, tratava-se de uma escola de dimensões menores e a cada ano apenas uma professora se encarregava de cada turma – circunstâncias trazidas como facilitadoras a Bernardete. No correr da permanência do filho na primeira escola, encontrava-se diante o infindável debate de explicar a comunidade escolar a respeito do processo de adaptação e do aprendizado de um menino com deficiência intelectual e hiperatividade, em conta-gotas pleiteando a qualidade da passagem de ambos pela instituição. Passado os anos, confirmou uma conquista nessa tentativa de orientar as professoras e a equipe escolar a respeito da

7 Já as outras quatro são o *care* como resposta adequada, como trabalho sujo, como trabalho inestimável e como narrativa política.

capacidade de aprendizagem da criança, mas era chegada a hora de mãe e filho partirem em direção a uma nova escola. E assim as conquistas anteriores pareciam retornar ao ponto inicial – de desconhecimento – e o trabalho requeria ser refeito, mas, dessa vez, em uma escola distante e com um número maior de professoras. Como anteriormente, as reclamações na nova escola iniciaram apontando como Lucas não queria realizar as atividades e demandando com frequência que ela fosse a escola de última hora para acalmar o filho e enfim facilitar a recuperação da rotina.

Estar na escola e nela se desenvolver intelectualmente requeria ações práticas de Bernardete em favor do filho, dentre as escolas que transitaram as deficiências e o processo de escolarização não eram desdobrados além da superfície das principais leis estatais. Esboçando frustrações, contou como a comunidade escolar “parece não entender nada” de pessoas com deficiências, discorrendo acerca dos processos de invisibilidade a partir dos quais ela e o filho constroem parte da experiência. Não se entende a respeito de pessoas com deficiência era o cerne da questão trazida por Bernardete. Não se entende, acredito, amplia-se para a circunstância de que o filho recebia uma educação de menor qualidade em relação as demais crianças. Os funcionários eram inertes a existência de alunos com deficiência na visão da mãe, cabendo assim a ela protestar e instruir que o filho estava capacitado ao aprendizado e de que a recusa dele em participar de uma atividade não caracterizaria que fatalmente ele não poderia realizá-la.

Discutia-se também que como responsável pelo filho, ela não era apreendida como uma mulher que igualmente experimentava uma deficiência e ao indagar se uma mulher que trabalha diariamente seria convocada a comparecer a escola sem horário e dia preestabelecido, Bernardete não só buscava responsabilizar os funcionários a lidarem com o filho em momentos de dificuldades, como conferir legitimidades aos esforços requeridos quando necessitava sair de casa. Isto porque, ela lidava com as ruas a partir de um nível tão intenso de insegurança que ela não saía de casa sem companhia e elas não poderia ser mobilizadas livremente, dependendo no mínimo da organização e antecedência do compromisso. Portanto, endossando o raciocínio de que a deficiência enquanto uma lesão ou um diagnóstico médico não configura uma desvantagem em si

em comparação aos demais membros de uma sociedade, antes essa desvantagem é criada e reproduzida a partir de muitos mecanismos que segregam e oprimem pessoas com deficiências (Diniz, 2002). E aqui a reprodução dessa opressão acontece a partir de uma ambiguidade em relação ao acesso às ruas, instaurando-se quando o sair de casa sozinho é impossibilitado porque a existência de si fora da casa é acompanhado do medo de estar exposta a episódios que deságuam em riscos, assim ela se mantém no lar por entendê-lo como um espaço de segurança; como também se reproduz com o convite que ela compareça às ruas e participe das mais diversas atividades públicas, mas não se pondera ou não se constrói alternativas aos muitos riscos que se entrelaçam à realização dessa ação.

Muito foi dito a respeito da escola e de como a qualidade da escolarização oferecida a Lucas dependia substancialmente de uma tomada de consciência individual de professores que a partir das orientações de Bernardete se comprometeriam ou não com o desenvolvimento escolar do filho. Entretanto, outros espaços e relações poderiam ter sido enumerados como produtores de desigualdades, como fez Bernardete ao se defender do que eu pensaria ao encontrá-la comendo em uma bacia de plástico, ou ao me contar do cotidiano com o companheiro, como veremos abaixo.

Medicamentos e a exaustão da divisão social do cuidado

Não raro nos deparamos com trabalhos nos quais os homens, quando retratados a partir das relações de maridos e de pais, são descritos como pessoas displicentes, às vezes autoritárias ou, em casos mais positivos, como homens que saem de casa pela manhã e retornam de noite depois de uma rotina de trabalho. Nos encontros que apreciei durante a fase de pesquisa de campo, as mulheres em maioria reforçaram essas enunciações. Dona Rosângela reclamava de como o marido *era aquele tipo de pai que trabalhava, chegava em casa e queria tudo pronto, os filhos em casa*. Enquanto Bernardete manuseando um senso comum disse, *homem não ajuda, você sabe!* Cicinha com os olhos marejados me revelou que esteve ao lado do ex-marido nos piores momentos do

alcoolismo dele, mas foi surpreendida quando ele iniciou um novo relacionamento e rompeu com ela ao primeiro sinal de uma pequena melhora na dependência do álcool.

Essas narrativas eram infinitas nas casas e no CAPS, depois delas não caberia iniciar uma frase com um “mas” ou um “entretanto”. Então, em paralelo a elas, destaco como esses comportamentos não se desdobravam no vazio e como se ordenavam de acordo com a construção social de uma masculinidade. Isso é simples, diria que trivial, mas é importante ser dito e demonstrado para não cairmos em um imaginário de que homens de classes populares intrinsecamente são mais caóticos ou não “civilizados” em relação aos homens e a opressão de gênero de camadas sociais diferentes. Como tenho insistido também – vale lembrar – a universalidade é um empreendimento de ficção, de estruturas que encobrem os corpos e os meios sociais que dão vazão ao conhecimento e não assumem os limites do alcance das próprias análises (Haraway, 1995). Portanto, as narrativas das mulheres não se resumem a uma amostra exacerbada de um patriarcado onipresente, as relações e hierarquias de gênero mesmo que atravessadas ou transformadas por fenômenos globais são experimentadas localmente. Nesse caso, classe, mais exatamente, a relação dos homens com o trabalho assalariado é um elemento imprescindível para se pensar masculinidades em classes populares. Inclusive, a imagem do homem trabalhador brasileiro se fundamenta em um alto grau de moralidade, construindo uma caracterização de um homem honrado, coerente e a ser protegido – mesmo que isso implique em medidas de contenção a outras pessoas, entendidas como o avesso do homem trabalhador⁸. Nas reuniões do CAPS, os laços dos homens com uma ocupação assalariada, de conseguirem ou não conciliar o consumo de substâncias químicas lícitas ou ilícitas com uma rotina de trabalho era uma circunstância considerada ao se formular intensidades de dependência e também de saúde.

Espreitando decifrar a centralidade do trabalho na identidade e no pertencimento desses homens, recupero os apontamentos acerca do conceito de “cidadania regulada”

8 Gabriel de Santis Feltran (2007) orienta que há uma plasticidade no reconhecimento dos que preencheriam a categoria de trabalhadores. Por exemplo, ele mostra que nas “operações policiais ostensivas” que normalmente são mais “públicas” do que as realizadas diariamente nas comunidades, elas costumam estar menos voltadas ao combate de atos ilícitos e mais direcionadas em desfavor das camadas mais periféricas da sociedade. Nesse sentido, eles seriam apreendidos potencialmente como suspeitos, como pessoas menos merecedoras de direitos sociais. Por conseguinte, a categoria de trabalhadores define quem se encontra apto a ter acesso ao “direito” de ter direitos.

do sociólogo Adalberto Cardoso (2010). Por meio dessa reflexão, incide-se em um período de nossa história que se inicia na Era Vargas, mas que se estende às décadas seguintes. Trata-se de um intenso e contínuo fluxo migratório de pessoas em áreas rurais – principalmente no nordeste – que deixaram seus estados com o anseio de nas grandes cidades serem reconhecidos como membros da nação, e, mediante o trabalho, acessar direitos civis como o salário-mínimo e a aposentadoria. Portanto, entende-se que o trabalho produz uma expectativa de proteção social e uma promessa de integração e de cidadania em relação ao Estado brasileiro (idem). Deslocando esta reflexão as preocupações que venho desenvolvendo, reitero como o trabalho com direitos sociais resguardados é um lócus de desejos e de expectativas, fervilhando em uma identidade de respeitabilidade e de autoestima. Particularmente, estenderia essa afirmação da centralidade do trabalho não apenas aos que apresentam uma ocupação com direitos trabalhistas confirmados, como aos que possuem uma renda fixa resultante de pequenos negócios e de ofícios informais. Entretanto, entre a maioria das mulheres e homens com os quais me encontrei, o acesso aos direitos trabalhistas não era uma realidade comum, ocasionalmente, uma renda fixa provinda de outros meios também não.

Certamente que as hierarquias entre essas mulheres e homens estão além das relações de incerteza com o trabalho, acompanhamos como a narrativa de Cicinha foi exemplar de como sua vida afetiva e material foi transformada negativamente pelas escolhas do ex-marido, ainda mais ao perder o convívio diário com o filho de treze anos de idade por não poder custear as despesas básicas do cuidado de um adolescente. Entretanto, essa ponderação entre os homens e o trabalho se conduz a partir de determinadas intenções, uma delas é que a imagem do homem trabalhador é uma expectativa depositada cotidianamente e que não se reduz unicamente as chances de reunir renda financeira, mas constrói também uma realidade, contribuindo em uma forma dos homens se relacionarem e de se isentarem de relações familiares, como compartilhou Rosângela ao falar como o marido esperava que ela controlasse minimamente o ambiente doméstico. Posteriormente, arriscaria como o consumo do álcool entra de uma forma delicada e se entrelaça com essa noção de masculinidade, reverberando em ainda mais trabalho físico, cognitivo e emocional para mulheres e crianças.

Lembrando de Bernardete, em discussão com o marido, contou que comumente manifestava como ela *não tem o direito de ser especial* e de como *ele não veio enganado* porque desde o início foi colocado que ela demandaria contribuições em decorrência da deficiência visual. Mais ou menos há um ano, desde que o marido foi demitido do emprego em uma rede de vendas de alimentos a atacado e duas vezes por semana passou a trabalhar informalmente em uma pizzaria auxiliando no preparo da massa, ele começou a consumir mais e mais bebidas alcoólicas. Ela acredita que recorrer a esse trabalho que era o mesmo que ocupara anos atrás quando era mais moço foi um forte desapontamento para ele⁹. Inicialmente, depois de identificarem a situação enquanto um problema, procuraram o apoio de um grupo dos Alcoólicos Anônimos e meses depois ela entrou em contato acerca da existência do CAPS, ao descobrir que esse último oferecia atendimento psicológico diz ter pensado: *eu vi que lá era o lugar dele*. Entretanto, embora tenha encaminhado o marido aos dois espaços de tratamento e de insistir na importância de ele aprender a receber e buscar assistência, estava desesperançosa por ele continuar bebendo e agora misturar o consumo do álcool com a medicação prescrita no CAPS, o Diazepam. Para além disso, havia a necessidade de arcar com as despesas da casa basicamente a partir do Benefício da Prestação Continuada no valor de um salário-mínimo¹⁰.

Manifestando-se como uma pessoa com deficiência, Bernardete se dedicava em construir um espaço em que ela fosse aceita como motivo de cuidado. Nesse caso, administrava descrições que difundem a deficiência a partir de uma relação direta com a dependência e assim propunha uma conjuntura para requisitar cuidados. E atestando que o marido estava ciente da deficiência – ele não foi *enganado* – discorre primeiro que foi necessário se explicar enquanto uma pessoa com deficiência, como se houvesse uma relação de interesse velado que moralmente precisa ser evidenciada com o fim de que esse outro possa arbitrar acerca da escolha de ir adiante ou não com o relacionamento.

9 Como Bernardete, ele tinha também 31 anos de idade.

10 O Benefício da Prestação Continuada da Lei Orgânica da Assistência Social é o direito ao recebimento de um salário-mínimo mensal a pessoas com idade acima de 65 anos ou à pessoa com deficiência que a impossibilite de participar do mercado de trabalho. Para ter acesso a este direito, faz-se necessário uma renda por pessoa do grupo familiar menor do que ¼ de um salário-mínimo.

Fonte: <http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/beneficios-assistenciais/bpc>.

Acessado em: 13/07/2017

Essa urgência moral da revelação dos interesses depositados no outro, aparentemente precisaria acontecer unicamente dela em direção a ele – de uma pessoa que apresentava uma deficiência em relação a uma sem deficiência. Subsequentemente, entende-se ainda que não seria suficiente demandar uma nova partilha das obrigações apenas enquanto uma esposa e mãe que se encontra sobrecarregada ou que contesta tal divisão, essa era outra possibilidade infértil de negociação.

Isto em parte aconteceria porque, dentro da organização social do cuidado, em que as responsabilidades estão fragmentadas a partir da naturalização de marcadores como gênero, raça e localização geopolítica; define-se que as mulheres são aquelas que vitalmente cuidam dos outros (Legard, 2003). Portanto, espera-se que elas se mostrem sensíveis as necessidades de determinadas pessoas, aliás, estados físicos e emocionais de exaustão poderiam ser assimilados como características de comprometimento com os preceitos desse papel social. Então, resgatando a perspectiva do *care* enquanto um fazer discreto (Molinier, 2012), cabe dizer que as expectativas depositadas nessas mulheres não requerem explicações e adiantamentos – como era cobrado de Bernardete em relação a deficiência e a necessidade também receber cuidado – na verdade, esperava-se que naturalmente elas realizassem essas atividades e de preferência de forma silenciosa e que não evidenciasse a ampla rede de atores dependentes das ações delas.

Frente a dificuldade de amenizar o volume de afazeres e preocupações, havia um interesse em criar ao menos um intervalo de descanso. Iniciou dizendo que há dias que se sente mais cansada, *têm dias mais difíceis que a gente não acorda bem... Eu fico preocupada com o Lucas mais o álcool do meu marido... as vezes eu fico cansada dos dois... Nem todo dia a gente dá conta.* Em um desses dias tomou um comprimido de um dos medicamentos do filho, um antidepressivo, o Neozine 25 mg. *Pensei: se acalma ele, também vai me acalmar. Eu dormi umas 16 horas.* Na consulta mensal do filho, descreveu a situação, contando de como se sentiu exaurida em relação ao filho e o alcoolismo do marido e então tomou a medicação. Pela médica do menino foi orientada que eventualmente ela poderia consumir um comprimido do Neozine, mas para uso diário orientou que comprasse Maracugina. Trata-se de um conhecido medicamento fitoterápico que não requer prescrição médica no ato da compra. Na farmácia, descobriu que o

medicamento era vendido a 50 reais e de imediato avaliou a impossibilidade de acrescentá-lo as despesas da família.

De acordo com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) que se vincula ao Ministério da Saúde e, entre outras funções, monitora a implementação, produção e comercialização de medicamentos no Brasil, indica-se o Neozine em “aplicações terapêuticas” que buscam a sedação em pacientes psicóticos e na terapia adjuvante para o alívio do delírio, agitação, inquietação, confusão, associados com a dor em pacientes terminais. Entre as indicações, destaco com fins de reflexão as palavras: terapêutica, sedação e alívio. Entendo que elas se somariam a palavra “acalmar” de Bernardete que findou em 16 horas ininterruptas de sono. Esperava-se assim que a atuação do medicamento modificasse as respostas que seriam oferecidas caso o consumo não fosse realizado, estas respostas se fundamentariam em estados de agitação, inquietação e preocupação. Trata-se de uma transformação densa que repercute em comportamentos, em formas de responder ao desemprego e o alcoolismo do marido mais a quantidade de afazeres demandados pelo filho, mas, principalmente, em estados emocionais e mentais para com estes acontecimentos. Na narrativa observada, o Neozine foi um caminho de amenizar os desdobramentos de preocupações, de dias nos quais lidar com elas é uma ação prática mais difícil de ser atendida. De volta as palavras destacadas, alívio e sedação se embricam de forma controversa e se metamorfoseiam como se trouxessem uma única acepção, como se fossem sinônimos, mas esta pretendida aproximação não deve ser encerrada como ausente de questões políticas. Ou melhor ainda, abre a pergunta: quais foram os recursos disponíveis a Bernardete para que ela lidasse com as adversidades apresentadas?

Parágrafos atrás afirmei como Bernadete ansiava um intervalo de descanso, mas em vez de simplesmente conceber o Neozine ou o Maracugina como uma expressão desta procura, mais interessante seria acompanhar como ambos atuam na direção de contribuir com que ela siga adiante com as atividades e tensões do cuidado, continue dando conta. Portanto, em dias mais difíceis, em que porventura as discussões com o marido se inflamam, ou as negociações com a escola se mostram mais vacilantes, configurando estados limites de preocupação e cansaço, a medicação aparecia como uma estratégia de

amenização ou controle destes estados físicos e emocionais. Entretanto, aconselhou-se que o manuseio se realizasse com ponderação, aferindo as situações limites em que se argumentava que sem a medicação não se poderia ir adiante com a prática do cuidado. Manter a atenção acerca da dosagem do Neozine, demonstrava uma tentativa de controlar sua ação, de aumentar as chances de ele atuar puramente nos momentos esperados e afastar os efeitos indesejados. Ele era uma tecnologia que deveria ser administradas com parcimônia no sentido de melhorar a performance de Bernardete como cuidadora em vez de torná-la motivo de cuidado.

Nas reuniões de familiares do CAPS, em maioria as mulheres dependiam de calmantes e antidepressivos para terem uma noite inteira de sono; outras, dormiam três, quatro, cinco horas. Perguntar se uma pessoa era capaz de dormir era uma questão endêmica daquele espaço, não era obvio que se dormisse de noite. Mas, se determinadas mulheres e mais raramente certos homens não dormiam, o que faziam? Preocupavam-se. Uma mulher depois de noites e noites esperando o filho que era dependente químico chegar em casa de madrugada, tornou-se incapaz de dormir além das duas da manhã. Então, acordava todos os dias neste horário e passava as roupas de todos na casa, ou apenas andava de um lado ao outro. Outra mulher, as quatro horas da manhã começava a andar nas ruas e a cada aglomerado de rapazes se aproximava para saber se o filho se encontrava entre eles. E um número entre elas afirmava: *eu durmo bem... bem a base de remédio.*

Estudos anteriores relacionaram o crescimento do consumo de medicamentos psicotrópicos enquanto uma ferramenta de controle de si diante de dilemas sociais¹¹. Brani Rozemberg (1994), analisou entre pequenos agricultores na região serrana do Espírito Santo como o uso combinado de medicamentos antidepressivos era apresentado como uma resposta de enfrentamento a difusos estados corporais e mentais – dores, nervosismo, angústia, preocupações – associados normalmente a fatores múltiplos, mas que em totalidade destacavam a dificuldade desses agricultores se manterem a partir do próprio trabalho que era apreendido como em um contínuo processo de desvalorização. Enquanto Eliane Dieh, Fernanda Manzini e Marina Becker (2010), acompanharam a

11 Os psicotrópicos são substâncias químicas que concentram sua ação no sistema nervoso central produzindo alterações no estado perceptivos dos que a consomem.

distribuição do antidepressivo Fluoxetina em uma Unidade Básica de Saúde em Florianópolis/Santa Catarina, constatando ao fim de três meses que 81,5% das prescrições (564 receitas) eram direcionadas as mulheres, em contraste com os 18,5% (128) que eram encaminhados aos homens. Em contato com um número pequeno dessas mulheres e com o aporte de uma rede de pesquisas de outras pesquisadoras, elas ratificaram como os antidepressivos e calmantes eram oferecidos por especialidades amplas de médicos as mulheres enquanto um recurso para amenizar (outra vez) estados difusos de mal estar para que assim elas retornassem a incumbência de apoiar os familiares dentro de seus dilemas.

Percebe-se assim que esses medicamentos figuravam como uma ferramenta para lidar com a hierarquia da divisão das atividades de cuidado, distribuídas dentro dos lares a partir das relações de gênero onde as mulheres eram responsabilizadas pela produção do bem-estar dos demais membros da família. Por meio dos psicotrópicos era esperado que as mulheres se mantivessem atadas as relações de cuidado e resistissem a estados de exaustão e desamparo. Ademais, de um modo amplo era esperado igualmente que os medicamentos amenizassem os medos constantes de os filhos serem alvo de formas distintas de violência.

Por conseguinte, mediante as frustrações de não transformar na intensidade esperada a experiência a respeito da vida, de não redistribuir satisfatoriamente os afazeres, de lidar com o alcoolismo, com a incerteza de onde e como estará o filho entendido como dependente químico, de conquistar compromettimentos e esperar mudanças de familiares; os psicotrópicos apareciam como uma medida química esporádica ou habitual de alteração de estados de percepção. Era um recurso largamente administrado frente a carência de oportunidades de elucidar ou compartilhar as preocupações com o bem-estar das crianças, com o alcoolismo, a insegurança das ruas e as dificuldades financeiras. Era uma noite que se podia dormir antes do despertar para as relações.

Produzindo acolhimento

Bell Hooks (1994) recorda como mulheres e homens negros norte-americanos desde a mais tenra infância aprendem a resistir ao racismo e de que a resistência em forte medida está condicionada a um posicionamento de suprimir os medos, as angústias e as humilhações. Estende-se a respeito do esforço e da urgência em prover condições materiais de reprodução da vida, mas da dificuldade em permitir o acolhimento de uma filha ou filho após um episódio de racismo e de como o receber o outro pode ser uma faísca para o desdobramento de um sofrimento insuportável. Como lidar com o sofrimento de uma criança quando se enfrenta uma dor de causa comum dentro de si? Essa é a pergunta que parece pulsar como uma dessas verdades íntimas nessa reflexão. Perante ela, Hooks defende a demonstração do amor a crianças e adultos negros como uma necessidade de ir além da sobrevivência e alcançar uma vida plena em que a saúde mental e emocional se tornem pautas cotidianas no enfrentamento ao racismo.

Revisitando o que escrevi até aqui a partir da orientação de Bell Hooks, encontramos-nos diante de muitas formas de determinismo que dissertam a respeito de quem são e o que podem essas pessoas e uma afirmação plausível é que a constante cobrança de *dar conta* acumula inevitavelmente marcas de cansaço e contribui na reprodução de outras desigualdades. Por exemplo, acompanhamos como as atividades oferecidas a Lucas em relação a escolarização aconteciam em muitos caminhos: mobilizar companhias durante o percurso de ida e volta da escola, demandar perante a comunidade escolar um maior comprometimento com o amadurecimento do filho e insistir em convencê-lo de que perante as ofensas das demais crianças ele deveria responder estudando. E o conselho de uma aplicação maior aos estudos abre a apreciação abaixo.

Por deficiência se reúne uma infinidade de experiências, cada qual incitando percepções e desafios característicos que se desenrolam em paralelo a distintos e extensos diagnósticos. Portanto, deficiência é um termo marcado por multiplicidades de vivências. Mas que se confluem em um meio que fixa parâmetros de normalidade do que conformaria o que é uma mente e corpo saudável, deslocando em distâncias maiores e menores os que não se encaixam em tais conceitualizações. Finalmente, Lucas era muitas vezes retratado como uma criança que a priori trazia inscrito em seu corpo uma quantidade limite de conhecimento a ser desenvolvido em resposta de conviver com um

diagnóstico médico de deficiência (Clímaco, 2010). Conseqüentemente, ele enfrentava episódios em que era diferenciado das demais crianças e apontado por não compartilhar em completude com elas a pretendida normalidade. Provavelmente, esses episódios fomentavam aborrecimentos e sofrimentos. E se por um lado, esperava-se que estudando com mais afinco as chances de Lucas apresentar um dito bom desempenho escolar fosse ampliada, ecoando em uma diminuição dos esforços que a mãe levaria adiante ao se apresentar na escola. Por outro, as dificuldades e demandas de mãe e filho se perpetuavam como preocupações não incorporadas a instituição. Prolongavam-se ambos como pessoas que individualmente necessitavam se adequar para então acessarem a escolarização, ao passo que a movimentação desses espaços para melhor recebê-los permanecia arrastada.

No caso específico de Lucas, o anseio de que ele alcançasse o desempenho escolar esperado por meio de uma dedicação maior aos estudos – em tese, afastando as ofensas dos colegas que o pressupunham como burro – reforçava que havia um ideal que deveria ser atingido uniformemente, recaindo nele a responsabilidade de atestar aos demais como uma criança com deficiência estaria habilitada ao desenvolvimento intelectual. Entretanto, ainda que se restringindo a esse momento como um fato isolado, essa responsabilidade se antepôs aos desdobramentos negativos que alguns dos colegas de classe potencialmente poderiam ter ocasionado no menino, demandando dele um controle das emoções que prometia produzir uma pessoa resistente a essas investidas (Hooks, 1994). Conquanto, o posicionamento de enfrentamento e de forçosamente necessitar *dar conta* de eventos violentos dificilmente coexistiria em amplo equilíbrio com a lógica de produzir seres resistentes, acaso, eclodiria, mesmo que circunstancialmente, na descrença em si como um ser capaz de experimentar o mundo. Isto porque, ainda que dentro das estruturas normatizadoras se desenvolva embates e contra-argumentações, cabe reforçar como essas estruturas são intensamente bem-sucedidas em produzir estados de cansaço, desumanização e adoecimentos. Por conseguinte, contra-argumentar e se defender não caracterizaria respostas automáticas, mas diria respeito a múltiplos esforços e aprendizados. Por assim, reformulando a relevância do acolhimento como um dos elementos de resistência, como reforçado por Hooks (1994).

Entender os processos de desumanização enfrentados por pessoas com deficiência ou negras, ou crianças negras que carregam um diagnóstico de deficiência, como acontecia em relação a Lucas, configura uma descoberta trabalhosa dentro das famílias. Infelizmente, o aprendizado a respeito das opressões no Brasil se constitui como uma caminhada quase sempre de ordem intelectual e restrita a determinados espaços – como o universitário – acontecendo só depois que muitos casos de violência foram acumulados. Nesse caminho, acompanhamos nesse capítulo como não só a desumanização como a culpabilização são ferramentas de criação e manutenção das desigualdades que tensionam estabilizar os papéis ocupados e que estimulam uma percepção interior de si dolorida e estigmatizada. Imagem que Bernardete buscava reconstruir a partir da insistência de que o filho estava habilitado a desenvolver aprendizado.

Revisitando o presente capítulo, iniciou-se questionando duas formas de determinismo que circunscrevia a vida das mulheres apresentadas: primeiramente, uma associação do corpo de mulheres como habilitado e destinado a uma reprodução fácil e sem complicações médicas, desenvolvendo-se do mesmo modo naturalizado um papel de cuidadoras e de companheiros. Mais adiante, acompanhamos como fazer uso de uma UBS em uma cidade administrativa do Distrito Federal acarretou em ser capturada pelo discurso da pobreza, dentro dos quais mulheres em maioria não são boas administradoras de suas capacidades reprodutivas e precisam ser orientadas – transformando um espaço de promoção de direitos de saúde em uma oportunidade de intervirem na existência dessas mulheres. Posteriormente, adensamos estas questões a partir dos dilemas apresentados por Bernardete em relação ao cuidado do filho, com ela aprendemos como a experiência da deficiência se atrela a sucessivos mecanismos de exclusão em que a presença dessas mulheres ou não é considerada como corpos que existem e habitam os espaços ou mais diretamente são deslegitimados. Por último, delineou-se ao decorrer do texto como elas rotineiramente são demandadas a controlarem emoções e os efeitos do cansaço no intuito de manterem as atividades de cuidado.

**II. A DESCOBERTA DAS MASCULINIDADES
NA ADOLESCÊNCIA**

Tempo não é meramente uma coisa representada ou tão somente um pano de fundo, ele é como um agente que trabalha nas relações, reinterpretando, reescrevendo, acrescentando, envolvendo-se em embates por autorias (Das, 1999). Mediado pelo tempo as crianças crescem se relacionando com noções do masculino e do feminino, com o mundo do trabalho formal e informal e com ocorridos dentro e fora do ambiente doméstico. Parte das reflexões do presente capítulo, dedicam-se aos questionamentos elaborados por mulheres perante os filhos homens que alcançaram os primeiros anos da adolescência ou aos que já se encontravam consumados na fase adulta da vida. Em resumo, acompanharemos questionamentos a respeito das tensões em nutrir afetividades com filhos que conforme cresciam desenvolveram formas de vida enredadas por sociabilidades permeadas por riscos ou episódios tocados por expressões de agressividade ou indiferença para com as mães. Partindo desse intuito, essa alusão acerca do trabalho do tempo no interior das relações sociais se concretizou enquanto deslocamentos incessantes no percurso próprio e do filho na pretensão de possibilitar ponderações do porquê proximidades afetivas iniciais se transformaram em distanciamentos e impedimentos para o mútuo entendimento e cuidado.

Muito embora o conviver com crianças requeira empreender incessantes e diferentes formas de atividades – como demonstro no primeiro capítulo – em maioria elas eram anunciadas como pessoas com as quais se partilhava o correr dos dias e cenas importantes na rotina das mães. Como exemplo, em um exercício durante os encontros dedicados aos familiares no CAPS, dona Eunice – acompanhante do marido que realizava um tratamento para o alcoolismo – foi instigada por uma psicóloga a descrever as práticas de autocuidado que desempenhava em benefício de si mesma, como resposta a profissional recebeu que o que ela fazia era cuidar dos outros – *porque se eles tiverem bem, eu vou tá bem também*. Não plenamente satisfeita, a psicóloga enfatizou que ela deveria pensar em uma ação de autocuidado que mirasse primordialmente o bem-estar próprio em primeiro lugar, mas dona Eunice permanecia defendendo fielmente que o que fazia em benefício de si era cuidar dos familiares. Foi quando a psicóloga perguntou acerca de quem cuidaria e de quem a acolheria quando ela estivesse triste, assim, após

uma pausa, falou do filho de dez anos que a partir do comportamento de Eunice conseguia não só explicar que ela não ia bem, como também procurava conversar e descobrir se algo teria acontecido. Semelhantemente, Joana recordou como o nascimento da primeira filha aos 21 anos abrandou os seis anos de solidão que vivenciou ao deixar o interior do Piauí em busca de uma oportunidade como trabalhadora doméstica no final dos anos 90.

Interessada na circulação de crianças entre famílias de classes populares em Porto Alegre no estado do Rio Grande do Sul nos anos 80, Claudia Fonseca (1995) observou a recorrência com que as crianças eram doadas e criadas por mulheres que não as mães biológicas que podiam ser avós, irmãs, vizinhas ou amigas. Normalmente, mulheres com um número menor de filhos ou com uma pequena margem de estabilidade financeira que decorria mais de diferenças etárias no ciclo da vida do que de estratos sociais distintamente marcados. Pensando a respeito, a autora enfatizou que a circunstância de as crianças poderem circular em forte medida acontecia porque elas eram apreendidas no interior das famílias enquanto um bem valioso. As crianças assim conferiam sentidos a existência cotidiana, elas faziam companhia aos pais e as demais cuidadoras, inserindo-os em relações com outras crianças e adultos, além de demandarem certos tipos de responsabilidade em direção a continuidade e ao bem-estar delas (idem).

Portanto, menciono a infância enquanto um momento de maior proximidade dos filhos para com as mães, ainda que as mudanças não aludissem a um ponto e acontecimento preciso ou único. Como trabalharemos, não se trata de contrastar a infância com a entrada e o caminhar da adolescência como se recorrendo a fases naturais de mudança, mas de analisar formas de sociabilidades características que estruturam expressões de masculinidades no universo desses rapazes. Ademais, em alguns dos momentos abaixo, flexiona-se a argumentação com categorias que mobilizam a experiência do crescer em uma cidade com atributos periféricos.

Como acontecem as mudanças?

No livro *Fenomenologia da Percepção* (1999), o filósofo francês Merleau-Ponty defende que tudo que se apresenta a percepção humana funciona como um convite para prosseguirmos no processo perceptivo. O mundo seria assim inalcançável enquanto uma essência que se fixa sem mistérios, como se plenamente disponível por meio de abordagens puramente racionalistas e intelectuais, em vez disso, argumenta a existência de realidades que desafiam incansavelmente a plena posse do conhecimento. Isso aconteceria porque, aquilo que se conhece, mesmo que por meio das ciências, torna-se conhecido com base em um campo perceptivo a partir do qual está inserida uma pessoa, denotando o entrelaçamento do sujeito para com o mundo. Portanto, existimos por circunstância de experiências construídas em relação ao mundo, de vivências que mediam e conferem sentidos a uma coisa no mundo em direção a nós enquanto um ser que também se encontra nele. Essa elaboração, denomina-se de consciência perceptiva e se inicia a partir da experiência do corpo que se afeta dentro das relações (Merleau-Ponty, 1999).

Por conseguinte, a consciência perceptiva conduz a composição de um mundo que é experimentado e reconhecido a partir de conexões efetivamente presenciadas, contudo, como incessantemente compartilhamos relações com outros que também só conhecem se situados na existência de si próprios, certamente que cada uma dessas percepções estão aptas a se encontrarem com outras e atuarem na forma como nos compreendemos. Consequentemente, aquele que percebe reciprocamente pode ser percebido. E assim se instaura uma interdependência entre um dentro e fora, contestando as afirmações acerca de um eu transcendental que precede a experiência, conciliando assim a dupla existência humana como corporal e pensante, como aberta também a afetação dos demais seres e objetos. À vista disso, existimos em um mundo que individualmente é percebido, mas, concomitantemente, partilhamos um mundo físico exterior que se fundamenta em um tempo e em uma cultura particular a partir da qual se dá a percepção, ainda compartilhamos de uma estrutura corporal mais ou menos geral que possibilita um dado campo perceptivo (idem).

Dito isso, interessa acompanhar a flutuação da percepção de mulheres que contestaram as escolhas realizadas pelo filho e que se entristeciam ao experimentar um

distanciamento afetivo para com eles. Estimulando, assim, velhas discussões a respeito da possibilidade de convivência com o outro e dos limites em produzir ou conter mudanças, como também das tensões de necessitar agir e se posicionar em frente a elas. Iniciaremos nos aproximando das preocupações de Tâmara, mulher de 31 anos de idade. Eu a conheci a partir de Bernardete.

Tâmara era mãe de cinco filhos, o mais velho com dezesseis anos e o menor de cinco. Muitas vezes lembrou que os cinco nasceram com menos de nove meses – ou quarenta semanas – e que a cada gestação experienciava intensas hemorragias, acrescentou construindo uma imagem visual que demonstrava a seriedade do ocorrido: *saía uns pedaços de carne*. Foram quatro cesarianas, mais que as três limites recomendadas como dentro de uma taxa de maior controle dos riscos inerentes ao procedimento. Estabelece-se na literatura médica que a cada novo procedimento cirúrgico as consequências negativas podem se ampliar consideravelmente e após três cesarianas as chances de um parto normal livre de complicações se distancia dado o estado de maior fragilidade da parede uterina (Brasil, 2016). Portanto, após orientações de profissionais da área da saúde, decidiu que não pretendia retornar a engravidar, apesar de lamentar não poder oferecer uma irmã a filha Isabela de onze anos.

Isabela era a única menina entre quatro irmãos, dois maiores e dois menores, nasceu com cinco meses de gestação e durante o parto faltou oxigênio em seu cérebro – denomina-se tal fenômeno como Paralisia Cerebral – o que trouxe determinadas consequências. Dentre elas, depois dos primeiros meses de nascimento, mãe e pai foram orientados que a filha poderia nunca andar e que precisaria de uma cadeira de rodas. Em resposta, através do Sistema Único de Saúde, acessaram de início o trabalho de fisioterapeutas em um hospital público de referência dentro do Distrito Federal, mas, na medida em que a menina crescia encontraram obstáculos para dar continuidade ao atendimento. E assim a equipe de profissionais argumentou que o quadro de Isabela era estável e que ela não andaria, recebendo alta das seções de fisioterapia – mesmo que houvessem outros benefícios associados a saúde e o bem-estar que não atrelados a habilidade motora de caminhar. Para além, crianças, adolescente e adultos cometiam repetidas violências contra Isabela ao denominá-la como *babona* e *nojenta* em espaços

públicos. Dessa maneira, acredito que esse recolhido desejo de ter outra filha refletisse, mesmo que longinquamente, uma tentativa de propiciar uma opção aos contextos de discriminação em que a criança era identificada como não pertencente a uma linha de normalidade ou que era hostilizada publicamente ou categorizada como menos apta a receber recursos da saúde pública ao entenderem que ela não andaria. Por assim, esperava-se propiciar momentos de cumplicidade e amizade para Isabela com a chegada de uma nova menina a casa.

Mesmo com a descoberta de que uma das maiores dificuldades de vivenciar a deficiência reside em um ambiente opressor que impõe padrões de normalidade que exclui e reifica crianças como Isabela, ao discorrer a respeito da relação com a filha anunciou que ela era *muito inteligente* e que se via *alegre* pela vida dela que nos primeiros anos esteve atravessada por muitas idas ao hospital e períodos compridos de internação. Em contraste, analisando a relação com o filho Miguel de catorze anos, deparava-se com profundos motivos de preocupação e incerteza. Miguel comumente era percebido em contraposição ao filho Bruno de dezesseis anos, em certa medida porque eles eram os filhos mais velhos e porque também eram como o avesso um do outro. Enquanto um manifestava o sonho de cursar medicina acreditando que eles poderiam assim cuidar e se preocupar um pouco menos com a Isabela, o outro se envolvia em brigas corporais com o intuito de defender a irmã contra as ofensas da vizinhança. Pautando-se em um princípio religioso, o mais velho afirmava que não desfrutaria de relações sexuais antes do casamento, ao passo que o menor zombava e quando questionado a respeito contrapunha rapidamente, como se houvesse sido ofendido: *oxe mãe, eu já durmo é com mulher!* Mas, esse exercício de contrastar os filhos, provinha ainda como um reflexo do percurso dela como mãe ao lado de cada um dos adolescentes.

Revisitando o passado, exterioriza como a vida aconteceu de uma forma que ofereceu a oportunidade para que ela fosse *mais mãe* de Miguel do que de Bruno, contraditoriamente, contudo, ela não compreendia o porquê de passar por tantas dificuldades com o segundo filho e com o primeiro não. Por meio deste pensamento retorna aos quinze anos de idade quando cedeu o primeiro filho a avó paterna que acabara de ter um dos filhos assassinado na cidade de Santa Maria. Esse rapaz que

faleceu era o tio paterno de Bruno e ao sair de casa com um boné vermelho comprado entre um dos amigos acabou sendo tomado pelo primeiro dono do boné e assim foi atingido pelos disparos de uma arma de fogo. Era a primeira experiência de Tâmara como mãe, e, ainda mais, como mãe solteira, aquela época decidiu que ofereceria o filho a ex-sogra e desde então ele reside no lar da avó paterna que ressalta a semelhança física do neto com a do filho falecido. Mesmo com a distância física de Bruno, Tâmara anunciou que ele mantinha relações constantes e positivas com ela e com os irmãos.

Em outro contexto, Miguel era fruto de um relacionamento posterior da mãe que se ocupando do ofício informal de trabalhadora doméstica na casa de uma tia distante, iniciou um namoro com um familiar dessa tia com quem permaneceu por alguns anos. Terminado o namoro, descobriu a gravidez logo depois, mas, mesmo assim, não consideraram reatar o relacionamento. Entre a descoberta da gravidez e o nascimento, o pai de Miguel foi preso e se manteve por quase três anos encarcerado, dentro da prisão desenvolveu esquizofrenia que os familiares interligaram as consecutivas agressões físicas que ele sofreu nesse período. Os primeiros encontros de Miguel com o pai foram naquele ambiente, através da avó paterna do menino que o conduzia ao Complexo Penitenciário da Papuda. Mesmo que passados muitos anos, a mãe afirma que as memórias de forma fragmentada eram trazidas pelo filho no tempo presente.

Encontrei-me com Tâmara anos depois de tais sucedidos, ela estava casada há mais de dez anos e dessa união resultou Isabela de onze anos, Marcos de dez e o caçulinha Paulo, de cinco. Com exceção de Bruno, moravam todos em uma casinha de poucos cômodos aos fundos da casa da sogra e por isso não apresentavam despesas com contas de água, luz ou com o aluguel de uma residência. Mas, realçou que esta situação despertava ciúmes e pequenos desentendimentos entre as demais cunhadas que não contavam com tal facilidade. O atual companheiro trabalhava como ajudante de pedreiro de forma sazonal – quando conseguia emprego – mas há dois anos e nove meses estava preso, em poucos meses receberia liberdade. Faziam anos que Tâmara deixou o trabalho como atendente em uma panificadora em uma área nobre de Brasília, com o intuito de se dedicar a filha que demandava muitos tipos de cuidado. Mais exatamente, referia-se acerca da troca de fraldas que trazia o temor de a criança estar mais exposta as

probabilidades de violência sexual ao ser cuidada por terceiros escolhidos na vizinhança. Ademais, abordar como um trabalho há quase 40 km de casa dificultava o compartilhamento do cotidiano com as crianças, contou: *eu me sentia longe dos meus filhos, me afastando*. Entretanto, confessou que o marido também insistia para que ela abandonasse o trabalho e que volta e meia ele repetia: *eu casei com você então sou responsável por vocês*. De toda forma, na fase da vida que a encontrei, dizia estar contente com a proximidade do retorno do marido que foi descrito como uma pessoa carinhosa com todos, demonstrava também uma admiração pela atual sogra que esteve presente e os apoiando em diferentes ocasiões. Contudo, enfrentava desentendimentos cada vez maiores em relação a Miguel.

Materializando o próprio discurso, abaixou parcialmente a blusa preta de malha que vestia e me mostrou um dos seios que apresentava um forte hematoma que o cobria quase que por inteiro, acrescentou que não fazia muito, os braços traziam igualmente cicatrizes já levadas pelo tempo. Todas aquelas marcas avivavam a memória da intensidade do conflito com o filho, durante os dias que se seguiram a esse encontro não se falaram e Miguel decidiu por si só que se mudaria para a casa do pai onde está desde então. Inicialmente, eu fiquei estarecida e me questionava o quão novo ele era diante de tais atitudes, esbocei uma pergunta a Tâmara nesse sentido, algo como: o que faz um menino tão novo agir assim? Primeiramente, ela ensaiou uma resposta que enfatizava a influência das más amigas – *hoje amizade te leva pro buraco* – mas parou e refez o próprio pensamento, contando:

no caso dele não vou colocar a culpa em quem tá fora de casa. Começa pela família dele que é tudo errado, ele também é mente fraca. Ele vai em uma festa da família dele e prova uma bebida, daí gosta... Quando eu era jovem era a ovelha negra da família, cheirava cocaína, usava maconha. Quando a gente é jovem, acha que fumar é a coisa mais legal. Mas a vida ensina e quando não aprende em casa, aprende na rua e na rua a gente sofre... é humilhado. Aprendi muita coisa na vida. Hoje eu decidi que eu quero a minha família. Quando você é mulher, você vai lá e

uma hora ou outra você se sente um lixo. Mas, o que você queria era ser uma mulher.

E mais a frente de nossa conversa completou:

Hoje os filhos acham que tudo que a gente diz é pro mal deles. Ele diz se conselho fosse bom eu ficava com ele. Tentar ser mãe hoje não é fácil... Lá fora a roupa que a gente veste é tudo, a gente tenta ensinar que não é assim e que tem que ter caráter. Mas é difícil. E essa idade a partir dos treze é a mais difícil, eles vão conhecendo o mundo, as drogas, porque as drogas estão em todos os lugares, dentro das escolas.

Disse que a princípio me espantei com a pouca idade de Miguel diante a expressão de atos de agressão física, em maioria associado com a imagem de homens adultos. Esse não foi o único relato que encontrei de um filho que bateu na própria mãe depois de um momento explosivo de desavença ou que fazia isso de forma habitual. Uma senhora negra aposentada que morava com um filho em idade adulta e que era dependente químico, mantinha-se a maior parte do dia e da noite trancada a chaves em seu quarto, fazia suas rezas, assistia televisão, tudo como uma forma de amenizar os ataques de raiva do filho que era extremamente hostil e violento com ela e que mais recentemente parecia enfrentar quadros de alucinação. Esses são relatos que poderiam ser seguidos de outros. Entretanto, essa faixa de idade de Miguel era mais lembrada como o início de quando os meninos passavam a demandar mais preocupações que eram recebidas e acumuladas pelas mulheres, entendendo-as como seres entrelaçados e responsabilizados pela existência deles. Preocupações que remetiam precisamente as elencadas por Tâmara, o *lá fora*, que entendia despontar dentro da família paterna, ou seja: o consumo de roupas de marcas apreciadas entre os colegas, os primeiros contatos com as substâncias químicas lícitas e ilícitas e o iniciar das relações sexuais.

Portanto, do itinerário de Tâmara até alcançar Miguel, acompanhamos inicialmente como ela empreendeu uma profunda questão a respeito do desenvolvimento do filho,

algo do tipo: como uma criança que foi receptora de dedicação e afeto por parte da mãe pode se tornar um adolescente com o qual a convivência e o consenso é de tamanha dificuldade, enquanto um outro filho que recebeu uma dose menor de atenção da parte dela se comporta de forma distinta? Presume-se daí que a oferta do cuidado não está livre de intenções, idealmente, esperava-se que o dispêndio de atenção durante catorze anos frutificasse minimamente a partir de afetos característicos, bons afetos, diria. Por um lado, ocupava-se de uma questão que dizia respeito a percepção e a existência de si como mãe dentro de relações não completamente mensuráveis, da apreciação de acontecimentos que escapam as normas e as causalidades enfatizadas acerca da afetação que se é capaz de produzir no processo de maturação de uma pessoa. Por outro, estas percepções mesmo que abstratas não eram – como nunca são – de ordem puramente do imponderável e desconhecido, conseqüentemente, acompanhamos como a entrada na adolescência era destacada como uma fase de ampliação e experimentação de elementos e sociabilidades que habitam o universo adulto e mais ainda o masculino. Elementos que foram apresentados como concorrentes aos planos e aos afetos nutridos anteriormente na relação de mãe e filho, como trataremos mais a frente.

Em uma perspectiva aproximada, dentro do CAPS, deparei-me com o diálogo entre duas mulheres, uma comemorava a progressiva redução dos medicamentos prescritos ao filho no decorrer de mais de um ano de tratamento, ao passo que a outra que acompanhava o marido que era descrito como dependente do álcool e com episódios recentes de experimentação do crack. Em tal diálogo essa última mulher apresentou elementos da experiência traçada com o filho: *ele nunca mexeu com essas coisas não. Graças a Deus! Quando ele fez catorze anos, logo coloquei pra trabalhar com o pai dele na oficina. Ele também queria... Mas ele quase foi também, na adolescência ele começou a dar muito trabalho. É o momento mais difícil.* Novamente, delineava-se a adolescência como uma etapa crítica de mudanças em que o filho *quase foi também*. Contudo, ir para onde? Antes de mais nada, referia-se ao consumo e a dependência de substâncias químicas tal como o dilema enfrentado pela senhora com a qual ela conversava. E assim aludia a imagem como que de dois mundos afastados e não complementares, daqueles que consomem alguma substância química e dos que não as consomem. Em reação a

esses acontecimentos, frequentemente a inserção no mundo do trabalho – mesmo que no despertar da adolescência e com uma remuneração abaixo de um trabalhador adulto – inseria-se como uma estratégia para preencher o tempo dos filhos e afastá-los dos aspectos considerados como não desejados ao desenvolvimento. Nesse entendimento, contar com a presença de um homem mais velho disposto a inserir um filho ou sobrinho na base de um trabalho informal era abordado como uma vantagem em relação as mulheres que não dispunham dessa alternativa.

Para entendermos essa estratégia, faz-se importante reportar a centralidade do trabalho nas camadas populares, ou nas denominadas classes trabalhadoras que seriam aqueles que não apenas dependem da venda do trabalho para a reprodução de si mesmos e de sua família, como também que encontram na categoria do trabalhador uma autoidentificação positiva (Duarte, 1986). Estenderia que o “ser trabalhador” se configura como uma posicionalidade de apreensão do mundo, do se perceber em coesão e conformidade com os valores nacionais e de reivindicar direitos sociais, contrapondo-se aos que não se localizam nessas fronteiras ou que flertam com atividades ilegais, tais como o consumo de substâncias químicas ilícitas. Por assim se desdobrar, inserir os rapazes no mercado de trabalho não condiz unicamente como uma questão econômica em que os filhos acessam uma quantia em dinheiro e aumentam a renda familiar ou passam a custear o próprio consumo, mas, trata-se de uma relevante estratégia para acomodá-los em uma moralidade que os distanciem dos riscos e dos estigmas das demais moralidades constatadas. Portanto, essa é uma prática que busca produzir uma mudança entendida como positiva no curso da vida dos filhos.

Entretanto, como analisado por Gabriel Feltran (2007) acerca das categorias de trabalhadores e bandidos em um bairro popular em São Paulo, destaco como as observações aqui realizadas apontam de forma parecida a uma plasticidade na nomeação de quem seria trabalhador e dos se oporiam a tal denominação. Enquanto exemplos, dedicamo-nos aos trânsitos do companheiro de Tâmara entre o mundo assalariado e o encarceramento, como também ao caso do marido da última senhora que há anos era mecânico e que mesmo assim se iniciava no consumo do crack. Consequentemente, em termos cotidianos, o conceito de trabalhador não está inteiramente fechado a outras

formas de vida e de combinações do sustento financeiro, dentro da estratégia dessas mulheres então caberia pensar o trabalho mais como uma moralidade continuamente ansiada que era pensada como um lugar de proteção social e de menores riscos aqueles que a compreendem. Moralidade que se opõe a outras formas de sociabilidade, das quais extensamente tratou Tâmara e que discutiremos abaixo.

Alguns nós a respeito da masculinidade

Presenciamos como a entrada na adolescência configurou uma fase acompanhada de receios na apreensão das mulheres, dentro da qual os filhos eram estimulados socialmente a iniciarem relações com múltiplos elementos considerados como de risco, como o consumo de bebidas alcoólicas, das demais substâncias químicas e a preferência por roupas de maior valor aquisitivo. Embora esses elementos fossem elencados com reprovação na visão das mães que os representavam como um risco em si, enfatizo que o mais relevante aqui é compreendê-los como um meio a partir do qual fluem formas específicas de relação. Portanto, cabe-nos atenção ao contexto de circulação de tais elementos. Por conseguinte, nota-se como essas relações se desdobram de forma a nutrir uma expressão de masculinidade específica capaz de modificar a experiência anteriormente vivenciada para com as mães.

Iniciaremos assim a partir de apontamentos de Judith Butler (2009) ao apresentar o caráter performativo do gênero, o que quer dizer que ele se encontra fundamentado em uma dada expressão e manifestação que simula transmitir um signo tomado como a verdade interna e inerente acerca de uma pessoa. Isso implica em presumir que o gênero se condiciona a partir de normas obrigatórias de expressão que requerem ser alocadas em um sentido ou em outro, comumente em um registro binário, do masculino e do feminino. Por normas obrigatórias de gênero, estabelece-se um paralelo com a forma com que mais facilmente se pôde acessar o espaço público, evidenciando quais pessoas serão hostilizadas em consequência de sua aparência física e de seu comportamento e quais serão resguardadas nas ruas, no trabalho, em casa ou pela polícia. Entende-se como a reprodução do gênero representa uma forma de distribuir e operar o poder que

delimitará aqueles que serão mais e menos legitimados enquanto seres de direitos políticos-sociais.

Em continuidade, roupas e demais bens de consumo foram descritos em proximidade com as manifestações de agressividade, como o hematoma trazido em um dos seios por Tâmara. Evidenciando uma forma de performar o masculino no espaço público localmente habitado, onde a descoberta de uma pluralidade de elementos químicos quando acrescentados a iniciação das relações sexuais e uma atitude impositiva, caracterizariam uma das formas de disputar a entrada no universo adulto e masculino. Buscando uma aproximação a partir da própria adolescência, Tâmara pontuou como se movia igualmente em um contexto intercalado pelo consumo da cocaína e da maconha. E mais adiante, constatou a presença de um mundo exterior e imediato no qual transcorria o enaltecimento da manifestação combinada desses comportamentos que findavam em circunstâncias heterogêneas e não necessariamente como idealizadas.

Referenciando a possibilidade de condecoração de uma expressão impositiva que resulta em acometimentos físicos, diferentes desfechos e interpretações poderiam ser lançados. Então, considero que quando esse rapaz a manifestou em desfavor dos que humilharam a irmã por conta da Paralisia Cerebral ele praticava uma manipulação mais legitimada da força física do que a que fora arremessada contra a mãe em meio a um desentendimento – mesmo que essa representação da violência doméstica fosse abordada com frequência em outros relatos. Força Física era assim um importante recurso manipulado em momentos mais e menos legitimados para lidar com ordens distintas de acontecimentos que oscilavam da humilhação e reificação ao interesse de impor as próprias vontades.

Por conseguinte, ela apenas foi um recurso que pode ser aplicado contra a mãe em resposta da distribuição desigual do poder entre os gêneros instituídos em que o masculino estava marcado como um lócus de direitos e desejos a serem conquistados. Essa hierarquia na experimentação desigual do gênero foi também notada durante a própria adolescência de Tâmara na qual mesmo que dispendo de um contentamento inicial ao se imbricar em contextos entendidos como em contiguidade com os do filho, em certa altura se percebeu humilhada enquanto uma mulher, como ela contou: *como um*

lixo. Inferir o alcance de uma expressão que compara uma coisa descartada a uma mulher demandaria uma nova escuta das memórias e reflexões de Tâmara, mas é incontestável como ela traçou uma correspondência entre o desprezo e o tratamento por ela recebido. Conseqüentemente, indicando uma importante hierarquia na descoberta e na experimentação desse universo.

Novamente, destacava-se a ordem de gênero como uma circunstância crucial na organização da vida dos adolescentes que repetidamente normatizavam noções associadas a heterossexualidade enquanto um intrincado conhecimento a ser absorvido que alicerçaria a construção do masculino nos rapazes (Connell, 2016). Contudo, essa afirmação não requer declarar que a determinado ponto dessa caminhada eles anunciariam uma mesma medida de conhecimento assimilado em torno da masculinidade, antes se trata de reconhecer a presença de modelos ideais e incessantemente aspirados que reforçariam uma das formas ansiadas de se tornar um homem em dada comunidade. Portanto, eles se posicionariam ao redor desse modelo – em distâncias maiores e menores – mas não corresponderiam inteiramente a ele em nenhum momento precisamente por se tratar de um modelo idealizado. Entretanto, na medida em que os homens se posicionam em direção desse modelo e fantasiam detê-lo, acabam reforçando uma cumplicidade para com a reprodução dessa noção de masculinidade e para com os postulados por ela apresentados frente as circunstâncias cotidianas e os problemas que se enlaçam com as relações entre os gêneros (Connell e Messerschmidt, 2013). Certa de que estamos diante de construções de masculinidade, recupero como muitos dos homens que adentraram o curso da vida de Tâmara confluíam uns com os outros ao apresentarem relações fundamentadas na efemeridade e em atividades que traziam os riscos do pertencimento a uma cidade periférica. Primeiramente, destaco a circunstância do homicídio do tio paterno do primeiro filho, depois o encarceramento do pai de Miguel que foi acompanhado de um adoecimento mental resultante de agressões físicas nos limites da prisão e o encarceramento do atual companheiro com quem está há mais de dez anos.

Percebemos então como esses homens estão expostos e embrenhados em relações que tensionam um constante desgaste de si e de como as violências transbordam a partir

de diferentes vias e intensidades. Lá atrás, com Butler (2009) acompanhamos que a adesão a uma identidade de gênero pressupõe a partilha desigual do poder entre os indivíduos e que existem formas mais e menos aceitas de se apresentar publicamente. Por certo que a identidade pleiteada por Miguel Ihe conferia distinções e experiências de autoestima que eram admiradas e compartilhadas entre homens e mulheres de diferentes idades na medida em que ele condizia aos princípios norteadores desse modelo ideal acerca da masculinidade. Essa argumentação foi alcançada também em pesquisa com meninos que se relacionavam com atividades passíveis de punição criminal em um bairro popular de São Paulo, em que a entrada nesse universo permitia a eles dominar não só os códigos de sociabilidade das ruas, mas se distinguirem de uma representação estigmatizada de periferia enquanto carência em razão do consumo de mercadorias amplamente ambicionadas nos mais distintos grupos sociais (Feltran, 2008). No nutrir dessa masculinidade, a força física recorrentemente foi lançada como uma ferramenta resolutiva manipulada entre os homens em prejuízo de outros homens e das mulheres com as quais compartilhavam o cotidiano. Para além, capacidade de consumo e o desenvolvimento de relações sexuais estritamente com mulheres constituía fortemente marcadores que delineavam a masculinidade desses adolescentes que eram estimulados a disputarem uma entrada no universo adulto.

Em toda a dissertação, destacou-se ainda a ausência total ou parcial dos homens adultos nas atividades de cuidado que requeriam o contato de pais e de filhos. Por vezes, eles se encontravam abarrotados com as incumbências trabalhistas que nitidamente ocupavam uma parte substancial da manutenção de uma casa e onde eram mais cobrados, outras vezes descritos a partir de uma intensa relação de dependência com o álcool ou também ausentes por estarem momentaneamente cumprindo medidas judiciais em penitenciárias. Independente das distintas causas, havia uma ausência que perpassava os dias e mesmo que Tâmara tenha atribuído características positivas ao marido como pai e companheiro, ainda eram as sogras que estiveram presentes e representavam um ponto de referência e apoio no cuidado com os filhos.

Propondo um adensamento desse assunto, Patricia Hill Collins (2015) enuncia que uma forma de praticar a desumanização de um coletivo humano ou de um indivíduo é Ihe

negar a realidade de suas experiências, incitando-nos a criar análises mais sofisticadas a respeito da opressão que desafiem a fórmula opressores versus oprimidos. Nessa perspectiva, retornando a questão do poder e da apresentação de si enquanto um corpo político-social dentro do espaço público que diferencia e legitima em graus distintos a existência dos seres, deparamo-nos com a multiplicidade e a contradição desses espaços de construção de masculinidade e com as muitas formas de distribuir e suprimir a oferta do poder em relação a cada um desses homens. E isso porque, dentro de nossa experiência no mundo nos deslocamos como seres multiformes que dependendo de cada um de nossos pertencimentos recebe ou desloca diferentes discursos a respeito da sociedade. Por exemplo, Collins (idem) afirma que por mais que características como agressividade referencie amplas construções de masculinidade, ao se tratar de homens negros e latinos – lembrando que ela escreve como uma autora norte-americana – fixa-se um estereotipo deles como intrinsecamente violentos, desdobrando-se em intensos esforços de monitoramento e punição em comparação ao despendido aos homens brancos que praticam esses mesmos atos. Nessa circunstância, delinea-se que a categoria raça transforma a experiência da masculinidade e complexifica a análise acerca do privilégio presente a partir das hierarquias de gênero.

Indo mais adiante, em acordo com o antropólogo Jaime Amparo (2011) reforço que espaço nesse trabalho também se faz como uma categoria analítica e dialética a partir da qual acontecem disputas na sociedade que estão para além dos isolados resultados das forças econômicas. Em outras palavras, dentro da sociedade brasileira, espaço é uma categoria de encontro e distribuição de pessoas a partir de marcadores sociais como raça e classe, mas também, ou exatamente por isso, efetua-se ainda como um conceito de espacialização da violência e das desigualdades. Em um debate aproximado, Frantz Fanon (1968) desde muito propôs que o mundo do colonizado se encontra dividido em dois compartimentos irreconciliáveis, de um lado a cidade do colonizador e do outro a do colonizado. Embora encontrar um local em que a violência e o medo não tenham deixado nenhuma de suas marcas se torne uma atividade cada vez mais difícil, ainda é do lado de cá – na periferia – que se renova e complexifica um ciclo entre a construção de masculinidades, o encarceramento e a produção de mortes. Estas que mesmo quando

levadas a cabo dentro das relações entre os próprios homens não deixam de estruturar as esferas reservadas a vida e a morte dentro das cidades periféricas (Mbembe, 2015). Frisando dentro de relações locais também o status de trivialidade dedicado ao corpo periférico ferido ou morto.

E de cá também é muito importante, reavaliemos que esse corpo que na interpretação das mulheres era convertido na vida dos filhos foi relatado como circunscrito em sociabilidades que adentraram na rotina quase que como um deslumbramento que elas entreviam como motivo de riscos e da necessidade de ação. Atentando-se ao fato de que uma das formas de se posicionar em direção a essa masculinidade indicava o consumo de um número indeterminado de substâncias ilícitas, consumi-las com periodicidade dentro de um espaço periférico, por sua vez, poderia ecoar em relações de fronteira ou entrada no tráfico de drogas e nas suas promessas na vida dos adolescentes. Isso aconteceria em parte por estarmos imersos em um modelo político proibicionista de comercialização de um longo leque de substâncias psicoativas que falindo na promessa de eliminação ou mesmo de redução da comercialização, acabou inflando o alcance e os poderes dos muitos atores que concretizam o tráfico de drogas (Rodrigues, 2008). Isso posto, a circunstância da inevitabilidade de empreender algum nível de aproximação para com o tráfico decorre igualmente em resposta da expressiva desigualdade da sociedade brasileira.

Pensar em desigualdade é importante porque mesmo que enquanto brasileiros habitemos legalmente abaixo de um modelo proibicionista de comercialização, concentrando-nos na questão do consumo se descobre em contrapartida que há formas destoantes a partir das quais as diferentes camadas da sociedade experimentam essa realidade. Frequentemente, denota-se como nos grupos de classe média ou ainda mais abastados o consumo das substâncias ilícitas acontece de forma dissociada das relações de vizinhança com o tráfico de drogas, como das muitas disputas e do trabalho infantil que o atravessa. Percebe-se assim que antes que uma substância qualquer alcance um consumidor final de classe média o mais comum é que ela primeiro tenha passado por incessantes intermediários que realizaram distanciamentos entre esses dois ambientes¹².

12 Nesse caso as relações de amizade refletem um importante meio de acesso e de circulação de tais mercadorias, mesmo porque raramente há um ponto de venda territorializado e assentado em hierarquias rígidas. Inclusive, dentro os que as comercializam nos bairros e entre os usuários de classe

Nesse circuito, o consumo se distancia de relacionamentos diretos ou face-a-face para com o contexto do tráfico de drogas, e, particularmente, distancia-se das muitas camadas de violência que o circunscreve (Feltran, 2008). Portanto, diminuindo a quantidade de riscos que esses consumidores administrarão ao consumi-las.

Em contraste, dentro de uma área e a partir de um corpo periférico, essencializados como lócus de criminalidade e onde se concentra medidas de repressão, esses rapazes estão mais expostos aos efeitos combinados da violência desse universo: dos traficantes, dos consumidores, do encontro do tráfico com outros atos ilegais, como das ações levadas a cabo pelas forças policiais (idem). Por conseguinte, o receio trazido pelas mães de que o filho iniciasse o consumo de uma substância determinada reunia uma percepção da continuidade da experimentação difusa e generalizada da violência – como se consumo, dependência, criminalidade e repressão fossem intrinsecamente a mesma face de uma moeda. Como se o consumo não existisse em separado desses outros elementos, como se estivessem intrincados em essência. Consequentemente, acreditando que um bom caminho para protegê-los seria mantê-los a distância das substâncias químicas ilícitas de um modo amplo.

Decerto que esse contexto poderia ser destacado por reforçar um discurso de repressão e intensificação das atuais leis antidrogas, mas não deixavam igualmente de refletir uma realidade de preocupações latentes a partir das quais elas eram experimentadas cotidianamente. Entre as mulheres que acompanham o tratamento do marido descrito como dependente de bebidas alcoólicas nas reuniões do CAPS, comumente elas questionavam a lógica de o álcool não só compor a listagem de mercadorias descriminalizadas como também o fato de ele ser infimamente barato diante dos transtornos trazidos. Periodicamente quando uma nova mulher se queixava do consumo de bebidas empreendido pelo marido, indubitavelmente as demais questionavam se a mulher em questão era agredida fisicamente e a depender das

média, muitos rejeitam serem nomeados como traficantes, aderindo denominações menos moralizantes, como: “passadores de drogas”. Outra característica que demarca a desigualdade no consumo realizado nesses dois contextos, diz respeito a como o uso da força física e das armas de fogo não são uma presença constante mesmo diante situações de dívidas dos consumidores. Para uma análise mais extensa indico o trabalho de Carolina Grillo (2008) que estudou o comércio de drogas ilícitas entre camadas de classe média do Rio de Janeiro, construindo uma diferenciação entre a comercialização realizada no “Morro” em relação a realizado na “Pista”.

respostas oferecidas diferentes debates eram configurados. Portanto, apontando a importância de se atentar para a relação entre o consumo do álcool e o aumento das agressões físicas no ambiente doméstico ainda que essa articulação não fosse constatada entre todas as mulheres.

Reexaminando a presente seção do texto, vemos como tenho insistido na densidade da construção de masculinidades como as descritas no presente trabalho no intento de não desconsiderar o contexto de reificação e nem tampouco deixar de responsabilizá-los a respeito das relações de gênero. Observamos então que a manutenção dessa masculinidade, entrelaçou-se com circunstâncias de propagação e de recepção de formas distintas de violências ou nas dificuldades e frustrações de não se alcançar ou manter a moralidade convencional e legitimada do homem trabalhador¹³. Lidando com um fenômeno que se replicou dentre as narrativas, notamos como há níveis de todos esses eventos que recaiam como responsabilidades do âmbito doméstico, mas que na divisão do cuidado dentro dos lares, cabia as mulheres como mães acolher e insistir na continuidade dos filhos a partir de uma soma de atividades, afetos e interesses. Entretanto, assumir essas responsabilidades demandava das mulheres enfrentar as ambiguidades dos contextos nos quais estavam inseridos os filhos, como analisar os trânsitos de tomada e submissão ao poder a depender da esfera analisada. Essas relações de cuidado estariam em dados momentos firmados em conflitos, alguns culminando de forma circunstancial ou habitual em episódios de agressão física.

Pensando a respeito dessa complexidade, Fanon auxilia mais uma vez (1968). Ele narra a cidade habitada pelo colonizado como enfurecida e onde os processos de desumanização são capazes de desencadear atos perturbadores, em que a morte as vezes desperta pelas mãos de outro colonizado e de como nos nossos sonhos de fuga miramos univocamente a cidade e a vida do colonizador que em uma estrutura racista é o espaço reservado ao ser e a humanidade (idem). Fanon incentiva a encararmos de vez os ciclos de internalização e reprodução de padrões estruturais de violência como uma parte da desumanização, do como o crescer e se desenvolver em um meio em que a violência acontece de forma difusa pode se desdobrar em diferentes construções de si como um

13 Como acompanhamos no capítulo anterior a partir da história de Bernardete para com o marido que passou a fazer um uso acentuado do álcool desde que foi demitido do emprego.

ser psíquico e coletivo. Podendo-se então afirmar a ironia de que em uma mesma cidade em que as pessoas estudam, conversam, trabalham, brincam, houve igualmente a possibilidade e o desfecho de um rapaz ter sido assassinado por outro em razão do boné que utilizava ou dos constantes conflitos entre os homens que atravessam as periferias brasileiras.

Conflitos que ao acontecerem dentro de um mundo que foi afetado pela colonialidade, coloca a conquista e a reificação do outro como uma importante ferramenta de construção e de elevação da própria identidade. Consequentemente, reforçando uma relação de retroalimentação entre os dois lados dessa equação ou desse mundo cindido em dois compartimentos, no qual a legitimidade do próprio ser permanecia não sendo reconhecida amplamente, mas onde a lógica da reificação – administrada em um espaço local – circunstancialmente podia permitir a conquista de um espaço de autoafirmação e ascensão. Não obstante, a experiência de habitar um mundo colonizado em que a distribuição da legitimidade das existências acontece de forma desigual persistia como um ininterrupto que delineava a realidade dessas vidas.

Passado um tempo começamos então a entender como cada um desses posicionamentos encaminham a relações que engendram mundos, compondo entendimentos acerca da constituição dos sujeitos e fomentando a construção e desconstrução de parcerias (Haraway, 2011). Retornando a conexão de Tâmara em relação ao filho Miguel, faz-se árduo compreender e ainda mais argumentar a respeito das posições ocupadas. Contudo, acompanhamos como a descoberta do modelo de masculinidade discutido foi aludido pela mãe como um agente que produzia distanciamentos e conflitos. Masculinidade era como um agente de metamorfose que abria para um campo de pertencimento em relação ao mundo. Enfrentando-se momentos de estranhamento a respeito do relacionamento como anteriormente experimentado e conhecido, condensando ao mesmo tempo a incerteza e a instabilidade com a necessidade de ir adiante com a feitura da maternidade nesse novo contexto marcado pela ambiguidade dos posicionamentos. Novamente, embaralhando atores e questões que tocam o racismo, a desigualdade econômica, violência doméstica, Estado, e, até

mesmo, os dilemas e as concepções contrastantes acerca do como se deve conduzir a vida entre as diferentes gerações e os membros de uma mesma família.

Inicialmente afirmava como repetidamente as mulheres com as quais convivi defenderam que começaram a se dar conta da complexidade dos muitos fios que envolvem esse fenômeno a partir de uma percepção de ruptura ou de mudança na relação anteriormente presenciada em relação aos filhos. Portanto, lamentavam a dificuldade de construir diálogos e a desvalorização de opiniões, afetos e esforços. Nas próximas linhas, abre-se uma discussão acerca da convivência com um outro que passa a ser percebido a partir da diferença ou da alteridade.

Elaborando limites e proximidades

Tâmara depositava no passar do tempo a esperança de que o filho mudasse, acreditando que o processo de conhecimento do que denominou como *o mundo* demandava a participação direta dele. Mencionando que ao não aprender a respeito das disposições das estruturas sociais dentro das relações familiares, caberia a ele descobri-las se inserindo nelas e na inevitabilidade das consequências, denominadas como experiências intrincadas em sofrimento e nas humilhações. Por conseguinte, esse mundo habitado pelo filho era apropriado pela mãe como rodeado por ilusões, dentro do qual o consumo de diferentes bens decerto não encobriria medidas de controle ou de repressão. Esperava ainda que esse fosse um mundo temporário que se rompesse pelo despertar de uma tomada de consciência, de onde ele saísse vivo, sem ser encarcerado, sem desenvolver adoecimentos mentais. E se entendendo como detentora de uma perspectiva mais ampla do que a identificada no filho, calculando que distintamente do que se desenrolou com os homens que permearam a sua vida, era necessário quebrar esses ciclos que desencadeavam em sofrimentos que atingiam as mães e os filhos. Nesse andamento, atribuía uma responsabilidade ao rapaz: que se desse conta da ilusão do mundo por ele habitado e defendido.

Em contrapartida, não se sabe ao certo o que seria oferecido a esse adolescente, se a inserção precoce na ética do trabalho – estratégia adotada por uma das mães –

eficientemente resguardaria esses meninos, ou se insistiria apenas como mais uma forma de controle e de talhamento do que poderia ser desejado e buscado por eles. Contudo, circunstancialmente, uma oportunidade como auxiliar de pedreiro ou em uma oficina mecânica era uma opção concreta e manipulada pelas mães com fins de competir mesmo que parcialmente com outras sociabilidades, concretizando-se como uma chance disponível e estimulada localmente.

Pedia-se também – no curso de reconhecer o mundo por si mesmo – que o filho reorientasse o modo como lidava com o masculino e de como se relacionava com a mãe a partir da hierarquia da disposição dos gêneros, em que a violência doméstica, embora pudesse ser maldizida, era uma ação praticada com certa frequência. Entretanto, como homens deixam de reproduzir relações de poder sobre mulheres? Não ofereço essa resposta. Na verdade, admitindo que o filho caminhasse a despeito das mediações da mãe, nutria-se a esperança de que dificultando o acesso a um ponto de apoio e de proteção que ele desnaturalizasse lentamente a incondicionalidade do afeto materno recebido, compreendendo ao fim que ele não é independente do comprometimento que o filho dispense em direção a mãe. Em consequência, amadurecendo a habilidade de ser capaz de considerar os transtornos das próprias ações e reconhecer os esforços da mãe. Nesse processo de ensino que não deixa de estar acompanhado de receios, insistia-se no futuro da relação e no retorno do filho.

Conquanto, acreditar o futuro como espaço de mudanças não é simples, há intensas oscilações entre o que se sente, o que se pensa, se fala e faz. Nossa percepção do que está no mundo é um ato aberto e ininterrupto, incluindo aquilo que diz respeito a nós mesmos (Merleau-Ponty, 1999). Por exemplo, Roberta que era mãe de Leonardo, mas antes foi mãe de uma menina que faleceu meses depois do nascimento por conta das complicações da eclâmpsia e foi acusada pelo ex-marido de conduzir a filha a morte ao não saber cuidar de uma criança, enfrentava, 30 anos depois, dilemas intensos com o filho e a relação dele com a bebida. Explicitar que antes de Leonardo, Roberta foi mãe de uma menininha não é um mero acréscimo, entendendo que ela se culpabilizava pelo falecimento da criança e ao descobrir que teria um novo bebê se desesperou e prometeu a si que se dedicaria ainda mais a esse filho. Entre a partida da filha e a chegada do filho

havia então uma continuidade, criando um vínculo entre eles. Entre uma menina que em memória requisitava cuidados, entre uma mãe que ao ofertá-lo em direção ao filho pretendia alcançar também a filha e a um filho que deveria consumi-lo e responder a partir de um comportamento aprovado pela mãe, além do pai que estimulou os demais ao imputar culpa sobre a mãe. Em diferentes momentos, era necessário que primeiro ela falasse da filha para então narrar a relação construída com o filho.

Essa mulher de 52 anos, alcançava questionamentos que se encontrava aos de Tâmara acerca de como a oportunidade de se dedicar a um filho não findava intrinsecamente em modelos de relacionamento pautados na proximidade e a respeito também da incerteza de imaginar um futuro com o filho distante das dificuldades associadas ao consumo de bebidas alcoólicas. De resto, acompanhava também as mudanças de comportamento do filho e se perguntava a respeito das chances de intervir sobre elas.

Mãe e filho residiam em um lote com quatro casas pequenas que eram colocadas para alugar pelo proprietário, essas eram divididas em dois andares, eles residiam na parte de cima. Havia apenas dois meses que ela retornou para casa, depois de um telefonema do filho que prometeu buscar apoio profissional para lidar com o alcoolismo. Nesse período que se arrastou por seis meses distantes um do outro, ela permaneceu no salão de beleza do qual era a dona e que contava com um cômodo disponível que se tornou um quartinho. Essa decisão de deixar a casa se rompeu passadas infundáveis discussões. Em uma das últimas se trancou em seu quarto e com chutes o filho tentava abrir a porta. Para além do medo, esperava que a decisão de se distanciar produzisse *saudades* e que a partir dela que ele repensasse o relacionamento deles. Lidando com esse e outros acontecimentos, refletiu:

antes ele era carinhoso, as atitudes dele eram diferentes, ele foi mudando. Ele nunca foi de contar as coisas dele, mas ele foi ficando mais fechado... Ele não era mais capaz de me abraçar, de me agradecer. Eu não sei, acho que a mudança dele foi gradativa. Eu que não percebi. Eu achava que era ignorância, então, eu falava mais alto, a gente fica cega. Esquece o que a outra pessoa tem de bom.

Uma consciência transparente e precisa na qual repousa escolhas e ações era um cenário hipotético. Havia o que era de imediato apreendido: o fim do abraço, do agradecimento, fragmentos de discussões e mudanças. Elas criavam uma perspectiva que por vezes interrompia o passado e o futuro, nada mais existia além do presente. Portanto, se respondia falando ainda mais alto, essencializando o filho unicamente como aquilo que ele não poderia ser e oferecer de bom, como se ele houvesse sido tomado e não existisse para além da dependência. Essa narrativa me foi aproximadamente descrita por um dos frequentadores mais assíduos do CAPS, dizendo-me como precisou deixar a casa dos pais para que pudesse se conceber enquanto uma pessoa que atravessaria a dependência química – mesmo que não contasse com uma renda financeira para subsidiar suas despesas mais básicas. E isso aconteceria porque, os familiares não acreditavam que realmente ele pudesse deixar a dependência depois de tantas tentativas, cada uma delas era então entendida como mais uma experiência que feneceria em frustrações. Futuro era um prolongamento desse presente entendido com pesar e do qual não se acreditava poder escapar com facilidade, as chances de fluidez e de transformação das relações não eram assim experiências mensuradas como uma realidade que poderia ser alcançada. Portanto, conceber o futuro e acreditar nas mudanças era uma prática que parecia escapar em meio as dificuldades e complexidades da experiência diária mesmo que se destacasse a relevância dessas competências no processo de produzi-las.

Essa separação física que foi descrita pelas duas mulheres, era apreendida como uma medida temporária que perduraria até que algo acontecesse: que eles aprendessem acerca do mundo ou que sentissem saudades. Por certo que ao sair de casa Roberta estabelecia um limite ou um marco a respeito da seriedade do compartilhado ao lado do filho, como também se sucedeu com a mudança de Miguel para a casa do pai biológico. Entretanto, essas distâncias eram miradas como transitórias e importantes para o processo de mudança dos filhos que até então apresentavam comportamentos que iam da indiferença a violência física.

E assim a ponderação de Roberta que estava situada pela particularidade da dependência química atribuída ao filho, acrescentava uma delicada questão ética acerca

das oportunidades de continuidade do relacionamento com o filho. Nesse caminho, reiterava as dificuldades enfrentadas ao lado dele, entendendo-o como fomentador de aflições e refletindo a respeito de como não conseguia mais percebê-lo para além da dependência e da hostilidade. Não porque outras expressões fossem inexistentes, mas porque o estranhamento diante de manifestações destoantes estimulava o encerramento da continuidade da percepção como um processo ininterrupto de descobrimento. Conseqüentemente, se a maternidade é uma forma de construir relações que não permite facilmente as mulheres se desatarem emocional e fisicamente dos filhos sem se impregnarem com as reprovações de terceiros ou as em si interiorizadas, se o retorno e o futuro da proximidade é uma realidade em suspenso que a dada altura deve acontecer; Roberta tecia circunstâncias para que a mudança pudesse ser considerada. Uma delas, antes mesmo de se reportar ao filho, dele exigindo mudanças de comportamento e reflexões, decidiu que necessitaria trabalhar consigo a questão de ser capaz de apreendê-lo como uma pessoa apta a demonstrar uma atitude que trouxesse algo de bom, depois, só depois, estaria mais preparada para lidar com a relação e abri-la para a oportunidade da mudança.

Entretanto, diria que caindo em repetição, ao considerar que essas reflexões eram denotadas como aprendizados construídos em familiaridade com a abundância das experiências cotidianas das pessoas, colocá-las como uma atividade prática, noutra via, era um fazer delicado e cheio de tensões entre o que fora meditado e se alçava como princípio norteador e a complexidade de aplicá-las dentro das relações. Em um relato, descreveu-me que apesar da presente reaproximação do filho, ele se recusava em receber alimentos e bebidas oferecidas por ela. Enfatizando o tom de brincadeira, dos pequenos sorrisos que se intrincavam a fala de ambos, indagando do porquê de ele recusar a oferta me explica: *ele diz que tem remédio em tudo ou que quero envenenar, matar ele*. Nesse cenário, ela responderia: *você acha que eu quero te envenenar, pra quê?* Ele indicaria: *você pode não querer agora, mas deixa você ficar com raiva que eu quero ver se não tem coragem de colocar veneno*. Finalmente, mostrando que ele está equivocado, ela vai e prova a comida ou a bebida na frente do filho e concluiu: *se fosse pra eu te matar, eu tinha te matado quando você era pequeno, agora que eu já gastei um monte de coisa com*

você e quero que isso volte pra mim. Todo esse investimento... quando eu ficar velha. Vai ter que gastar comigo também.

Estender a percepção a respeito de quais seriam as potencialidades do filho era um movimento praticado com a preocupação de fomentar um futuro em que a coexistência se tornasse uma possibilidade reconhecida. Não obstante, isso não requer afirmar que a relação estaria liberta de disputas e conflitos na perspectiva de Roberta, como se ela renunciasse as interpretações elaboradas a respeito do filho, longe disso, a existência prática desse encontro marcava uma experimentação na qual o limite e a reciprocidade extensamente eram testados e buscados. No ocorrido mais acima, discorreu-se como mãe e filho contornavam uma ficção que permitia anunciar as expectativas não cumpridas a respeito do dispêndio do cuidado e da hierarquia dela resultante: acerca daquele que oferta e não recebe a retribuição ansiada, e do que recebe, mas detém para si a coisa ofertada sem retribuí-la dentro do ciclo de reciprocidade esperado (Mauss, 2003). Nas relações de intercâmbio há irreversivelmente o risco, mesmo porque aquilo que é trocado não é livre e não está isolado, antes, há uma transferência que diz respeito a um elemento próprio e de um vínculo que se realiza entre os seres (idem). Portanto, receber e consumir uma coisa ofertada dispõe o ser que recebe em uma posição de responsabilidade para com aquele que realizou a oferta. Ademais, detendo para si a coisa ofertada, esse nutriria a relação no curso de exercitar o risco e a escassez dos bens que a partir de então estariam disponíveis.

Expôs-se aqui como o dispêndio do cuidado formava uma rede de nós que não poderia facilmente ser desatado. Investindo cuidado era esperado que a atenção dedicada retornasse em forma de reconhecimento e de um comportamento aproximadamente estabelecido ou mesmo fixado, assinalando ao final a velhice como uma excelente oportunidade para uma retribuição direta dos esforços outrora realizados. Então, o cuidado era um caminho de investimento que anunciava a expectativa da mútua nutrição. E frente a mãe o filho se mostrou enfim ciente de que não atendia aos anseios nele depositados, esquivando-se de receber o alimento por ela oferecido por entendê-lo como uma prática acompanhado do receio de consumir medicamentos contra a própria vontade – ação praticada por outras mulheres no CAPS – ou do medo de ser envenenado durante

um momento de raiva¹⁴. Percebemos que essa cena em parte explicita a complexidade das atividades de cuidado em que a decisão de se afastar do filho na espera de que ele sinta saudades, corria em coexistência com emoções como raiva e insatisfações ou outras expressões acerca dos ressentimentos. Conseqüentemente, essa amplitude de emoções manifestava as muitas marcas do entrelaçamento dessas mulheres no percurso de cuidado e convívio com os filhos.

Trabalhar a possibilidade do futuro foi uma importante preocupação que procurou produzir uma experiência de proximidade com o filho, ao mesmo tempo que, o encontro dessa mãe e desse filho refletiam em demasia cenários de incerteza e descoberta. Escolhas e meditações coexistiam imersos em mundos que eram apreendidos a partir da constituição desses, muito possivelmente, baseando-se em preocupações distintas ou em respostas complexas e não precisas. Estar em uma relação com o filho e com aquilo que o circunscrevia – como temos acompanhado – demandava muitas formas de negociação que não necessariamente caminhavam para o consenso ou a resolução acabada, mas fincava questões importantes a respeito da continuidade do desvendamento da possibilidade e dos limites desse relacionamento.

Notas Finais

Falando de um cavalo chamado Azul que foi depositado solitariamente em um pouco menos de três hectares de campina em um ponto qualquer dos Estados Unidos, como de seus olhos agudos que conheciam o que era estar impedido de se envolver ao mundo, Alice Walker (1988) admitiu como nos tornamos seres que esquecem.

14 Em pesquisa anterior a respeito da experiência de vivenciar e cuidar dos derrames (2014), a manipulação dos medicamentos pelas esposas também era um motivo recorrente de desconfiança dos maridos que em momentos de conflito as acusavam de quererem matá-los ou envenená-los. Possivelmente, os medicamentos representam uma substância ambígua que trazem a duplicidade de poderem curar ou envenenar a depender dos interesses daqueles que os administram. E ao estarem dotados dessa característica, manifesta uma interessante relação de poder entre aquele administra a dosagem do medicamento em relação aquele que recebe. Por um lado, aquele que cuida apresenta a posse de uma substância que pode causar um efeito negativo sobre aquele que é cuidado. Por outro, esse mesmo também pode ser alvo de desconfiança e acusado de não praticar o próprio trabalho de forma adequada ou ética. Normalmente, dentro das relações de cuidado doméstico as mulheres costumam ocupar o papel de cuidadora principal, mas se tratando dos medicamentos, em classes populares, não raro uma pessoa mais jovem e com maior familiaridade com a linguagem escrita pode assumir essa responsabilidade ao menos nos meses iniciais, considerando ser necessário.

Esquecemos tudo quanto tentam nos dizer. E caberia ressaltar que Azul não era uma metáfora para discorrer a respeito da dor humana. Ele existia em menos de três hectares e encarnava dias de tédio e abandono. Mas, como conhecido, nossos esquecimentos recaem igualmente em outros corpos e outras histórias, criando, diria, uma intersecção entre esquecimentos que apontaria para a produção da reificação e dos privilégios.

Entre os esquecimentos, Walker (idem) relembra da escravidão norte-americana e das crianças brancas que nos primeiros anos de vida se encantavam e enterneciam com mulheres negras que lhes distribuía cuidados e afetos, mas com a entrada nos onze ou doze anos aprendiam que era necessário renunciar – esquecer – a relação com essa mulher ao ponto de um dia declararem com naturalidade que ela foi vendida a outra família. Para uma leitura que reúne psicanálise e antropologia e além de apresentar a experiência brasileira se estende ao período pós escravidão, Rita Segato (2006) discute a dupla obliteração a ser realizada em termos de raça e de gênero por esses meninos, localizados dentro de famílias brancas abastadas no século XIX. Em apurada análise, debate as ramificações a respeito desse aprendizado interno de se desvencilhar dessa mulher pela qual se nutria afetos e o processo extenso de negação da população negra como integrante da sociedade e da identidade brasileira. Portanto, começando pelo ambiente doméstico, renunciava-se a uma mulher negra em particular como uma das etapas para a integração em uma coletividade marcada por discursos higienistas. Então, estipulava-se o rompimento da relação de dependência e do compartilhamento do afeto. Tratando-se de uma das primeiras requisições e aprendizados para um adequado pertencimento a raça branca e ao gênero masculino que se pretendia como norma social do que representaria a identidade brasileira.

No presente trabalho, os rapazes e os homens diferiam desse modelo que enaltecia a masculinidade branca enquanto um princípio hegemônico que poderia ser alcançado, primeiro porque a maioria deles não seria apreendido como tal em espaços elitizados ou mesmo periféricos, depois, igualmente, como resultado da inserção em um contexto familiar marcado historicamente pelo pertencimento de raça e/ou classe que fomentava um rol de experiências com as quais era preciso lidar em diferentes medidas. Conquanto, debatia-se na perspectiva das mulheres como alguns dos filhos a partir da adolescência

enfrentavam um afastamento para com as mães que era apreendido a partir de mudanças que se acrescentavam ao passar dos dias, como: dificuldades na construção de diálogos e as consequências entrelaçadas as diferentes visões do como se deve encaminhar a vida. Partindo da realidade do afastamento, debateu-se como a inserção em dadas sociabilidades se articulava com tentativas de pleitear um mundo adulto e masculino. Em consequência, desdobrando-se em disputas e na reprodução de uma estrutura que hierarquicamente distribui o poder entre pessoas que diferentemente são legitimadas ou contestadas ao se apresentarem em espaços coletivos.

Em outras palavras, descreveu-se nesse capítulo como em um ambiente periférico a procura por uma masculinidade que transitasse entre o consumo de roupas de marca e de bebidas alcoólicas enquanto um meio de pertencimento e de autoestima, constituiu-se como uma preocupação constante entre as mulheres em relação aos filhos. Primeiro, declararam que a medida em que eles adentravam nessas sociabilidades as relações de proximidade se tornaram mais árduas, discussões eram comuns e a comunicação demandava uma maior quantidade de esforços. Partindo da experiência das mães como cuidadoras, descreveram como o intrincamento para com o modelo de masculinidade descrito desencadeava em intensidades irregulares de rompimento do relacionamento como inicialmente apreciado. Lembremos como essa seção se iniciou com a cena de um menino de dez anos que tinha a percepção desenvolvida ao ponto de distinguir quando a tristeza alcançava a mãe, e, diante disso, ele se direcionava a ela em busca de entendê-la a partir desse estado. Consequentemente, são essas situações que também vão se rompendo, esquecendo-se como um dia se pôde apreender e abordar a própria mãe em um momento de tristeza.

Esse ato de crescer e disputar o mundo adulto e masculino, acabava reverberando em uma diminuição ou mesmo recusa de conceber o feminino como espaço de conhecimento. Enaltecendo-se um modelo de masculinidade que poderia se embrenhar com o crescimento desses adolescentes que os aproximavam de diferentes riscos que circunscrevia o cotidiano conhecido. Essa afirmação das possibilidades de o filho ser alvo de alguma forma de violência foi representado a partir de uma reflexão acerca do medo e de sua ininterrupta renovação enquanto um evento que não poderia deixar de ser

considerado como uma contingência presente. Ademais, entrevia-se conexões entre o masculino e dados ciclos de reprodução da violência, como exemplo, revisitemos o ocorrido com o pai de um dos filhos de Tâmara que ao ser encarcerado não lhe foi resguardado proteção contra as consecutivas agressões que desencadearam em um intenso adoecimento mental. Nesse caminho, desdobrava-se de um lado os riscos associados a dadas formas de sociabilidades, de outro, os medos da repressão e das consequências da atuação do Estado.

Em via de encerramento, no crescer e cuidar dos filhos, as mulheres se mostraram cientes e preocupadas com a necessidade de mensurar as diferentes e interligadas camadas de violência que se configuravam como elementos estruturantes. Portanto, elas mediam os riscos atrelados as muitas atividades nas quais se envolviam os filhos, constantemente em busca de traçar quais entre elas poderiam desencadear em desdobramentos mais alarmantes. Normalmente, essa ação desencadeava em conflitos experimentados entre mães e filhos que diferiam a respeito das escolhas adotadas. Por assim, compartilhar a vida ao lado do filho era uma incessante descoberta entre continuidade e limites que precisariam ser traçados tanto por interesses próprios ou imposição de terceiros. Mirando o capítulo de número três, ainda discutindo o compartilhamento dos dias, das escolhas e do sofrimento, encontraremos logo adiante algumas das preocupações de duas mulheres que buscaram o CAPS demandando a internação do filho que naquele instante foi descrito como dependente químico.

III. INTERAÇÃO E CUIDADO

Um CAPSad se transborda em histórias. Visitando o CAPSad Flor de Lótus¹⁵, aprendi que o compartilhar dessas histórias era uma realidade que acontecia dentro dos consultórios, nas reuniões, embaixo das árvores e durante as três refeições que compõe um dia dentro da instituição. E ao anunciar que aprendi enfatizo que fui ensinada. Chamando-me com um aceno de mão, Thiago me contou acerca da vida e da morte dos familiares, de como os que habitam as casas se tornaram avessos aos que habitam as ruas; estendendo os braços claros com as palmas das mãos voltadas ao alto, deixou-me acompanhar as marcas mais e menos cicatrizadas em formato de bolinhas, declarando que através delas fluíram a cocaína e em algum momento o HIV. Antes que me deixasse, despediu-se afirmando que sua história de vida era uma oportunidade para *as pessoas aprenderem e é por isso que eu conto*. Contar histórias é produzir conhecimento.

Contar aqui é maior que um ato de descrição. Trata-se de tomar a palavra, estabelecendo uma relação entre linguagem e reflexão em que as palavras evocam experiências acerca de mundos. É palavração (Freire, 1970). Tais como os mitos (Strauss, 2003), as histórias vividas e narradas, criam momentos para desdobrar os embaraços e agruras do viver e revelam pontos de sensibilidade que também coexiste/resiste/fala sobre outras formas de habitar e contar. Partilhando do entendimento de que as histórias percorrem interiores, de que a palavra é capaz de se tornar ação ao conectar linguagem e reflexão que se desdobrará este capítulo. Não porque as histórias menos conhecidas ao serem narradas produzam transformações de todos e quaisquer ouvintes, antes, conto-as porque parto do posicionamento de que elas importam.

Dentro desse entendimento, dedico-me em promover uma aproximação da história de duas mulheres que na qualidade de mães reivindicaram a internação do filho com dependência química a despeito do interesse contrário dos rapazes. Mediante as narrativas e as reflexões das mulheres, investe-se em descobrir a complexidade que circunscreve essa escolha que aponta a momentos e a dificuldades que incidem na

15 Como me explicou Fernando, um dos veteranos que se cuidava com o apoio do CAPS, Flor de Lótus é um sutra budista que se inspira na sabedoria e na resistência de uma flor aquática com o mesmo nome. Flor de lótus é uma flor capaz de nascer e se manter viva mesmo na superfície de uma água eivada e poluída. Enquanto que como sutra budista, diz respeito ao renascimento humano e a capacidade de produzir vitalidade em contextos adversos, onde por vezes não se acredita ser possível existir em desacordo do caos. É um conhecimento de autocuidado, de resistência e de insistir na possibilidade do deslocamento.

completude da experiência dessas mulheres em companhia dos filhos, conduzindo então a dificuldades extensas que extrapolam a noção comum da dependência como o fenômeno causador da instabilidade e da mudança na vida de ambos. Isso porque, dependência se configura como um acontecimento marcante, mas ele coexiste e apenas pode ser compreendido entre outros igualmente importantes.

Descobrimo a casa

Concentrada e silenciosa dona Lucila se encontrava na recepção do CAPS, entre as mãos, trazia uma sacola de plástico repleta de documentos. Era uma senhora magra e negra, com mais idade e tranças curtas coladinhas na cabeça. Estávamos a uma cadeira de distância quando uma das funcionárias convidou dona Lucila para uma conversa a poucos passos de onde eu estava. A voz da funcionária corria quase sem ruídos antes de me alcançar e a voz da senhora praticamente não podia ser escutada.

Confesso que ouvi: Ele saiu da cadeia há quanto tempo?... Qual a idade dele?... Olha, a gente não pode internar as pessoas assim, existem critérios muito claros a respeito da internação... Se fosse assim ia ter muita gente internada. O que a gente pode tá fazendo é agendando uma visita na casa da senhora e avaliar como ele está... Ele tem que querer se não do que vai adiantar? Ele vai sair de lá e vai continuar fazendo ainda mais essas coisas. Além do mais, as pessoas ficam internadas um curto período, uns quinze dias. Ele tem que querer. Eu vou agendar a visita na semana que vem pra senhora. Em instantes acompanhei dona Lucila se despedir, alcançar a porta e ganhar a rua.

Reencontrei-a dias mais tarde e diante da primeira oportunidade iniciei uma conversa. Estávamos na recepção, apresentei-me e com a minha primeira questão – *a senhora tá aqui pra reunião de famílias?* - me deparei com extensas frações da vida de Lucila. Primeiro, atestou que esperava o iniciar da reunião, deslocou-se do Gama a Santa Maria pelo filho, denominando-o de *meu menino*. Emendou contando que o filho não estava presente apesar de haver prometido nos dias anteriores que a acompanharia ao CAPS, contrariando-a pela manhã com uma negação. Repetiu que depois de duas décadas convivendo com a dependência do filho, aprendeu a *lidar* e compreender que é preciso

ter *paciência* com ele, como disse: *antes eu ficava nervosa, brigava, batia nele... não adianta. Tem família que não aguenta, que larga. Eu não faço isso.*

Ramon é filho de dona Lucila, estava com 38 anos de idade durante aquela conversa. Lucila é católica e quando a *paciência* falta se apega a Deus e inconformada com os que dizem que o filho não *tem mais jeito e que o melhor é abandoná-lo* argumenta que *ele pode não ter mais jeito pra mim, nem pra você, porque pra Ele* – apontando pra cima com o dedo indicador – *sempre tem. Quando ele quiser botar a mão sobre o meu filho ele vai mudar.* Enquanto isso, lembrou como Ramon recentemente acolheu um amigo que residia no município de Valparaíso de Goiás – antes de ser expulso pelos familiares que não *aguentaram* as adversidades que acompanharam o intenso uso de substâncias químicas por parte de tal rapaz – e o convidou a permanecer com ele e a mãe. Prontamente, dona Lucila informou que isso não aconteceria e que o melhor seria ele ir *lá e se resolver com a família dele e se a família dele não quer ele mais, ele tem que procurar um lugar pra ele, um abrigo. Até porque, tem a minha neta que mora lá atrás* – em uma casa aos fundos da casa principal com o outro filho e a nora, os pais da criança. Perante essa resposta Ramon insistiu comunicando que o amigo já estava presente, estava com fome e precisava de um banho. Com a realidade da presença do amigo de Ramon, ela cedeu ao banho e ao alimento, acentuando que depois ele iria e não permaneceria com eles.

Mesmo experimentando acontecimentos que escolheria desconhecer e guardar distanciamento, mas que os vivia porque eles constituíam o cotidiano do filho, dona Lucila reconhecia a possibilidade de construir diálogos e destacava a circunstância de Ramon não ser *agressivo*, como percebia em relação a um dos sobrinhos que agredia fisicamente os irmãos e a mãe. Nesse percurso, demonstrou como conviver com um filho rotulado como dependente químico era uma experiência paralela a rotina de outros familiares, certamente também de vizinhos e conhecidos. Mediada pela observação, dona Lucila afirmou ainda a heterogeneidade desses rapazes, classificando uns e outros como pessoas com as quais era possível estabelecer conversas, negociações e episódios não baseados em violências, enquanto que com outros não. Por conseguinte, afastando-se de conhecimentos correntes em que se considera que um intenso consumo de substâncias

químicas lícitas e ilícitas responderia por um esgotamento dessas pessoas, como se elas deixassem de atender a valores que as identificariam como pertencentes e humanas. Hipótese contestada pelo neurocientista norte-americano Carl Hart (2014) que se dedicou a acompanhar os efeitos químicos e sociais da cocaína e de seu derivado o crack em consumidores regulares, observando como o uso interfere na tomada de decisões e na capacidade de fazer escolhas. Hart conclui acerca da precariedade em relacionar consumo, prazer e dependência enquanto variáveis intrincadas e incontestáveis que conduziriam ao vício insaciável e que desconsiderariam a relevância do contexto social e das escolhas vividas pelos consumidores (idem).

Hart e dona Lucila anunciaram estar cientes de que os efeitos do consumo de substâncias químicas raramente são experimentados como um bloco uno que enclausura os indivíduos em um mesmo caminho. Entre os dados do cientista, destaca-se como em contextos periféricos o consumo seria adensado por dificuldades que não estariam da mesma forma presentes em contextos urbanos não periféricos. Essas dificuldades anunciariam que na presença de alternativas plurais, menos frequentemente, as pessoas consumiriam essas substâncias em intensidades que culminaria em riscos acentuados¹⁶. Orientando-nos que nos dediquemos a aprender acerca das condições e dos contextos comuns de vida dessas pessoas (2014). Enquanto dona Lucila que inicialmente lembrou

16 Escolhi por não enumerar quais seriam estas dificuldades do consumo em áreas periféricas por entender que elas são apresentadas continuamente a partir das histórias das mulheres. Esta escolha pretende que estas especificidades componha o texto de forma contextualizada, em vez de recaírem como estruturas inalteráveis sobre os indivíduos.

De todo o modo, dentro da perspectiva que o autor apresenta a respeito da própria vida, de um jovem negro que cresceu entre os bairros periféricos dos Estados Unidos e veio a ser um renomado cientista, destaca-se a centralidade que ele atribuiu ao fato de ter criado um plano de vida futura para si mesmo a partir do esporte. Perceber-se como um atleta em formação foi importante no sentido dele ter desenvolvido um relacionamento de menor intensidade em relação as substâncias ilícitas que circulavam entre a vizinhança.

Um exemplo brasileiro impressionante de como os projetos de futuro abrem sentidos para investir diariamente na própria vida e na de quem amamos é encontrado a partir do trabalho de João Biehl (2011); onde conhecemos os esforços de pessoas com AIDS em bairros pobres e nas ruas de Salvador na Bahia que acessam medicamentos ultramodernos e importados disponibilizados pelo Sistema Único de Saúde, mas enfrentam a ausência de alimentos e de residências salubres. Entre estes, conhecemos a história de um homem que desafiava as expectativas clínicas e permanecia como um dos poucos sobreviventes dentre aqueles com quem compartilhou os primeiros anos após o diagnóstico. Viver além das expectativas era explicado como um ato que decisão tomado após o nascimento da filha, e, mais tarde, recapitulado, após o falecimento da companheira que também era soro positivo. Era preciso viver e se cuidar em um contexto de tamanha dificuldade para continuar ao lado da filha.

como o cuidado dos filhos com dependência é uma prática comum e permeada por adversidades entre os conhecidos, caminha ainda mais adiante ao argumentar como a experiência das implicações atribuídas ao consumo são múltiplas ainda que em uma mesma divisão geopolítica. Baseando-se nessa multiplicidade explicou o relacionamento com o filho.

Embora ambos refutem a premissa corrente do esgotamento de pessoas com dependência química, ampliando as nuances a serem consideradas, ainda assim esse enunciado permanecia como um entendimento que era reproduzido continuamente, quiçá, explicava em partes porque dia após dia dona Lucila e outras mulheres velozmente eram orientadas a *abandonarem* os filhos. Portanto, aconselha-se o abandono, não apenas porque assim as preocupações e a quantidade de trabalho diminuiria, mas, porque, despendar cuidado implica em ser merecedor de atenção e acolhimento. E ao concebê-los como pessoas esvaziadas, aparentemente não caberia investir no bem-estar desses rapazes que não retribuiriam de acordo com a expectativa. E a despeito do evento *abandonar* se concretizar ou não através de dona Lucila, existia uma advertência que circunscrevia o cotidiano e reatualizava a norma de como deve acontecer a distribuição do cuidado – tanto que ela e outras mulheres precisavam continuamente defender a própria escolha frente aos demais. Merecer cuidado, culpabilizar-se pelo cuidado ofertado e as fronteiras e as fusões de habitar esses espaços demarcavam vivências e preocupações cotidianas. Portanto, não abandonemos essas aflições e continuemos conhecendo um pouco mais de dona Lucila.

Revisitando o passado e o significando, argumentou que foi uma *mãe presente* durante o crescimento dos filhos. Trabalhava na limpeza do banco Bradesco e com familiaridade citou o endereço completo que se desmanchava de minha mente na medida em que era pronunciado – *fazia o café, cuidava da limpeza, serviços gerais*, contou. Mesmo trabalhando fora o dia inteiro, estava presente. Durante o expediente, ligava para os filhos e acompanhava um pouco da movimentação da casa, orientando-os. Notando prenúncios de um comportamento reprovável, castigava-os e sem formalidades contou como certa vez bateu neles com um pedaço de *pau* com a intenção de corrigi-los. O marido não era falecido a época, ele conviveu por muito tempo com a esquizofrenia – *era*

muito difícil – contou que quando ele estava medicado era calmo e quando as crises o acometia batia em todos dentro de casa.

Os entendimentos de *mães presentes* e *mães ausentes* foram considerados também na dissertação de Eduardo Leal (2010) que acompanhou como os familiares – mães, avós e namoradas – eram convocados a atuarem de uma forma específica dentro do cotidiano de meninos em cumprimento de medidas socioeducativas em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Rotineiramente, as *mães ausentes* eram conceituadas dentro da instituição de internação como mulheres negligentes, detentoras de pouca autoridade e responsáveis por uma parcela do envolvimento dos filhos com atividades ilegais. Enquanto as *mães presentes* eram descritas pelos esforços e os resultados em distanciar ou recuperar os filhos dessas práticas (idem). Navegando dentro dessas conceitualizações, acompanhamos como dona Lucila se defendeu como uma *mãe presente* em diferentes etapas do desenvolvimento dos filhos mesmo que destacasse que outras realidades estavam também presentes e concorriam com as expectativas depositadas.

A esse respeito, expôs que Ramon se embrenhou pelo universo do consumo das substâncias químicas ao iniciar um relacionamento amoroso aos dezenove anos. Dona Lucila descreveu a moça como uma mulher muito bonita, com uma aparência infimamente cuidada. Concebendo que este zelo com a aparência produzia elogios em um primeiro momento, com o passar do tempo, indicava que algo escapava do conhecimento de dona Lucila e das possibilidades de obter certos tipos de bens materiais entre aqueles que a envolviam. Encucada refletia e questionava: *eu que trabalho não consigo andar como ela, com estas roupas, sempre arrumada*. Com insistência, a resposta veio por meio de outro filho que confessou que a moça era traficante. Anos passaram desde o fim do relacionamento, contudo, o consumo das substâncias químicas permanecia até o presente.

De volta à recepção do CAPS, uns dois meses passaram desde que Ramon deixou a cadeia, fora autuado por roubo. Frente a esta experiência, dona Lucila cedeu em custear os cigarros do filho que passaram a estar presentes. Era o limite da negociação que propunha com o filho, custeava e aceitava a entrada dos cigarros no ambiente doméstico. Não exatamente ou unicamente porque do contrário ele poderia reatar os laços com

atividades acessíveis a punição do Estado, considerando que sozinho ele não poderia arcar com os custos frequentes da compra. Concomitantemente a essa apreensão, dona Lucila buscava diminuir os conflitos e aumentar as possibilidades de comunicação com o filho.

Especialmente, com o retorno do encarceramento, ocasião que marca acontecimentos não esperados que alcançaram Ramon e demandaram novas mediações, aflições e estranhamentos. Inquietava-se assim ao constatar como *esse povo não tem noção das coisas. Também não dorme, fica agoniado, um entra e sai de casa o dia todo. De repente, do nada, ele dorme do jeito que tá, com um pão na mão, com um prato de comida que nem comeu.* Mais recentemente, dona Lucila havia se demorado na casa de uma vizinha, de volta, encontrou um prato de comida que não foi nem iniciado sobre a chama acessa de uma das bocas do fogão enquanto Ramon dormia, outra vez no sofá. Explicou que desde que Ramon regressou ao lar, encontra-o dormindo apenas assim. As vésperas do retorno do filho, dividiu que limpou o quarto, trocou os lençóis, deixando tudo *arrumadinho*, mas, *ele não dormiu lá nem cinco vezes*, menos de uma semana.

Presenciava a mudança e como que uma dificuldade ou até obstinação de Ramon em não habitar a casa e de não retornar de um processo de encarceramento e dependência química ileso. E isto afetava dona Lucila ao ponto de conduzi-la a um pedido de internação para o filho. Decisão recusada diante os protocolos de atendimento de um CAPSad, em que a internação em desacordo com a escolha do internado se constrange a casos estipulados como de *risco/crise* em que a vida do próprio “paciente” ou de terceiros se encontra ameaçada. Portanto, enxergando no CAPS uma possibilidade de acolhimento e mesmo de reabilitação após quase duas décadas convivendo com a dependência do filho, essa senhora se deparou com a disparidade entre a sua noção de risco e a manipulada pelo Estado.

De dona Lucila decerto que o risco administrado se referia ao temor do filho novamente ser encarcerado, de contrair dívidas com traficantes, de deixar o gás vazando, de permanecer *sem noção das coisas*. Fazia referência a integralidade da vida e de entrever o afrouxamento das conexões do filho para com os cômodos da casa, o funcionamento dos objetos e o estranhamento diante da percepção da forma nova com

que a alimentação e o dormir se embaralhavam. Percebe-se que realizar essas atividades a partir de um modelo esperado e estabilizado reafirmava uma noção de normalidade ou uma maneira mais correta de se relacionar com uma casa e com as pessoas e os objetos ali compreendidos. Por consequência, determinava-se um padrão de parentesco ou mesmo de humanidade associado a modos rígidos de diferenciar e se relacionar para com a alimentação, com o sono e os objetos que habitam uma casa.

Fazendo uso do conceito de relacionalidade de Janet Carsten (2000), deslocamos a reconsiderar a experiência do parentesco acrescentando as mais variadas conexões que as pessoas constroem umas com as outras, o parentesco assim funcionaria como um idioma dentro do qual fluem e se pode explicar algumas formas de relação. Relacionalidade evocaria a investigação de quais elementos permitem a partilha do cotidiano, a proximidade e a contiguidade entre os indivíduos. Nesse passo, compreende-se como Ramon foi deslocado entre duas interpretações: uma em que é aproximado de outros que como ele consumiam substâncias químicas e não possuíam *noção das coisas*, dificultando a partilha de elementos comuns e o distanciando da mãe que se apresentou como tendo *noção das coisas*. Em outra interpretação, atrelada a anterior, dona Lucila refletia acerca dos riscos que desde o passado e o presente os acometiam, acaso, arreceava-se também com o futuro. Não de que o filho demonstrasse agressividade, afinal, ele nunca fora assim – o que era muito importante na perspectiva dela para com o filho e o contrário delimitaria um importante marcador – mas, ela temia que continuamente fosse necessário estender a própria *paciência* frente ao que não lhe era apetecido ou de que esses esforços não bastassem para mantê-los atados dentro de uma relação.

Notamos que vivenciar a percepção da mudança e a inteligibilidade alocada no filho não deságua necessariamente no rompimento da relação de continuidade, cursos outros adensam essa experiência. Por exemplo, Veena Das (1998) argumenta como a cultura está além de um complicado acordo que emaranha hábitos e regras a serem obedecidos. Entre a prescrição de uma tradição e a execução dessa haveria um abismo, dentro do qual nem sempre há uma correspondência exata entre as ações realizadas e os pensamentos ou os desejos que permeiam uma pessoa. Portanto, as dúvidas e os anseios

dissonantes podem criar – no mínimo – momentos de hesitação frente as normas. Nessa reestruturação, delineá-se aprendizados dos que ocupam tais espaços de incerteza, muitas vezes descobertos ao se experimentar níveis intensos de violência que os destacariam e romperia com as possibilidades de ser expressado e acolhido coletivamente (idem). Rompendo-se estabeleceriam questionamentos, como: o que nos tornamos quando violações atingem os limites descritos como naturais a vida? Como lidamos com o ocorrido?

Orientando-se pelas autoras, alcançamos a ambiguidade de despender cuidado a um filho que não atendia as expectativas do compartilhamento do parentesco, mas que mesmo assim a não retribuição desses ideais não resultou no rompimento da relação. Muito antes, medos e incertezas eram produzidos a respeito da possibilidade constante de quebra da contiguidade entre ambos. Medos e incertezas que ao mesmo tempo reafirmava a concretude desse relacionamento que unicamente se fazia possível porque eles pertenciam e habitavam essa conexão específica de mãe e de filho, dentro da qual a paciência e a ausência da agressão física eram qualidades reconhecidas. Então, partilhavam de dilemas e de consequências que os distanciava e os aproximava dos ideais de parentesco que se configuravam a partir das investidas de terceiros e dos próprios anseios¹⁷.

Temos que pertencer e habitar o universo de dona Lucila e de Ramon naquele dia era administrar um mundo coberto por dúvidas, era trabalhar com a ambiguidade de poder ou não acessar elementos fundamentais a partir dos quais era buscado se transpor a outros espaços de vida em que estar fosse desejado. Relembrando como dona Lucila escolheu contar a respeito de si mesma em uma narrativa ininterrupta em que a minha participação aconteceu mais como ouvinte e com interjeições, é muito interessante destacar quais os elementos foram reclamados para explicar que ela estava ali por conta do filho. Contou-me de como o tempo de outrora era dividido entre o trabalho formal e o cuidado da casa; do adoecimento mental do marido que ao não estar medicado era

17 Penso que a valorização do filho como uma pessoa que não apresenta relações baseadas na violência física adquire um valor maior ao lembrarmos que durante anos dona Lucila e os filhos foram agredidos pelo marido que era o pai dos filhos. Homem que conviveu com a esquizofrenia e demonstrava agressividade unicamente na ausência da medicação, momentos em que enfrentava crises associadas ao adoecimento. Por conseguinte, olhando para um intervalo maior de tempo na vida dessa senhora vemos a ruptura e a repetição de alguns ciclos.

tomado por crises em que agredia os familiares; dos vizinhos que disparavam que o melhor seria abandonar Ramon; da impossibilidade e das consequências de não estar 24 horas ao lado do filho e da dificuldade em compreendê-lo. Evidentemente, discorria também a respeito da dependência, de efeitos químicos que poderiam ter se acumulado e alterado as ações e os porquês do filho, mas, dizia-me mais e no mais narrava trajetos e processos em que não é ajuizado traçar relações de causa e efeito rapidamente.

Isso porque, a família frequentemente foi descrita academicamente como uma instituição sistêmica formulada a partir de divisões menores, onde cada uma dessas atuaria focando o funcionamento harmônico do todo. Há trabalhos antropológicos que alimentaram essa premissa, houve momentos em que essa perspectiva igualmente constituiu a fala dos profissionais do serviço social do CAPSad visitado. Contemporaneamente se discorda facilmente desses conceitos, especialmente, em decorrência da responsabilidade que carregam ao abrirem brechas para discursos patologizantes de famílias de classes populares. Em outro caminho, dona Lucila ao relembrar das crises do marido ou de como se desdobrava entre o ofício de limpar um dos maiores bancos da América Latina e o trabalho de ficar de olho nos filhos em uma cidade administrativa do Distrito Federal explicou momentos importantes acerca de si e dos familiares, mas que não podem ser analisados como decorrentes uns dos outros. Portanto, não se trata de representar a ausência integral ou parcial das mulheres no cotidiano dos filhos como elementos que desencadeiam circunstâncias específicas. Embora possa ser fecundo questionar a respeito dos dilemas de exercer uma atividade durante oito horas diárias a trinta quilômetros de casa e ainda desempenhar a função de cuidadora principal das crianças¹⁸.

Entretanto, a esta altura, o que venho tentando destacar é que dona Lucila apontava em diferentes direções, indicando tempos e atores múltiplos. O crescimento dos filhos que confluía com o adoecimento mental do marido; as substâncias ilícitas como

18 Não fugindo a regra da organização geopolítica de outros estados brasileiros, o Distrito Federal encontra-se marcado por uma polarização entre centro e cidades periféricas que o contorna. No Distrito Federal, Brasília compõem o principal polo empregatício da região, além de centralizar o poder político do país, promovendo um intenso fluxo de pessoas que deslocam-se diariamente de uma das 31 cidades administrativas ou das cidades e município que o circunvizinham e que formalmente integram o estado de Goiás. Essas cidades, em média, localizam-se a uma distância de 30 km de Brasília.

esse elemento poderoso e perigoso que permitiu o acesso a bens monetários outrora inacessíveis a uma distante namorada do filho, ao passo que Ramon perdeu *a noção das coisas*; as apreciações da vizinhança em desacordo com o comprometimento que dona Lucila nutria para com a existência do filho; como também o crescimento da neta em paralelo a esses tantos acontecimentos. Trata-se de aflições que compuseram e as vezes perduraram as diferentes etapas da vida dessa senhora e das quais acompanhamos a necessidade incessante de lidar e resolver problemas de extrema complexidade que evocavam a ordem do acontecimento acontecido, acontecendo e do acontecimento por acontecer que deve ser antecedido e evitado. Perante essa ansiedade, as possibilidades de resolução das preocupações se demonstravam parciais, outros conflitos emergiam e ao me encontrar com dona Lucila a internação do filho foi concebida como um mecanismo para apartá-lo desse cotidiano, com a aspiração de mantê-lo resguardado do consumo, do encarceramento e dos acidentes domésticos. Contudo, antes de irmos adiante, com o intuito de ressaltar persisto em reconsiderar como a atribuição de criar condições em que a integridade física e emocional dos familiares continuamente viesse a ser conquistada foi um dos elementos que circunscreveu as diferentes etapas da vida de Lucila. Reformulando, mais do que produzir efetivamente esses espaços, trata-se de se comprometer com o processo de criação e com as implicações de habitar essa experiência – visto que as respostas encontradas podem não corresponder a intensidade e a todos os efeitos esperados.

Vale destacar como uma limitação que me encontrei apenas com dona Lucila e que desconheço como Ramon interpretava e lidava com os acontecimentos narrados pela mãe. Desconhecendo, desafia-me mensurar como ele que correntemente foi descrito como tendo perdido a *noção* da casa, ao se deparar com a dificuldade de um amigo com dependência química e desabrigado, convidou-o a permanecer no lar e com a impossibilidade do convite negociou um banho e uma refeição. Procedendo dessa forma estaria a reconhecer a casa em que cresceu como um importante espaço de cuidado? Se sim, caberia questionar por que ele não se relacionava com os espaços e os objetos da casa de acordo com as expectativas, estabilizando as relações de proximidade e reconhecimento tão valorizadas pela mãe. O que esse não dito expressaria em relação aos

esforços aqui apresentados? Trata-se de questões suscitadas que não poderão ser respondidas satisfatoriamente, embora nos alerte acerca da presença de experiências desconhecidas e das fronteiras das análises apresentadas.

Partilhando o sofrimento

Tanto foi abordado em pesquisas acerca das ruínas de um modelo de atendimento psiquiátrico fundamentado na internação em manicômios, hospitais psiquiátricos, asilos e afins. Elucidando acerca da contenção dos corpos/mentes/emoções dos que apresentam adoecimentos mentais; da experimentação farmacológica desenvolvida cotidianamente sobre cada uma dessas pessoas; do abandono e da desintegração dos laços afetivos anteriormente vividos para com os espaços, os afazeres e as pessoas (Biehl, 2008; Müller e Maluf, 2014). Em desacordo com os conhecimentos que articulam esse projeto de acolhimento, onde certas formas de existência se transfiguram em causas bastantes de intervenção em prol da manutenção de um ideal de normalidade (Foucault, 2012)¹⁹, diferentes movimentos se concentraram em criar o que denominamos como a reforma psiquiátrica brasileira. Partindo da Lei Federal de nº 10.216, de 06 de abril de 2001 – conhecida também como Lei da Reforma Psiquiátrica – deliberou-se acerca dos direitos de pessoas com adoecimentos mentais e instituiu um novo modelo de saúde a elas. Preferencialmente, alicerçado em ambientes de não internação, em continuidade com a família, o trabalho e a comunidade, compartilhando para com o adoecido informações acerca dos diagnósticos e das possibilidades de tratamento.

Nessa caminhada pela implementação da lei 10.216, deparamo-nos com um processo heterogêneo, constituído entre continuidades e rupturas para com o modelo

19 Faço alusão ao conceito de biopoder de Michel Foucault (2012). De acordo com o próprio, houve um movimento de mudança no exercício do poder em que o direito de produzir mortes deixou de ser realizado em nome de um soberano que deve ser defendido, agora ele seria formulado em nome da existência de todos, de populações. Trata-se de um processo de gerir a vida e ordená-la a partir dos reclamos da mesma. Consequentemente, decide-se e atua legitimamente sobre o futuro daqueles aos quais é atribuído o risco de lesar os demais, de causar danos e trazer perigos a uma população inteira que é considerada como detentora do direito à vida. Nesse entendimento, desenvolve-se uma série de processos de intervenção e de controle que incidem em indivíduos e populações, diferenciam a partir de uma hierarquia de valores e de utilidades entre si. Por último, esse tipo de sociedade resultaria de um efeito histórico e de uma tecnologia centrada no gerenciamento da vida – de tomar decisões em prol da manutenção desta.

anterior – embora existam esforços contínuos em descentralizar a internação como prática principal e de estabelecer outras formas de acolhimento que não cessem os fluxos de vida daqueles que buscam as instituições de saúde (Müller e Maluf, 2014). Em uma perspectiva um pouco distinta, ao adensarmos a experiência do adoecimento mental com o cotidiano de um manicômio judiciário, as conquistas propostas pela reforma psiquiátrica se demonstraram escassas. Não raro, funde-se diagnóstico a um quadro permanente de periculosidade que estaria pronto a ser manifestado, fomentando a possibilidade de que os indivíduos permaneçam dentro de instituições de internação por décadas a fio. Inclusive, a mulher brasileira há mais tempo em regime de internação se chama Zefinha, nasceu e permaneceu em Alagoas. Com 18 anos de idade, cometeu uma agressão a uma vizinha, ação que a conduziu a um presídio feminino em que se manteve por dois anos quando recebeu um diagnóstico psiquiátrico que a redirecionou a um manicômio em que viveu por trinta e seis anos quando foi levada a um asilo. Ela permanece-permaneceu-permanecerá os dias que restam em um asilo por não ter familiares, Zefinha foi esquecida dentro do manicômio. Por conseguinte, a ausência da família foi interpretada como uma nova oportunidade para criar patologias que reforçaram a condição de dependência e a necessidade da vida de Zefinha novamente ser gerida pelo Estado, dessa vez a caminho de um asilo (Diniz, 2016).

No CAPSad Flor de Lótus de Santa Maria – de acordo com a política de saúde desenhada nacionalmente – a dependência química era interpretada pela capacidade de produzir um intenso processo de sofrimento psíquico, devendo ser tratada por uma equipe multiprofissional constituída por psiquiatra, psicólogo, clínico geral, enfermeiro, assistente social e técnico em enfermagem. Nas minhas visitas, repetidamente observei argumentos que defendiam a necessidade de romper com o modelo antecedente e de estabelecer os preceitos da lei 10.216.

Entretanto, dentro da rotina do CAPS, mesmo com as leis que formulavam o tom do cuidado a ser explanado, discutia-se e se resistia ao abandono e a debilidade reservada aquele espaço. Era o esquecimento que alcançava o nível institucional. Por conseguinte, os funcionários relatavam as dificuldades de oferecer um atendimento condizente ao esperado a partir de uma instituição que dependia da arrecadação em bazares e de

doações que fomentariam a compra dos insumos das oficinas e de uma parte das ações não-medicamentosas²⁰. Ou que lidavam com a ausência da solidariedade e com o preconceito de outras unidades de atendimento, deixando-os reticentes em produzir encaminhamentos a especialidades clínicas não contempladas dentro do CAPS. Com a rotina de trabalho, foram aprendendo como pessoas com dependência química recorrentemente eram culpabilizadas pelas dores declaradas, conduzindo-as a receberem doses menores de atenção. Essa frustração dos funcionários talvez tenha alcançado o ápice a partir do desapontamento de uma psicóloga que olhando ao redor contou como tudo que compunha aquele ambiente primeiro compôs outros – mesas, cadeiras – era tudo velho, desconfortável, muitas vezes quebrado, completou: *é como se a secretária de saúde mandasse pra gente só o que ninguém mais tem interesse*.

Nesse caminho, ciente dos dilemas dos que foram abandonados e submetidos a violências dentro dos regimes de internação, dos esforços passados e presentes em construir modelos novos de acolhimento, recapitulo como o interesse proposto aqui é o de partir de uma aproximação de mulheres que reivindicaram em algum momento a internação dos filhos. Não as encapsulando em discursos contrários ou unicamente complementares aos que dispõe a respeito dos movimentos que circunscrevem a reforma psiquiátrica. É importante distinguir que partimos desse acontecimento, mas outros foram emaranhados a esse primeiro a medida em que elas falavam a respeito de si mesmas, complexificando e o extrapolando. Por conseguinte, caracteriza-se como vital aprendermos acerca dessas mulheres em si mesmas, das aflições, das palavras e do peso dos olhos como os que traziam dona Mercedes.

Minha aproximação primeiro aconteceu assim, com os olhos dessa senhora. Eu retornava do café da manhã oferecido pelo CAPS a partir das 8 horas, escolhi uma cadeira na recepção entre mulheres que regularmente compartilhavam umas com as outras

20 Usualmente, os recursos como alimentos, medicamentos e a presença de profissionais de diferentes especialidades era uma realidade diária na rotina do CAPS. Embora as horas de trabalho do psiquiatra da instituição nunca fossem o bastante para atender mensalmente a totalidade da demanda. Esses bens e serviços eram mantidos unicamente a partir dos recursos do Estado. Por outro lado, havia uma forte crítica acerca da ausência de recursos destinados as atividades não medicamentosas como oficinas ou cursos profissionalizantes, além das limitações do espaço físico no qual se encontrava alocada a instituição. Dessa maneira, eventos como bazares e festas de São João direcionadas a comunidade permitiam arrecadar um rendimento financeiro no intuito de se aproximarem um pouco mais das idealizações da reforma psiquiátrica acerca do que deveria ser um CAPS. Esses eventos eram organizados pelos funcionários em companhia dos usuários da instituição.

histórias de si e de conhecidos, do lado oposto, descobri dona Mercedes. Silenciosa, distante, acompanhei como profundamente ela mirava o vazio que há no chão e ia além daquele espaço; os olhos de um verde-oliva eram molhados e esse molhado não era transformado em lágrimas que escorreriam pela pele negra dela, porque ao mirá-la instantes depois, os olhos estavam secos, sem rastro de choro – até que se enchiam novamente como em um ciclo. Eram olhos d'água como os que foram encontrados por Conceição Evaristo (2017), como descobri meses mais tarde. Mesmo ocupada por um desconforto ao encontrá-la, mal sabia eu o que estava por vir. Encontrava-nos na recepção aguardando pela reunião de famílias que se iniciaria a qualquer momento. Em instantes fomos encaminhadas a sala em que os encontros normalmente aconteciam e após uns quarenta minutos, com o fim do relato de Camargo que compartilhou como repreendeu o filho que discutia aos gritos com a mãe, dona Mercedes falou pela primeira e única vez entre as demais mulheres que compunham a atividade. Firme e devagar iniciou afirmando a sentença: *eu sei que não sou a única e que como eu têm muitas mães que passam por isso*. Contou-nos depois do filho de 19 anos de idade que combinava o consumo do álcool ao do crack. De como ele iniciava com o fumo da pedra de crack e posteriormente se transferia para as bebidas alcoólicas, com a manipulação dessas duas substâncias, *Ele fica louco*. Trouxe também a materialidade do corpo do rapaz: *ele é todo cortado, os braços cortados com gilete que ele corta*. Um corpo em tensão parecia escapar do dito, capaz de se ferir. E como acrescentou um pouco depois, capaz de feri-la também, ao vê-lo pela última vez, *ele deu uma porrada na minha cara, meu dente ainda tá mole, ele queria pegar as coisas do pai e eu não deixei*. Frente a um histórico de violências, lembrou como em outro momento ele quase bateu com uma marreta em sua testa. Com a reiteração das agressões, convenceu-se da necessidade de denunciar o filho com o intuito de resguardar a própria vida a partir dos dispositivos apresentados pela Lei 11.340, a lei Maria da Penha.

Entrando em contato com a história de Mercedes, as mulheres orientavam que ela não se punisse por ter levado a cabo a denúncia contra o filho, era um passo que precisaria ser tomado, argumentavam. Em contrapartida, ela afirmou que não se arrependia e que faria outra vez, mas, dividiu: *nunca imaginei que ia precisar fazer esse*

tipo de coisa... Lá em casa, eu não espero notícia boa... Meu filho tá na rua... eu sei que esse tipo de vida ou acaba na cadeia ou no cemitério. Enquanto duas mulheres responderam exaltando o quão novo era o rapaz e a quantidade de acontecimentos que poderiam se desenrolar e modificar o curso da vida dele e a dela. Contudo, Mercedes não aparentava se tranquilizar e esporadicamente se dirigia a mim para tecer comentários acerca do que era discutido na reunião de famílias, estávamos uma ao lado da outra. Em determinada circunstância, uma assistente social refletiu acerca de dores físicas que apresentam causas emocionais – como uma dor nos ombros que não podia ser entendida unicamente a partir da lógica do esforço repetitivo ou da contusão – e da importância de desenvolver essa percepção com o objetivo de promover o autocuidado. Imediatamente, Mercedes me disse como o seu corpo estava *cansado* de enviar os sinais mencionados pela assistente social e de como não havia uma parte sequer dele que não doesse. Nesse movimento de falas centrais que foram espaçadas por comentários a mim dirigidos, contou-me ainda como o filho esteve internado em instituições para adolescentes infratores por duas vezes antes dos dezoito anos e que perdeu dois familiares através dos homicídios.

Tenho que dizer que ao fim da reunião retornei a minha casa acompanhada por um redemoinho de pensamentos, de perplexidades e de tristezas. Em meio a instabilidade em que se desenvolvia a vida de Mercedes, constatei que encontrar nas famílias um espaço de análise é assumir uma perspectiva que possibilita acompanhar como determinadas experiências habitam como uma constante que poderá ou não eclodir regularmente, e, que mesmo quando não acontece, acaba se prolongando como um imaginário que preenche as probabilidades de vida e que não deixam de ser consideradas. No interior da família de Mercedes, as mortes violentas se constituíram como um saber acumulado e esse conhecimento podia se estender a outras pessoas que lidavam com a morte de um dos pais, dos filhos, das filhas e que horrorizadas contaram acerca do ódio com que esse corpo ainda vivo foi manipulado até alcançar a morte. Também dos muitos resíduos que permaneciam depois, dos acontecimentos que encontravam desfechos, como os relatos dos pais de meninas assassinadas na periferia de Salvador na Bahia que se angustiavam por não poderem arcar com os custos de uma lápide onde inscreveriam os dados das

adolescentes e uma breve frase de adeus (Ferreira e Bastos, 2012). Ou como em março de 2016 quando cercada pelo choro de mulheres e pela presença de homens calados, entre eles, minha mãe e meu primo, em que eu tentava convencer uma funcionária do Instituto Médico Legal a me emprestar uma caneta para que eu pudesse preencher um formulário a partir do qual acessaria a certidão de óbito que permitiria reconhecermos o irreconhecível corpo do meu tio materno, assassinado com cinco tiros próximo de casa no município de Valparaíso de Goiás. Entretanto, a caneta não poderia ser emprestada, como tentou me convencer a funcionária, isto porque, as pessoas que mais procuram aquele espaço para reconhecer corpos de familiares não lembram de devolver canetas, então ela parou de emprestá-las – criando empecilhos para um retorno mais breve ao ambiente doméstico desses familiares falecidos.

Esses resíduos que rebentam em circunstâncias vastas, estendendo a violação a fins inconcebíveis, apresentam o cuidado, os efeitos químicos, o abandono e as agressões domésticas como fenômenos ordinários, da ordem do não-evento. Eles se repetem e expõem os limites do pertencimento dessas mulheres, do viver e não acreditar que boas notícias alcançarão a casa ou os impedimentos de descansar e cuidar dos sinais que o corpo outrora estava cansado de enviar – de vislumbrar um futuro diferente. E aqui é importante destacar que pensar acolhimento, abandono, violências domésticas e as demais violências vividas por rapazes que consomem crack em condição de rua dentro de uma perspectiva desarticulada é diminuir a complexidade manuseada por mulheres como dona Mercedes. Portanto, deparamo-nos com um mecanismo labiríntico ou mesmo tortuoso dentro do qual as hierarquias e as opressões se organizam e adensam umas nas outras cotidianamente, decerto que seria então improdutivo propor quem sofre mais, mãe ou filho. Pelo contrário, acompanhamos como há uma continuidade entre as chances de vida e de morte, em que ambos partilham de uma consubstancialidade entre o sofrimento, a felicidade, os efeitos e as responsabilidades (Povinelli, 2008). O que impede de encerrarmos os desdobramentos das experiências ou de levarmos adiante escalas que

aferem os riscos vividos unicamente do prisma do indivíduo²¹ (idem). Tratando-se assim de conceber a existência das mães e dos filhos de forma articulada e em continuidade.

Partindo desse entendimento, reencontrei dona Mercedes dias depois, uns cinco minutos faltavam para as oito horas, encontrava-me sozinha na recepção quando ela apareceu e se conservou por um curto instante no limiar da porta do CAPS. Percebi-me aflita e questionava como cumprimentá-la – não cabia habitualmente fazer uso do pouco comprometido: *como vai?* - ousei um “oi” acompanhado de um meio sorriso. Em retribuição, ela se aproximou e ficamos uma ao lado da outra. Frente a Mercedes, entendia que as palavras não deviam sobrar e quando pronunciadas falavam daquilo que falavam. Permanecemos por isso em silêncio até que ela tirou de uma sacolinha de plástico uma série de documentos que contou ter trazido do Ministério Público e que autorizava a internação involuntária do filho²². Mas que para ser validado, antes, necessitaria da assinatura do médico psiquiatra do CAPS. Ela reclamava intensamente da resistência dos profissionais em consentir com a internação, dos três meses reunindo

21 Resumidamente, Elizabeth Povinelli (2008) está interessada em contestar o discurso estatal australiano a respeito dos motivos das altas taxas de mortalidade e adoecimento dos aborígenes australianos que normalmente eram determinadas como decorrentes de comportamentos individuais, como o alcoolismo, diabetes e a uma ampla variedade de doenças causadas por bactérias e verminosas. Enunciado individualizante que afirmaria como essas pessoas se deixariam adoecer ao realizarem escolhas “ruins” ou “erradas” acerca da manutenção da própria saúde, independentemente dos investimentos e conhecimentos empenhados pela nação em minorar esse contexto. Evidentemente, esse discurso atua no silenciamento de outras análises. Primeiro, as expressivas taxas retratam a desigualdade existente na sociedade australiana ao exprimir como esses adoecimentos estão de encontro com as mesmas doenças que provocam mortes entre as camadas mais pobres em todas as localidades do globo. E mais importante, individualizando-os, negligencia a amplitude da vida aborígene. Vida em que os riscos e as responsabilidades, ou a saúde e o bem-estar são sempre compartilhados. Vida de *consustancialidade* entre o território, ancestralidade e o parentesco. Elementos que não são exatamente plurais, eles não se somam. Eles são UM. Portanto, a morte e o adoecimento de um sobrinho não é chorada por uma tia como um indivíduo, antes, retrata a própria morte e adoecimento porque há uma *consustancialidade* corpórea entre tia e sobrinho que descendem de um mesmo ancestral. Por fim, *consustancialidade* não é metáfora, muito antes, é compartilhamento entre a vida e a morte, felicidade e sofrimento.

22 Existem três encaminhamentos para internação de pessoas com dependência química no Brasil:

1. Internação Voluntária: acontece a partir do consentimento do indivíduo que será internado.
2. Internação Involuntária: aquela que acontece sem o consentimento e que ocorre a partir do pedido de terceiros (frequentemente familiares). Ela é autorizada por um médico devidamente registrado no Conselho Regional de Medicina (CRM) do estado em que se localiza a instituição de internação. A instituição de internação contará com um prazo de 72 horas para notificar o Ministério Público do estado a respeito da internação.
3. Internação Compulsória: é a determinada pela justiça. É determinada por um juiz que deverá levar em conta as condições de segurança do estabelecimento, quanto a salvaguarda dos pacientes, dos funcionários e internados. (BRASIL, 2001. Lei 10.216)

documentos, recebendo avaliações psicossociais em casa e no espaço da instituição e de como foi preciso *enganar* o filho para conseguir conduzi-lo a um atendimento com o psiquiatra. Concluiu dizendo: *não sei mais o que tá faltando*.

Interessada em entender como estava o filho de Mercedes depois que passou a morar nas ruas perguntei se ela tinha tido notícias desde a última vez que a vi. Explicou que há poucos dias o filho apareceu em frente de casa, mas da mesma forma que o rapaz foi notificado por agentes do Estado acerca da medida protetiva que determinava que tantos quilômetros deveriam ser mantidos em relação a mãe e a casa da família. Agora, foi Mercedes quem foi informada pelos familiares de que ele não estava autorizado a adentrar o espaço doméstico e que em caso de descumprimento, o filho poderia responder legalmente pela reaproximação. Entretanto, esse pronunciamento dos familiares ou do Estado manuseado pelos familiares, não foi facilmente aceito e ela então replicou: *ele não tava fazendo nada de errado, tava do lado de fora. Ele tava só pedindo um prato de comida... Não se nega um prato de comida*. Com a convicção do que estava fazendo, ofereceu a refeição ao filho em frente de casa que se alimentou e depois pôs o prato de comida sobre o chão da calçada e foi embora. Experiência que a fez retornar a delegacia e diante um juiz renunciar a denúncia contra o filho, esfarelado a medida protetiva prevista pela lei Maria da Penha que a amparava. Lidando com a dificuldade da escolha, comentou: *se tem que ser assim, eu fui lá e retirei a queixa contra meu filho*. Ele estava novamente autorizado a retornar ao ambiente doméstico, ainda que apenas do ponto de vista da mãe e do Estado após a retirada da denúncia.

Um dos elementos provocativos dessa narrativa é a vontade de dona Mercedes de ir adiante com a denúncia e a necessidade de também receber o filho e oferecer uma refeição dentro de casa – especialmente quando as ações e os efeitos de uma substância como o crack se amenizam e permitem o retorno do filho de uma forma mais segura. Tratando dessas preocupações, a denúncia contra o filho refletia os riscos e o medo em dividir os dias com uma pessoa que sob os efeitos de substâncias químicas responde com momentos de extrema violência. Violência que encontra paralelos não apenas em ofensas verbais e furtos, mas na possibilidade de ter a própria morte causada – a princípio – unicamente pelo filho em estado de consumo ou de abstinência a essas substâncias.

Nesse encadeamento, a busca de dona Mercedes pela Lei Maria da Penha remarca um limite de um estado de insatisfação e uma tentativa de romper com os desdobramentos da violência doméstica – limite que em uma instância anterior também foi demarcado ao buscar acolhimento dentro do CAPS.

Entretanto, deparou-se com as limitações do Estado em enfrentar a complexidade dentro da qual ela se apresentou: uma mulher que era mãe de um rapaz de 19 anos que entre as ruas se embrenhava dias consecutivos em busca do álcool e do crack e que dentro de casa cometeu agressões contra a mãe. E o que a impediu de ir adiante com o boletim de ocorrência, alinhava-se a circunstância de que a proteção dela não deveria implicar em uma intensificação não premeditada de um processo de desumanização já em marcha contra o filho, em que ele era reconstruído a partir de caracteres totalizantes e inferiores que reforçavam que o espaço de circulação dele deveria se restringir as ruas e ao estabelecimento da quebra da *consustancialidade* da mãe para com ele. Mesmo porque, durante os momentos de ausência do filho – ou por motivos legais ou quando ele se afastava em decorrência do consumo – dona Mercedes não descansava e não se percebia protegida porque as notícias ruins poderiam adentrar o espaço doméstico. Relato recorrente entre muitas mulheres que precisaram ou decidiram que abandonariam os filhos e que então não dormem mais²³.

Vemos que as chances vividas por dona Mercedes de se desvencilhar das ofensas e das agressões provocadas pelo filho exigiam que ela se acoplasse a outros sofrimentos, como o de negar o alimento e a entrada do filho dentro do espaço da casa. Portanto, reconfigurando as relações a partir de uma cisão política e moral acerca de quem ela era e de quem o filho era e de quais os espaços deveriam ser preenchidos por cada um (Said, 2009). Nesse curso, esse rapaz é o outro, aquilo que idealmente não se é e que pode vir a ser manipulado como um fato a ser escrutinado, estabelecendo conhecimentos que permitem acessá-lo a partir de intervenções e de determinadas ações. Isso ocorreria porque, conhecimentos comumente fixam e estabilizam ideias acerca do ser e do estar

23 Gostaria de deixar um pouco de carinho a dona Rosa – uma senhora de cabelos brancos a altura do ombro, lisos e de diadema – que há muito frequentava as reuniões de famílias, apesar de o filho nunca ter estado ali e de morar nas ruas depois que ela pediu que ele fosse embora. Sinto pela “paz” não ser “algo que fica” para além dos exercícios de respiração do CAPS, estar em paz é um exercício difícil aos que trilham passos como o da senhora e conhecem a intensidade dessa palavra.

em uma posição, depositando aos detentores do conhecimento em questão autoridades em relação ao que foi apreendido. E a autoridade desses fundamenta que esta é uma realidade que deve ser conhecida a partir de um estudo corretivo, da disciplina, do gerenciamento – fundamentando o relacionamento a partir da recusa em conceber a autonomia das pessoas (idem). Portanto, acompanhando a refutação de Mercedes em ceder ao ponto de vista dos familiares, ao contra-argumentar como o alimento é o princípio que não permite o distanciamento absoluto, descobrimos que esse que pode ser esvaziado em acepções infinitas, mas, a quem se deve uma cesta básica ou um prato de comida não é um usuário comum de crack. Este é reduzido a menos, ao determos a escolha.

Pendendo a repetição, explico que não estou avaliando a eficácia de ferramentas como a lei Maria da Penha. Aliás, parece-me pouco prudente oferecer um parecer a partir de um único caso que ainda é assentado em tamanhas especificidades, como o de dona Mercedes. Ou de realizar essa apreciação abordando meramente o que está fora do alcance de resolução dessa lei. E acerca disto, lembro, como a Lei Maria da Penha se apresenta como uma proposta de substituição a Lei 9.099/95 que se baseava no preceito da reconciliação e do acordo entre duas partes, desvalorizando os efeitos e os danos que as hierarquias de gênero produzem dentro do ambiente doméstico. Por conseguinte, a lei caminha adiante, especialmente, ao considerar a necessidade das medidas protetivas enquanto um dispositivo que busca aumentar as chances de vida e de bem-estar de mulheres que vivenciam agressões domésticas (Reis, 2016). Lembrando também como as leis deveriam atuar em comunhão com outras leis e políticas públicas comprometidas em promover a integridade das pessoas.

Não obstante, ao passo que nos certificamos de como a lei Maria da Penha ou a lei da Reforma Psiquiátrica descrevem marcos importantes, coexiste um entendimento de que há uma dificuldade em aprimorar a capacidade de escuta e de criar respostas a medida que os percursos dessas mulheres se adensam em camadas de complexidade que se encontram enraizadas umas sob as outras, dificultando divisões. Inclusive, concretiza-se como um movimento intrigante acompanhar como a história da reforma psiquiátrica era oferecida como o principal porquê do pedido dela – como mãe de um rapaz que oscila

entre a violência que comete e a que vive ou a que pode viver – não poder ser atendido. E o que mais ressoa disso aparenta estar relacionado a concepção do conceito de responsabilidade(s) e o de sua partilha, assim me questiono: estaria o Estado querendo compartilhar a responsabilidade das atrocidades cometidas em instituições de internação com dona Mercedes? Penso que a demanda que a presença dessa senhora introduz é intrinsecamente política e remete a constituição de uma nação em que as possibilidades de vida e de morte distintamente estão distribuídas. Conseqüentemente, dividir responsabilidades requer antes comprometimento com o caráter político e com a multiplicidade das posições ocupadas, descobrindo-se também como um dos atores implicados.

Dentro de um movimento distinto, nutrindo-se com elementos da própria caminhada, dona Vera, após aquele primeiro encontro com dona Mercedes, aproveitando um breve silêncio, antecipou-se as demais e tomou a palavra, afirmando que não só apresentava uma mensagem a Mercedes, mas que desejaria transmiti-la porque vivenciou muito do relatado-vivido. Inicia lembrando que teve três filhos. Cedo, descobriu que o caçula conviveria e tratar-se-ia do que se como uma deficiência chamada de Síndrome de Klinefelter que desencadearia o desenvolvimento de *“formas femininas”*²⁴. Preenchido pelo pânico da possibilidade do feminino se depositar no corpo do filho, o pai convocou a mãe da criança, quando a criança aparentava apenas corpo de criança e comunicou que *aquilo era demais. Ele colocou o pé no mundo e nunca mais voltou.* Com o correr do tempo, esse filho caçula manifestou uma nova deficiência que frequentemente acompanha a primeira – *ele tem uma deficiência mental em grau leve*, contou. E imersa na ausência afetiva e financeira do ex-marido, os filhos cresciam enquanto o tempo de dona Vera era ocupado pelo trabalho. Nessa distância ocasionada pelo exercício de uma profissão assalariada, entende que o caçula permanecia extensos períodos sozinho e assim descobriu as substâncias químicas lícitas e ilícitas, consumindo assiduamente

24 Definiu-se como uma síndrome em que um indivíduo esperado como portador de cromossomos XY (homens? machos?), apresenta uma “desordem” cromossômica representada pela presença de dois ou mais cromossomos “X”, XXY. Com a maturação biológica deste indivíduo, espera-se que ele desenvolva algumas das características associadas a indivíduos XX (mulheres? Fêmeas?), além de também apresentar certos elementos associados a indivíduos XY alterados, como o desenvolvimento acentuado dos seios e um tamanho reduzido dos testículos, entre outros.

maconha. Em presença dessa descoberta, quando os dois filhos maiores não residiam mais com ela, decidiu vender a casa e comprar uma nova residência no município de Valparaíso de Goiás. Explicou: *achava que o meu filho era um problema meu e não tinha que atrapalhar ninguém*. Em certo sentido, ansiava por um isolamento, quem sabe, estar distante dos olhares de conhecidos.

Mesmo com os diferentes esforços e cuidados, o filho de dona Vera fora detido como um *usuário-trafficante* e permaneceu em um modelo de encarceramento usual, a despeito das deficiências diagnosticadas. Fazendo coro a uma experiência comum, disse: *só a gente sabe o que a gente sofre naquele lugar*. E de uma forma impressionante, a maioria das mulheres assentiram com uma expressão dura e um balançar de cabeça. Encarcerado, disse como o filho foi agredido por policiais, igualmente, ainda, pelos companheiros na prisão. *Lá eles dão banho frio, bate mesmo. Naquele lugar tem que ter dinheiro, não muito, mas algum dinheiro tem que ter* – explica enquanto com as mãos fazia um movimento que dava a entender como o dinheiro era repartido em diferentes direções e atores. E pondera: *se não fosse eu a traz de laudo pra dizer que ele não podia ficar ali com todo mundo...*

Fixando a fala em dona Mercedes, atingiu o ápice do próprio pensamento, deixando-nos cientes das motivações da extensa narrativa. Mirando-a, continuou: *você diz que tem medo do seu filho ser preso, pois, eu te digo: não tenha medo. Viva o que você tiver que viver e o que tiver que acontecer vai acontecer. As vezes, Deus age de um jeito que a gente não entende, mas ele tá intervindo. Meu filho, com duas deficiências, duas passagens pela cadeia e uma experiência de quase morte. Ele levou quatro tiros, quebrou esse osso aqui* – indicando a parte inferior do braço. *A gente teve que passar por isso tudo pra ele entender que ele só tem a mim... que eu sou a mãe dele. Claro, primeiro vem Deus. Mas, aqui, ele só tem a mim... eu que tava com ele no hospital, na cadeia. Então não tenha medo.*

Em resposta, com determinação, dona Mercedes respondeu que permaneceria firme: *agora que comecei, eu vou até o fim. Vou fazer tudo que eu puder pelo meu filho.*

Diferente do meu olhar viciado em requerer das instituições estatais, dona Vera, conhecedora de si e de certas mulheres que constituíam aquele espaço, conduziu-nos a

um discernimento cru acerca de criar e fazer viver um filho com dependência química e com envolvimento em atividades passíveis de punição do ponto de vista do Código Penal brasileiro. Primeiro, as dores e os processos de reificação que tornam essas vidas ilegítimas se apresentam como variáveis conhecidas e constantes, com as quais se sabe que é preciso empreender relações. Dona Mercedes aprendeu que os caminhos trilhados pelo filho ou o encaminha ao encarceramento ou, ao cemitério. Dona Vera, concorda, acrescentando que é imersa nessas experiências que é preciso viver e não com a certeza de que ficará tudo bem. Mas, antes, esses atos, materializam-se, concretizam-se, tornar-se acontecimentos acontecidos. E o que dona Vera pede a dona Mercedes é que ela não tenha medo, que não sei se seria a mesma coisa de ter coragem. O não ter medo, mais parece uma pergunta: quando esses filhos vão descobrir quem é a mãe deles? Até onde eles precisarão ser objetificados? Porque *ir até o fim* e o compartilhamento do sofrimento é uma forma de nutrição na qual a legitimidade da existência desses filhos é semeada²⁵. Clama-se que eles reconheçam e contribuam com esse ato de nutrição.

Porventura, o reconhecimento desse ato de nutrição e de que dificilmente mais alguém intercederia em prol deles, concretiza um esforço de descobrir a própria mãe como uma pessoa que se importa e que ousou estar – mesmo que a distância por não

25 Sinto-me próxima do desenvolvimento que Donna Haraway (2011) ofereceu acerca do compartilhamento do sofrimento, delineando-o como um contínuo desconforto em que as próprias ações e as relações para com os outros humanos e não-humanos não poderiam ser consideradas como inocentes dado o caráter de mútua afetação entre eles. Embora não inocentes, defende-se a importância de se trabalhar em busca da construção e do aprimoramento de responsabilidades. Isto é, do esforço em ampliar a nossa capacidade de apreender a habilidade de todos os seres em produzir respostas dentro de um relacionamento. Levar a sério as respostas dos seres que formam uma mesma relação, possibilita abri-las, não necessariamente rompendo de imediato com as hierarquias, mas em busca de produzir novas respostas enredadas na complexidade e nas demandas dos diferentes atores que estão conectados e se afetam mutuamente. Portanto, faz-se substancial essa constante posição de desconforto e da realidade prática a partir da qual as respostas incessantemente necessitarão ser buscadas. Por último, interessar-se nas diferentes respostas oferecidas pelos atores de uma relação, requer refletir como cada um deles se encontra implicado e afetado, conseqüentemente, tencionando formas menos hierárquicas e opressivas desses atores existirem e construir conexões e interdependência.

Entretanto, mesmo me pautando em Donna Haraway, as leituras de Veena Das (1995, 1998) permeiam constantemente o meu trabalho, as vezes mesmo antes que eu perceba. Especialmente, em relação ao conceito de habitar uma experiência, da exteriorização e do movimento de tornar coletivo o sofrimento, como também de mundos que continuamente parecem desabar e ser colocados a prova. Além disso, o conceito de *consustancialidade* (2008) de Elizabeth Povinelli constituiu muito desse capítulo. Dessa forma, as três autoras, mas acima de tudo, as conversas com as mulheres que foram conhecidas e que aqui a partir de retratos parciais, convergem nas reflexões da partilha do sofrimento que foram discutidas nesse trabalho.

aguentar mais. Se importar e viver o que é preciso viver enuncia a realidade prática desse relacionamento, de que o aprendizado acerca do conteúdo dessas vidas e das respostas necessárias não existe fora da experiência enquanto algo pronto e resolutivo. Entretanto, que para ser fabricado, colocou-se a inevitabilidade de os filhos assumirem as próprias responsabilidades dentro dessa relação, descobrindo-se não como seres unos ou mesmo livres para agir e escolher, antes, como entrelaçados e responsáveis por uma porção daquilo que acontecia com as mães. Entendendo-se acerca dos riscos e construindo respostas atentas a presença e a complexidade das mães (Haraway, 2011). Então, encarando a difícil questão de que podemos infligir dores incomensuráveis ao que nos encontramos próximos e amamos mesmo quando enfrentamos processos de reificação, de violência e ao se necessitar de apoio. Potencialmente, abrindo um momento para o amadurecimento da consciência acerca do próprio ser e para reconsiderar a distribuição do compartilhamento do sofrimento. Engajando-se no sofrimento da mãe, nutrindo-a e se deixando nutrir. Ou, aceitando a labuta pelo direito de fazer família.

O que poderão dizer que não é resolutivo, não freia o capitalismo e nem o racismo, muito menos concerta as instituições. Mas é um processo de descolonização contrário ao imaginário de que não é possível se atar e construir alianças. Por assim, acompanhamos como essas mulheres se esforçam no intento de não permitir que esses meninos e homens se tornem matáveis.

Notas Finais

Encontramo-nos impregnados por uma experiência em que tudo que há de humano e de não-humano é transmutado em recurso, em alimento de um sistema que obscurece identidades e a sobrevivência colaborativa (Tsing, 2015). Dentro, deste sistema-mundo, a outra face da modernidade, da globalização, do capitalismo, diz respeito a exclusão e as contínuas investidas em desfavor de mundos (modos de vida) específicos e locais (Dussel, 2012). Onde, deparamo-nos, com a assimetria entre os que compartilham e enfrentam os riscos e a localização limitada dos que usufruem das riquezas do colonialismo (idem). Exacerbando a centralidade de discutirmos acerca das questões que envolvem a justiça e

os desafios de formulá-la plenamente em um modelo de mundo marcado pela violência colonial (Ngoenha e Castiano, 2011).

Um mundo em que dona Lucila precisou aprontar o café de funcionários e clientes de um banco de alcance internacional, enquanto, e, subsidiada pelos frutos desta ação, esforçava-se em não perder de vista o desenvolvimento dos filhos ou mesmo do marido adoecido. Mundo em que as instituições do Estado – principal regulador das relações socioeconômicas da modernidade – oscilava, ora encarcerando, ora produzindo possibilidades de acolhimento, culpabilizando indivíduos e os familiares que os circunscreviam – produzindo espaços de cansaço e ralos fios de esperança. E retomo como o filho de dona Lucila e o de dona Vera intimamente foram afetados após um período de confinamento em um presídio; em que o primeiro retornou decidido a não mais atender as expectativas esperadas para com as relações travadas com a casa, o comer e o dormir, ao passo que o outro, descobriu que unicamente a própria mãe intercederia em prol do bem-estar e da vida dele. Transformações e aprendizados que parecem embebedos de espanto diante a descoberta de quais relações fluem naquele espaço. Não é atoa que dona Vera conclamava a experiência coletiva das mulheres que a cercava para confirmar que elas conheciam a dor daquele ambiente, e, não só porque, podiam dissertar acerca das humilhações, das dívidas ou burocracia do poder judiciário. Mas, antes, enfrentam esses acontecimentos ao ponto de um balançar de cabeça produzir um rápido consenso acerca de tanto.

Dona Lucila, dona Mercedes, dona Vera, três mulheres negras, que próximo ao que revela Frantz Fanon, viram-se imersas na impossibilidade de desvendar e construir o próprio ser a despeito, livre, dos golpes de uma normatividade branca que incessantemente afere, define e se esforça em enquadrar e conter vidas plurais (2008). Normatividade branca, racismo, que parece extrapolar os corpos e sedimentar o chão da cidade. Por conseguinte, o nascimento, o crescer e o envelhecer de um filho se demonstrou incerto a dona Mercedes – a ordem natural das etapas que decompõem a vida foi transformada e o temor antecede o envelhecimento, como uma nova fase. Uma fase em que Mercedes passou a temer a precariedade a partir da qual despontava o cotidiano do filho, angustiando-se um pouquinho mais com a passagem de cada novo dia.

Pois o futuro, com o transcorrer do tempo e dos acontecimentos não é de todo desconhecido, antes foi anteriormente experimentado em um passado e em um presente. E assim ela compartilhou conhecer as consequências futuras do que vivia o filho. Era preciso vencer as consequências – o futuro – este movimento cíclico em que as mortes violentas ou o encarceramento de familiares produzem númenos novos – um... dois. Era necessário cessar a contagem e para isso propunha ir até o fim pelo filho, ainda que não “com” o filho, como era desejado e argumentado por dona Vera. E o que é este ir até o fim? Nele o corpo ainda dói da cabeça aos pés? Nada além da experiência vivida apresentará uma resposta a dona Mercedes, mas, se existe espaço de sonhar dentro de uma dissertação, anseio que ela se aproxime da vida que nutriu e sonhou para si mesma em companhia do filho.

Este futuro desenhado com receio foi indicado de certa forma por dona Lucila. Entretanto, dentro das especificidades do percurso desta mulher para com o filho, os riscos de acidentes domésticos e a percepção de que o filho se ausentava da *noção das coisas*, das relações cotidianas; sobrepunha o medo de riscos que apontariam para violências contra a constituição física do rapaz. Estabelecer uma relação conhecida e comum com a cama e o fogão, diferenciar entre um horário de dormir e um horário de se alimentar eram valores importantes a dona Lucila. E o contrário, atestava a fuga da normalidade por parte do filho e a necessidade de recuperá-lo. Depunha em desfavor do ideal do que é estar em família e do compartilhar de um lar com os demais familiares. Um pouco adiante, esta nova forma de habitar objetos e relações, além de deixar dona Lucila intrigada com as motivações que levaria Ramon a agir como agia, conduziu-a a apresentar uma resposta: empreender uma dose ainda maior de cuidados em direção ao filho. Tornava-se assim necessário depositar preocupação não apenas quando o filho se distanciava da casa – quando talvez flertaria com atividades ilícitas – mas também enquanto se alimentava ou dormia. Era preciso desligar o gás, ensinar ou insistir em formas percebidas como mais seguras de esquentar as refeições – antever as possibilidades de acidentes, com o intuito de se adiantar a eles.

Em cada instante, evocavam as dificuldades de construir família, os impedimentos de viver e de amadurecer relações que eram experimentadas a partir da fragilidade e

muitas vezes da transitoriedade. Relações que eram desacreditadas como merecedoras de cuidado, discutindo-se acerca do quão razoável seria abandonar e não alimentar ou deixar de recebê-los em casa. Mas, comprometendo-se com a continuidade dos filhos, desafiava-nos a descobrir como não é razoável quando não se parte da reificação completa do outro, admitindo-o dentro de uma história e de uma família, encarando que esse pode ser alvo de violências e de sofrimentos – a começar pelos entendimentos que os enclausuram em tipologias nada complexas e recriam uma imagem retorcida daqueles que o definem, em contraste. Uns como merecedores unicamente do abandono, enquadrados em escalas de periculosidade, outros como detentores de proteção, cuidado e vida. Escamoteando a face nefasta desta relação, em que nos construímos como mais humanos deslegitimando o direito a vida e ao cuidado daquele ao qual acreditamos nos opor²⁶.

Fazer família, de mães e de filhos, de pais e de filhos, ainda que pareça um modelo ultrapassado ou demasiadamente comum, dentro da experiência de certas brasileiras e brasileiros permanece como uma realidade não simplória. Nessa reflexão, acompanhamos uns dentre os muitos esforços que dona Lucila, dona Mercedes e dona Vera empreenderam com a finalidade de se manterem atadas em relações aos filhos.

26 Aqui faço alusão a teoria de Said acerca do Orientalismo (2003).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Passada a leitura das divisões que integram essa dissertação, acompanhamos a multiplicidade de experiências que transpunham a vida das mulheres com as quais nos encontramos. Provavelmente, cada uma delas poderia se traduzir no aprofundamento de trabalhos focados em investigar um número fixo ou menor de questões, acaso, descrevendo a diversidade de perspectivas e dos desdobramentos que ocupam os dilemas do presente trabalho. Contudo, a escolha de trazê-los em paralelo foi uma tentativa de acompanhar os movimentos realizados dentro da realidade social de cada encontro. Então, o que posso dizer é que todos os relatos eram recobertos de nuances e se anexavam a uma infinidade de discussões. Portanto, atendo-me as mulheres em relação as práticas de cuidado, afirmo que esse acúmulo de acontecimentos era uma importante característica para manusear as experiências apresentadas. Inclusive, o excesso de preocupações e responsabilidades configurou um fluxo que percorreu os três capítulos, descortinando na continuidade e reprodução de um estado de cansaço. Ademais, deslocamos a considerar os espaços de atuação e de escolhas experienciados, dentro dos quais as chances de deliberar a respeito de dadas angústias e ansiedades se concretiza de forma parcial e requisitava mobilizar diferentes graus de preocupação. Em parte porque, esses eventos vão se somando, adensando e se permeando uns nos outros, criando urgências e despertando em estados de sobrecarga e ansiedades para as mulheres. Nesse curso, essa profusão de circunstâncias resultou em um importante elemento que aproximou a escrita dos capítulos.

Inicialmente, descobrimos como a definição corporal associada a Roberta, Rosângela e Ana, assim como a outras mulheres, repetidamente era atravessada por discursos de poder que pretendiam definir e intervir acerca da existência delas. Pautando-se nessa apresentação, alguns profissionais de instituições de saúde e em dadas ocasiões também os cônjuges se pretenderam qualificados para traçar relações de interdependência entre o ser apreendida como uma mulher e o processo de gerar e cuidar de crianças. Por conseguinte, naturalizando e orientando os percursos a serem

vividos de acordo com a delimitação e a significação de diferenças corporais. Em continuidade, mulheres negras e de classes populares que faziam uso do SUS recorrentemente foram capturadas por discursos de que elas não poderiam decidir adequadamente acerca da própria capacidade reprodutiva e que assim necessitariam de instruções com a finalidade de reduzirem o número de filhos. Nessa mesma seção, acompanhamos como o cuidado pode ser entendido como uma forma de construir engajamentos com a realização de atividades de ordem prática que, muitas vezes, podem ser pequenas e simples, mas constantes. Entende-se então que a dedicação as atividades de cuidado permite uma forma de organizar o tempo e o transcorrer da vida dos que cuidam e dos que recebem cuidado. Frente a essa constatação, discutimos a complexidade de estar circunscrito por tais atividades a partir da história de Bernadete e do filho Lucas. Mãe e filho coabitavam com diagnósticos acerca da deficiência e diariamente eram deslegitimados nos espaços domésticos e institucionais enquanto seres que estariam capacitados a se implicar em determinadas relações.

Essa seção transcorreu largamente a partir dos desdobramentos de corponormatividades que incidiam sobre as mulheres apresentadas e do pequeno Lucas. Investigou-se como tais existências estavam marcadas por ideais de normalidade que arbitravam a respeito do que representaria o funcionamento esperado da mente e do corpo humano. Isso posto, acompanhamos os esforços realizados para ser creditada como um ser de direitos para além das normatizações, mas também as muitas movimentações na tentativa de se adequar a elas na pretensão de corresponder as expectativas e de ser reconhecida como uma boa mãe, dona de casa e esposa.

No capítulo “A Descoberta da Masculinidade da Adolescência”, mais acentuadamente se pretendeu demonstrar como a oferta do cuidado por parte das mães não estava livre de intenções e interesses. Então, mesmo considerando que o comprometimento com a realização de um agrupamento de atividades não garantia imperiosamente que determinados fins serão alcançados, esperava-se que a oferta de atenção repercutisse mais na nutrição e abertura de alguns caminhos do que de outros. Em outros termos, ansiava-se que a dedicação a um filho ao decorrer dos anos resultasse minimamente em relações de proximidades e de reciprocidade entre os dois.

Conseqüentemente, discernir a relação fora do percurso ansiado era uma profunda questão na visão das mães. E aqui nos aproximamos principalmente da história de Tâmara para com os filhos, mais detidamente ainda na relação com o filho Miguel de catorze anos de idade. Outro elemento destacado ainda, analisou como as relações estabelecidas com os homens nos diferentes momentos da história dessa mulher se encontraram marcados pela efemeridade. Frequentemente, ou eles não participavam das relações de cuidado, ou momentaneamente estavam distantes em razão de estarem encarcerados. Pensando a respeito, delineou-se um entrelaçamento entre o crescimento dos filhos e o aumento das chances de eles se aproximarem de uma apresentação da masculinidade pautada na reprodução de relações que remetiam aos riscos de habitar uma cidade periférica ou de minorar as contiguidades outrora experimentadas em relação as mães.

Ponderar a respeito da construção de masculinidades foi uma estratégia para lidar com as diferentes moralidades que configuraram o cotidiano, muito embora, empiricamente, elas não se desdobrassem inteiramente em separado umas das outras, havendo pontos de encontro e câmbio. Extensamente, descreveu-se o crescimento dos filhos como acompanhado pela descoberta e o ingresso em sociabilidades que iam além das associadas ao âmbito doméstico e das que eram ansiadas pelas mães. Por vezes, despontando em uma noção de masculinidade recoberta em ambigüidades. Por um lado, demarcava-se a busca frequente por posições de autoafirmação e disputas que pressionavam por uma entrada no universo adulto e masculino. E aqui as manifestações baseadas no uso da força física e no consumo de bebidas alcoólicas ou de outras substâncias se elevou como mais uma das preocupações que acometia as mães. Noutra, discutia-se que apesar de a experimentação dessas sociabilidades reproduzirem relações de coerção e poder que receberia reconhecimento em alguns espaços, elas os localizava igualmente em relações que tensionavam um desgaste desses rapazes que estavam imersos em uma complexa rede em que a violência transbordava em diferentes vias e intensidades. Nessa perspectiva, comumente as mulheres se responsabilizaram em interceder e se antecipar aos muitos riscos que poderiam eclodir sobre os filhos.

Com efeito, o capítulo “Internação e Cuidado” trabalhou o compartilhamento de condições ou de formas de vidas entre mães e filhos, atendo-se a circunstância de que a

produção de bem-estar e felicidade das mães dependeu em alguns momentos das chances de produção de bem-estar e felicidade dos filhos. Evidenciando então os limites de assumirmos conceitos como os de felicidade e sofrimento, ou até os de vida e morte unicamente da perspectiva individual. Por conseguinte, fazendo necessário considerar as pessoas inseridas dentro de relações de pertencimentos a partir das quais se concebe e se vivencia o mundo em forte medida. Essa perspectiva facultava refletir como dados acontecimentos não se iniciam e nem se encerram em indivíduos específicos, mas espraiam e se transformam dentro das relações, apresentando diferentes fisionomias. Pretendeu-se assim abordar o compartilhamento do sofrimento enquanto um fenômeno importante que se sedimentava a partir de diferentes acontecimentos que se localizavam no decorrer da experiência das mães e dos filhos.

Nessa seção que se rompeu a partir da chegada de dona Lucila e Mercedes a um CAPSad no intento de pleitear a internação dos filhos, descritos como realizando um consumo desmedido do crack e de outras substâncias, deparamo-nos com a escassez de recursos estatais que sincronicamente propiciasse acolhimento aos filhos e as mães. Em consequência, ficou evidente como os mecanismos estatais – ainda que importantes e dentro de uma lógica interna de aprimoramento – demonstravam-se frágeis diante as especificidades colocadas pelas histórias das mulheres que fugiam de quaisquer análises fundadas em polarizações. Mais ainda, acompanhamos as dificuldades das Políticas Públicas de agirem de forma combinada e abordando a multiplicidade dos fenômenos apresentados. Não obstante, a despeito das movimentações do Estado, essas duas mulheres em companhia de outras, identificaram-se como as principais interessadas no alcance do bem-estar dos filhos, deles demandando igualmente uma tomada de consciência na empreitada de reconhecê-las a partir dos muitos esforços apresentados.

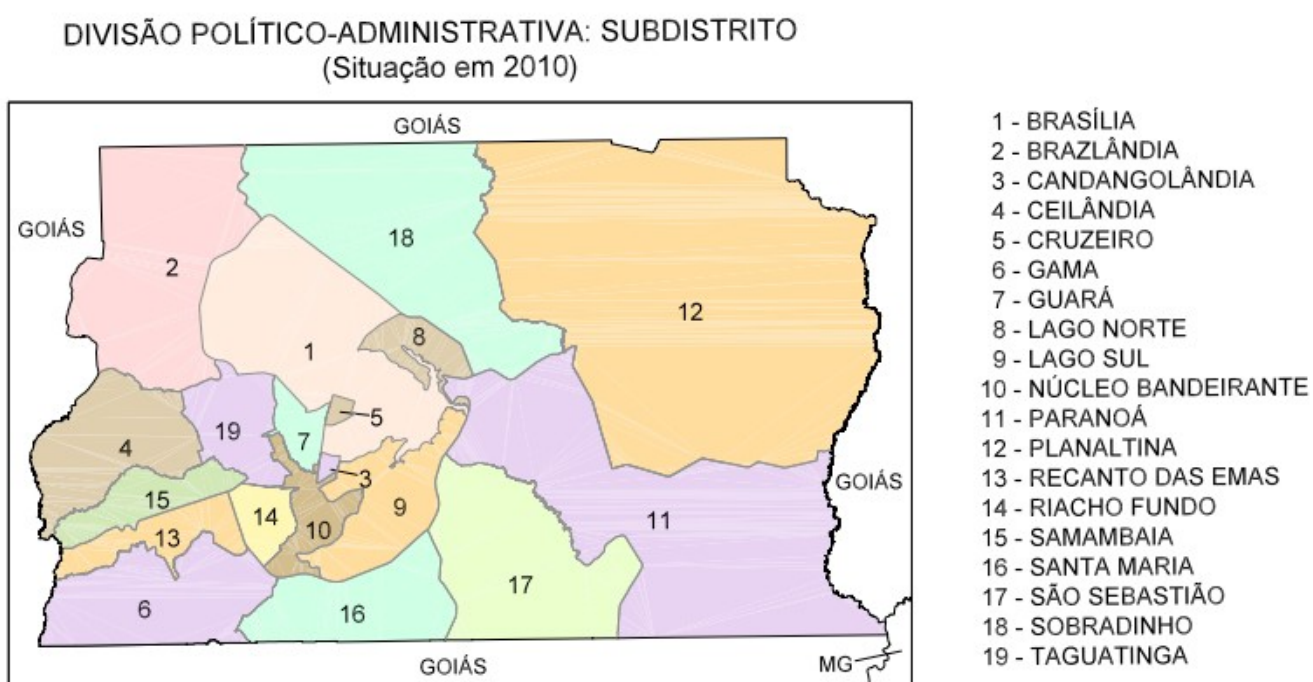
Em suma, a presente pesquisa se ocupou em acompanhar preocupações de diferentes ordens que acometiam mulheres que dispndiam cuidado aos filhos em algumas cidades administrativas do Distrito Federal e entorno. Em princípio, adentramos na rotina doméstica de cuidado e circulação dos afetos entre mães e filhos, mas a medida em que o cotidiano foi acionado, outros espaços e relações foram conhecidos em diferentes intensidades. Ou melhor, debates a respeito da experiência da deficiência ou

que lidassem com a violência doméstica apenas puderam ser construídos na proporção em que foram demandados nas narrativas das mulheres com as quais me encontrei durante os meses de pesquisa. Entendo, então, este trabalho como uma análise interessada em discorrer a respeito dos muitos esforços e limites administrados pelas mães na urgência de construírem possibilidades de coexistência e de vida ao lado dos filhos. Mais do que esmiuçar infinitamente narrativas acerca da dor e das dificuldades, escrever a respeito de mulheres que cuidam de crianças e filhos crescidos em contextos periféricos me pareceu uma boa oportunidade de demonstrar as muitas formas de reificação e de violência que incidem em pessoas reais todos os dias.

ANEXOS:

I. Mapa Político-Administrativo - 2010

Destaco a cidade administrativa de Santa Maria e do Gama como parte da área de cobertura do CAPSad de Santa Maria/DF



Fonte: IBGE (com alterações)

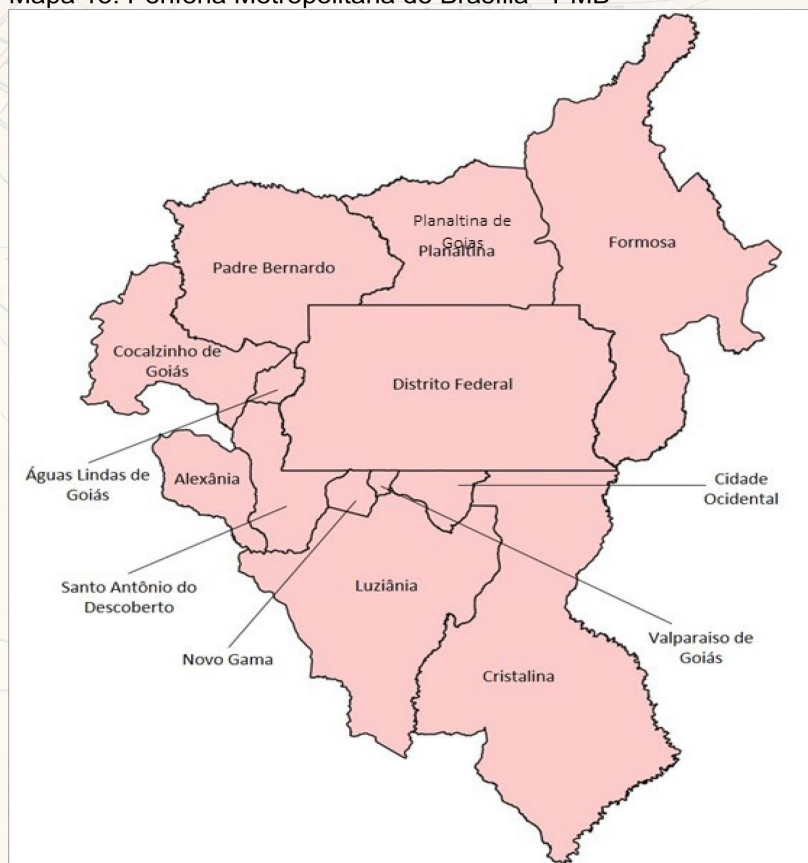
Disponível em:

ftp://geofp.ibge.gov.br/cartas_e_mapas/mapas_estaduais_e_distrito_federal/politico/2015/df_politico100k_2015.pdf. Acessado em: 17/07/2017

II. Mapa das principais cidades no entorno do Distrito Federal

Destaco os municípios de Novo Gama e Valparaíso de Goiás como parte da cobertura de atendimento do CAPSad de Santa Maria/DF.

Mapa 15: Periferia Metropolitana de Brasília - PMB



Fonte: Codeplan, 2017. Disponível em: <http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/05/Atlas-do-Distrito-Federal-2017.pdf>. Acessado em 17/07/2017

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMPARO, Jaime. **Topografias da Violência: necropoder e governamentalidade espacial em São Paulo**. Revista do Departamento de Geografia – USP, v. 22, pp.108-134, 2011.

BARROSO, Carmen. **“Esterilização feminina: liberdade e opressão”**. Revista de Saúde Pública, v.18, pp. 170-180, 1984.

BATISTA, Monique. **Cabeça ruim, morrência do braço e perna esquecida: convivendo e cuidando do derrame na Guariroba, Ceilândia/DF**. Monografia (Curso de Bacharel em Ciências Sociais com habilitação em Antropologia). Brasília: Universidade de Brasília, 2014.

BIEHL, João. **Antropologia do Devir: Psicofármacos – abandono social – desejo**. São Paulo: Revista de Antropologia, v.51, n.2, p. 413-449, 2008.

BIEHL, João. **Antropologia no campo da saúde global**. Horizontes antropológicos, vol.17, n.35, pp. 227-256, 2011.

BISPO, Antônio Bispo. **Colonização e quilombos: modos e significados**. Brasília: Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa; Universidade de Brasília; Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, 2015.

BRASIL. **Lei 9.099, de 26 de setembro de 1995. Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências**. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9099.htm

BRASIL. **Lei 10.216, de 06 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo de assistência em saúde mental**. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03//LEIS/LEIS_2001/L10216.htm

BRASIL, Ministério da Saúde. **Secretária de Políticas de Saúde. Saúde Mental no SUS: os Centros Psicossocial de Atenção Psicossocial** – Brasília: Ministério da Saúde, 2005.

BRASIL. **Lei 11.340, de 07 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher**. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm

BRASIL, Ministério da Saúde. **Secretária de Políticas de Saúde. Centro de Atenção Psicossocial e Acolhimento como lugares da Atenção Psicossocial nos Territórios: orientação para elaboração de projetos de construção, reforma e ampliação de CAPS e de UA** – Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Portaria nº 306, de 28 de março de 2016**. Aprova as Diretrizes de Atenção à Gestante: a operação cesariana. Brasília, 2016. Disponível em: <http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2016/marco/31/MINUTA-de-Portaria-SAS-Cesariana-03-03-2016.pdf>. Acessado em: 17/07/2018.

BUTLER, Judith. **“Performatividade, precariedade y políticas sexuales”**. AIBR. Revista Ibero-Americana, v. 4, 13, set-dez. 2009.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017 , 2003 (1ªedição).

CARDOSO, Adalberto. **A construção da sociedade do trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro, FGV, 2010.

CARSTEN, Janet. **The Person**. In: After Kinship. Cambridge University Press, 2004.

CLÍMACO, Júlia. **Direitos humanos, invisibilidade e educação especial**. In: Ser Social (UnB), Brasília, v.12, pp.214-232, 2010.CONNELL, Raewyn. “O Império e a Criação de uma Ciência Social”. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*. São Carlos, v.2, n.2, jul. pp, 309-336. 2002.

CONNELL, Raewyn. **“O Império e a Criação de uma Ciência Social”**. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFScar*. São Carlos, v. 2, n.2, 2002.

CONNELL, Raewyn. **Gênero em termos reais**. São Paulo: nversos,2016.

CONNELL, Robert; Messerschmidt, James. **Masculinidade hegemônica: repensando o conceito**. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v.21, n.1, p.241-282, 2013.

COLLINS, Patrícia. **Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão**. In: Reflexões e práticas de transformação feminista. Renata Morena (org.). São Paulo: Cadernos Sempre Viva, 2015.

DAS, Veena. **Critical Events: An Anthropological Perspective on Contemporary India**. 1995. New Delhi: Oxford University Press. 230 pp.

DAS, Veena; POOLE, Debora. **“El estado y margenes. Etnografias Comparadas”**. In: *Cadernos de Antropologia Social*, n.27, 2008.

DAS, Veena. **Fronteiras, violências e o trabalho do tempo: alguns temas wittgensteinianos”**. *Revista brasileira de sociologia*, v. 14, n.40, pp. 31-42, 1999.

DAS, Veena. **Wittgenstein and Anthropology**. *Annual Review of Anthropology*, vol. 27, pp. 171-195. 1998.

DALSGAARD, Anne Line. **Vida e Esperança: esterilização feminina no Nordeste**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016, 1981 (original).

DEBERT, Guita. **A reinvenção da velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento**. São Paulo: EDUSP, 1999.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Kafka: Por uma literatura menor**. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

DIEH, Eliane; MANZINI, Fernanda; BECKER, Marina. **“A minha melhor amiga se chama fluoxetina”: consumo e percepções de antidepressivos entre usuários de um centro de atenção básica à saúde**. In: Sônia Weidner Maluf; Carmen Susana Tornquist. (Org.). *Gênero, saúde e aflição: abordagens antropológicas*. 1ed. Florianópolis: Letras Contemporâneas, v.0, pp. 331-365, 2010.

DINIZ, Debora; Brito, L. **“Eu não sou presa de juízo, não: Zefinha, a louca perigosa mais antiga do Brasil**. História, Ciências, Saúde-Manguinhos, 2016.

DINIZ, Debora; MEDEIROS, Marcelo; SQUINCA, Flávia. **Reflexões sobre a versão em Português da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde**. Cadernos de Saúde Pública (FIOCRUZ), v. 23, pp. 2507-2510, 2007.

DUARTE, Luiz. **Da vida Nervosa (nas classes trabalhadoras urbanas)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor/CNPq, 1986.

DUSSEL, Enrique. **Ética da Libertação na idade da globalização e da exclusão**. Petrópolis: Vozes, 2012.

EVARISTO, Conceição. **Olhos D’água**. 1.ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

FANON, Frantz. **Os condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FANON, Frantz. **Pele Negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FELTRAN, Gabriel. **“Trabalhadores e bandidos: categorias de nomeação, significados políticos”**. In *Revistas Temáticas*, ano 15, 2007.

FELTRAN, Gabriel. **“Fronteiras de tensão: um estudo sobre política e violência na periferia de São Paulo**. Tese de doutorado. IFCH/Unicamp, 2008b.

FERREIRA, Jaqueline; Bastos, Ana. **O homicídio das jovens na periferia de Salvador, Bahia**. Revistas LEVS (Marília), 2012.

FONSECA, Claudia. **Família, fofoca e honra: Etnografia de relações de gênero e violência em classes populares**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2000.

FONSECA, Claudia. **“Nos caminhos da adoção”**. São Paulo: Cortez, 1995.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade In: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012.

FINE, Michael; GLENDINNING, Caroline. **Dependence, independence or inter-dependence? Revisiting the concepts of “care” and dependence**. In: Ageing & Society, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

GRILLO, Carolina. **“O ‘morro’ e a ‘pista’: um estudo comparado de dinâmicas do comércio ilegal de drogas”**. Revista Dilemas, n. 1, 2008b.

HARAWAY, Donna. **A Partilha do Sofrimento: relações instrumentais entre animais de laboratório e sua gente**. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, 2011.

HARAWAY, Donna; AZEVEDO, Sandra. **Companhias multiespécies nas naturezaculturas: uma conversa entre Donna Haraway e Sandra Azerêdo**. In: MARIA ESTHER MACIEL (Org.) Pensar /escrever o animal – ensaios de zoopoética e biopolítica, pp. 389-417. Florianópolis: Editora UFSC, 2011.

HARAWAY, Donna. **Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial**. In: Cadernos Pagu, pp. 07-41, 1995.

HART, Carl. **Um preço muito alto: a jornada de um neurocientista que desafia nossa visão sobre drogas**. Tradução Clóvis Marques. - 1.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

HOOKS, Bell. **Vivendo de amor**. In: WERNECK, Jurema; MEDONÇA, Maísa; WHITE, Evelyn (org.). O livro da saúde das mulheres negras: nossos passos vêm de longe. Rio de Janeiro: Pallas/ Criola, 2000, 1994 (original).

HOOKS, Bell. **Mulheres Negras: moldando a teoria feminista**. In: Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília, v. 16, p.193-210, Abril 2015.

LEAL, Eduardo. **O Lugar da "Família" na "Conversão" para a Maioridade: estudo antropológico sobre família e cursos da vida de jovens em execução de medidas socioeducativas em Porto Alegre-RS**, Ano de Obtenção: 2010.

LEGARD, Marcela. **Mujeres cuidadoras: entre la obligación y la satisfacción**. In: Sare, 2003.

LEVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia estrutural**.3. ed. Rio de Janeiro: TB - Edições Tempo Brasileiro, 1989.

MAUSS, Marcel. **“Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas”**. In Sociologia e Antropologia. São Paulo: Cosac&Naify, 2003 [1925].

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção e política da morte**. Tradução: Renata Santini. Rio de Janeiro. Revista do ppgav/eba/ufrrj, n. 32, dezembro, 2016.

MELLO, Anahi Guedes de. **Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC**. Revista Ciência & Saúde Coletiva, 21 (10), pp. 3265-3276, 2016.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da Percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 2006 (3ª edição), 1945 (original).

MOL, Annemarie. **The Logic of Care: Health and the Problem of Patient Choice**. New York: Routledge, 2008.

MOLINIER, Pascale. **Ética e trabalho do care**. In: HIRATA, Helena & GUIMARÃES, Nadya Araújo (org.). Cuidado e cuidadoras: as várias faces do trabalho do care. São Paulo: Atlas, 2012.

MÜLLER, Ana; Maluf, Sônia. **Cotidianos e trajetórias de sujeitos no contexto da reforma psiquiátrica brasileira**. In: Soraya Fleischer; Jaqueline Ferreira (org). Etnografias em Serviços de Saúde. 1. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

NASCIMENTO, Pedro; Melo, Ariana. **“Esse povo não está não aí: as mulheres, os pobres e os sentidos da reprodução em serviços de atenção básica à saúde em Maceió, Alagoas**. In: Jaqueline Ferreira; Soraya Fleischer. (Org). Etnografias em serviços de saúde. 1ª.ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

NGOENHA, Severino Elias. **Ubuntu: Novo modelo de justiça Glocal?** In NGOENHA, Severino E.; CASTIANO, José P. *Pensamento Engajado: Ensaios sobre Filosofia Africana, Educação e Cultura Política*. Maputo: Educar, 2011.

POVINELLI, Elizabeth A. **The Child in the Broom Closet: States of Killing and Letting Die**. 2008. *South Atlantic Quarterly*, Vol. 107, no 3: 509-530.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: LANDER, Edgardo (org): *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Colección Sur Sur. Buenos Aires: CLACSO, pp.107-130, 2005.

REIS, Izis Morais Lopes dos. **Diálogos e conflitos entre campos de conhecimento: o Ministério Público após a Lei Maria da Penha**. 2016. [370] f., il. Tese (Doutorado em Antropologia)—Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

RODRIGUES, Thiago. **Tráfico, Guerra, Proibição**. In: *Drogas e Cultura: novas perspectivas*. Bahia: EDUFBA, pp. 91-104, 2008.

ROZEMBERG, Brani. **O consumo de calmantes e o “problema dos nervos” entre lavradores**. *Revista de Saúde Pública*, v. 28, n.4, pp. 300-308, 1994.

SAID, Edward. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SEGATO, Rita. **O Édipo brasileiro: a dupla negação de gênero e raça**. *Série Antropologia (Brasília)*, v. pp. 1-21, 2006.

SPIVAK, Gayatri. **Pode o Subalterno Falar?** Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa e André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010, 1985 (original).

SINGH, Bhrigupati. **Poverty and the Quest for Life: spritual and material striving in rural India**. University of Chicago, 2015.

STENGERS, Isabelle. **Introductory notes on an ecology of practices**. *Cultural Studies Review*, v. 11, n.1, p. 183-196, mar. 2005.

SZYMBORSKA, Wislawa. **Autotomia**. In: *Um amor Feliz*. Tradução de Regina Przybycien. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

TSING, ANNA LOWENHAUPT. **The Mushroom at the End of the World**. *On the Possibility of Life in Capitalist Ruins*. Princeton: Princeton University Press, 2015

WALKER, Alice. **Estou triste?** In: *Vivendo pela palavra*. Rio de Janeiro: 1988.

ZORDO, Silvia. **O planejamento familiar na Bahia, entre saúde pública, neomalthusianismo e direitos das mulheres.** *Paper* apresentado a II Reunião Equatorial de Antropologia, agosto de 2014.